

2016

RELATÓRIO E CONTAS EMEL

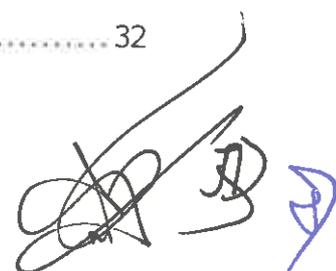


EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E
ESTACIONAMENTO DE LISBDA, E.M., S.A.

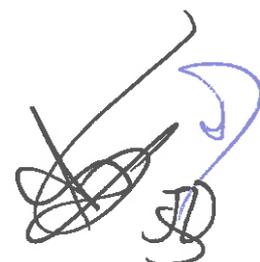
Relatório de Gestão

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	1
ÍNDICE DE TABELAS.....	1
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	1
ÍNDICE DE FIGURAS.....	1
MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	1
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	1
ORGÃOS SOCIAIS.....	1
Capítulo 1. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA	1
1.1 Via Pública	1
1.1.1 Expansão da Área de Estacionamento	1
1.1.2 Reorganização do Espaço Urbano.....	6
1.1.3 Gestão de Equipamentos e Serviços de Suporte	8
1.1.4 Revisão do Regulamento e Novo Zonamento	16
1.2 Fiscalização	17
1.2.1 Cobertura da Fiscalização.....	17
1.2.2 Evolução da Atividade de Fiscalização	18
1.2.3 Receita Média por Lugar e por Dia	23
1.3 Parques	24
1.3.1 Evolução dos Lugares Disponíveis.....	24
1.3.2 Investimentos de Referência	26
1.4 Mobilidade.....	28
1.4.1 Frente Ribeirinha - Espaço Público e Mobilidade.....	28
1.4.2 Percursos Pedonais Mecanicamente Assistidos	30
1.4.3 Mobilidade Partilhada	32

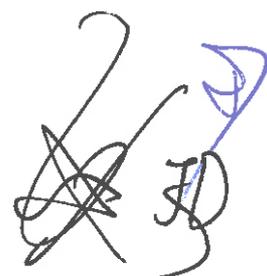


1.4.4 Conferências e Eventos	34
1.5 ePark.....	38
1.6 Dísticos	41
1.7 Interface com o Cidadão.....	45
1.7.1 Lojas	46
1.7.2 <i>Call Center</i> e Reclamações	47
1.8 Inovação	49
1.8.1 Inovação e Modernização Tecnológica	49
1.8.2 Inovação Estratégica	53
1.9 Recursos Humanos.....	58
1.9.1 Evolução e Caracterização do Quadro de Pessoal	58
1.9.2 Gestão de Recursos Humanos.....	60
1.10 Atividades Transversais e Provedoria	64
1.11 Responsabilidade Ambiental e Social	68
1.11.1 Sustentabilidade Ambiental.....	68
1.11.2 Responsabilidade Social.....	68
Capítulo 2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	73
2.1 Investimentos	73
2.2 Rendimentos	74
2.3 Análise Integrada	78
Capítulo 3. FACTOS RELEVANTES	81
Capítulo 4. PERSPETIVAS FUTURAS	85
Capítulo 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	89



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-1 Novos Lugares Decorrentes da Reativação e Fecho de Zonas 2016...	2
Tabela 1-2 Novos Lugares Decorrentes da Expansão de Zonas 2016	2
Tabela 1-3 Lugares de Estacionamento na Via Pública por ZEDL e Coroa Tarifária 2015-2016	3
Tabela 1-4 Lugares de Estacionamento nos Bairros Históricos 2015-2016.....	4
Tabela 1-5 Lugares de Estacionamento afetos a Contratos Particulares de Exploração 2015-2016	4
Tabela 1-6 Total de Lugares 2015-2016	5
Tabela 1-7 Variação do Número de Lugares nas Zonas mais afetadas 2016	5
Tabela 1-8 Novos Lugares Resultantes de Intervenções no Espaço Urbano 2016	6
Tabela 1-9 Distribuição dos Parquímetros por Zona 2015-2016	9
Tabela 1-10 Repintura de Lugares por Zona 2016.....	15
Tabela 1-11 Evolução do Número de Lugares por Agente de Fiscalização do Estacionamento Apeado 2012-2016	18
Tabela 1-12 Evolução da Atividade de Fiscalização 2012-2016	19
Tabela 1-13 Evolução dos Fluxos Financeiros Relacionados com as Coimas 2012-2016	23
Tabela 1-14 Evolução do Número de Lugares nos Parques de Estacionamento 2013-2016	25
Tabela 2-1 Repartição do Investimento Realizado 2016 (€).....	73
Tabela 2-2 Evolução dos Rendimentos por Rúbrica 2014-2016 (milhares €).....	78
Tabela 2-3 Evolução da Estrutura de Gastos 2014-2016 (%).....	79
Tabela 2-4 Demonstração de Resultados Sintética 2014-2016 (milhares €)	79
Tabela 2-5 Evolução dos Indicadores Financeiros 2014-2016.....	80



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1-1 Expansão Líquida de Lugares 2016	5
Gráfico 1-2 Horas de Exploração e Evolução Mensal da Taxa de Inoperacionalidade 2016	12
Gráfico 1-3 Horas de Exploração e Evolução da Taxa de Inoperacionalidade Janeiro 2017	13
Gráfico 1-4 Atividade da Brigada Operacional por Tipo de Intervenção 2016	14
Gráfico 1-5 Atividade do Piquete por Tipo de Ocorrência 2016	15
Gráfico 1-6 Constituição da Frota por Tecnologia de Propulsão 2015-2016	16
Gráfico 1-7 Distribuição Funcional da Frota 2016	16
Gráfico 1-8 Evolução das Operações de Fiscalização 2012-2016	19
Gráfico 1-9 Evolução Mensal das Operações Apeadas 2016 (MM12).....	20
Gráfico 1-10 Evolução Mensal do Número de Desbloqueamentos e do Tempo Médio de Desbloqueamento - 2º Semestre 2016.....	22
Gráfico 1-11 Evolução da Atividade de Contraordenações 2012-2016	23
Gráfico 1-12 Evolução Mensal da Receita Média por Lugar e por Dia 2016	24
Gráfico 1-13 Evolução Mensal das Receitas Cobradas Via ePark 2015-2016	38
Gráfico 1-14 Evolução da População Residente em Lisboa e Dísticos Concedidos 2011-2016	42
Gráfico 1-15 Evolução do Número de Dísticos por Lugar 2011-2016	42
Gráfico 1-16 Evolução da Receita Cobrada nas Lojas EMEL 2013-2016	46
Gráfico 1-17 Evolução do Número de Atendimentos nas Lojas EMEL 2013-2016	46
Gráfico 1-18 Evolução Mensal dos Atendimentos por Loja EMEL 2016	47
Gráfico 1-19 Interações Via Call Center por Assunto 2016	47
Gráfico 1-20 Interações Via Serviço de Reclamações por Assunto 2016	48
Gráfico 1-21 Evolução Mensal do Número de Interações Relacionadas com o ePark 2016	48

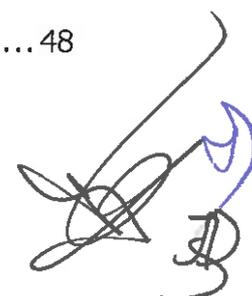
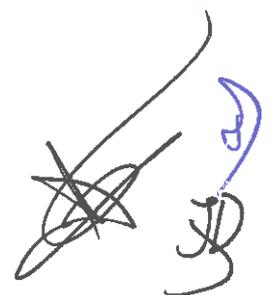
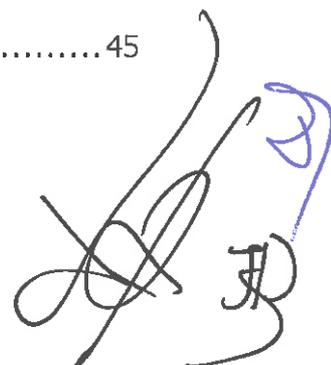


Gráfico 2-1 Evolução dos Indicadores Operacionais – Lugares e Rendimentos 2012-2016	74
Gráfico 2-2 Evolução dos Rendimentos 2014-2016	75
Gráfico 2-3 Distribuição Percentual das Receitas dos Parques 2015-2016	76
Gráfico 2-4 Peso dos Principais Rendimentos Operacionais 2016.....	77
Gráfico 2-5 Evolução da Proporção do Valor de Pagamentos Via ePark nos Rendimentos de Via Pública 2014-2016	78



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-1 Intervenções no Campo Grande e Estrada da Luz – Antes e Depois ..	7
Figura 1-2 Logradouros de Alvalade Após Intervenção	8
Figura 1-3 Incidência de Avarias por Parquímetro nas ZEDL 2016.....	10
Figura 1-4 Incidência de Avarias Provocadas por Atos de Vandalismo nas ZEDL 2016	11
Figura 1-5 Caneca Alemã	26
Figura 1-6 Escadas Pombalinas	26
Figura 1-7 Embarcação	27
Figura 1-8 Painel Informativo no Campo Grande	27
Figura 1-9 Cais do Sodré Renovado	28
Figura 1-10 Mobiliário Urbano no Cais do Sodré.....	29
Figura 1-11 Rua do Arsenal Após a Intervenção.....	29
Figura 1-12 Rua da Alfândega em Obra.....	30
Figura 1-13 Enterramentos Descobertos no Poço do Elevador da Sé.....	32
Figura 1-14 Plano de Implementação da Rede de Estações do SBPP	33
Figura 1-15 Imagem da Fase Piloto do SBPP	34
Figura 1-16 4º Fórum do Estacionamento	36
Figura 1-17 6º Congresso Ibérico de Estacionamento e Mobilidade	37
Figura 1-18 Seminário SIMON	38
Figura 1-19 Incidência do Pagamento Via ePark por Zona 2016.....	39
Figura 1-20 Cerimónia da Entrega dos Prémios ACEPI	40
Figura 1-21 Intensidade do Rácio Dísticos/Lugar por Zona 2016.....	43
Figura 1-22 Intensidade de Dísticos de Usufruto por Zona 2016	44
Figura 1-23 Apresentação da Iniciativa Pela Cidade Fora	45



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2016 ficará associado à história da EMEL. Ele assinala o momento em que a área de intervenção da empresa, no que se refere ao ordenamento do estacionamento na via pública, se estendeu a todo o território do município. Essa extensão foi feita em nome das legítimas expectativas e anseios quer dos residentes, quer dos muitos visitantes que todos os dias se deslocam à capital e que esperam que a sua mobilidade seja garantida, através de um estacionamento organizado e de um trânsito fluido e sem sobressaltos.



O acesso a boas condições de mobilidade e acessibilidade é um direito dos cidadãos e cidadãs, com o qual a empresa está fortemente comprometida. É precisamente por isso que a atuação da EMEL não se limita à organização do estacionamento na via pública e assume, também, uma estratégia plenamente integrada na Política de Mobilidade Urbana definida para a cidade de Lisboa. Pretende-se, por outro lado, que essa política seja sustentável, prevendo-se, nomeadamente, a devolução de espaço público urbano à fruição pedonal e ciclável e a retirada de automóveis do centro da cidade.

É na busca desses objetivos que a EMEL está a estruturar, em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, uma rede global de parques de estacionamento, no âmbito da qual a oferta de estacionamento para residentes tem sido incrementada nas áreas mais centrais e comerciais. Desta forma, pretende-se incentivar os residentes a não usar o seu automóvel particular tornando-se utilizadores regulares dos transportes públicos coletivos. Paralelamente, pretende-se com a construção de parques dissuasores junto aos principais interfaces de transporte público, evitar que o centro da cidade continue pressionado com afluxos de trânsito desnecessários.

O Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas, que finalmente se tornará numa realidade muito em breve, também integra esta estratégia de promoção da mobilidade suave e sustentada. Vem, por outro lado, aproximar Lisboa da generalidade das grandes cidades europeias que foram adotando esta solução de transporte ao longo dos últimos anos.

Estamos convencidos que desta estratégia resultarão ganhos evidentes para todos os utilizadores da cidade, uma vez que resultará em menos congestionamentos de tráfego, menos gases poluentes, maior conforto e segurança nas deslocações, mais bem-estar e uma vida mais saudável.

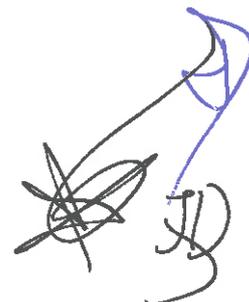
É sem dúvida uma estratégia muito ambiciosa e, conseguir implementá-la sem fragilizar o equilíbrio económico e financeiro da empresa, é um desafio que se coloca a todos os que nela trabalham.

Mas a verdade é que os resultados alcançados em 2016, ligeiramente acima dos registados em 2015 (2 395 contra 2 360 milhares de euros) indiciam que a empresa conseguirá cumprir a sua missão de satisfação das necessidades de mobilidade e acessibilidade da população, sem prejuízo da viabilidade económica e equilíbrio financeiro, para o que muito tem contribuído a extrema atenção dada às opções de financiamento que têm sido adotadas e que se têm revelado muito avisadas.

Na verdade, a empresa tem sabido mobilizar apoios nacionais e europeus dirigidos à promoção da mobilidade sustentável e à requalificação do espaço público urbano em prol do peão e de meios de transporte suaves, como foi o caso do apoio não reembolsável recebido do POR Lisboa para a Requalificação do Cais do Sodré, na Frente Ribeirinha da Cidade, dando continuidade às intervenções que se realizaram no passado recente nesta zona da cidade.

A palavra final não pode deixar de dirigir-se ao bem mais precioso da empresa, as PESSOAS, que fazem da EMEL o que ela é, partilhando com elas o orgulho de, em 2016, termos em conjunto conseguido afirmar a nossa vocação de verdadeira empresa de Mobilidade.

Luís Natal Marques



SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório e Contas de 2016 da EMEL revela uma empresa que opera hoje em dia em diferentes frentes da política de mobilidade e acessibilidade, muito para além da estrita atividade de ordenamento do estacionamento na via pública que foi a razão de ser da sua criação há mais de 20 anos.

Assumindo compromissos recentes a empresa, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa i) concretiza a expansão da regulação do estacionamento a toda a cidade ii) densifica a rede de parques de residentes e dissuasores iii) reorganiza e requalifica territórios urbanos transformando-os em espaços mais aprazíveis para a mobilidade suave e mais adaptados ao funcionamento dos transportes públicos iv) oferece à cidade um inovador sistema de bicicletas partilhadas v) promove uma mobilidade mais inclusiva dotando de equipamentos mecânicos alguns dos percursos pedonais de acesso à Colina do Castelo vi) volta-se para o futuro na conceção de uma plataforma de mobilidade integrada que já disponibiliza uma moderna *app* de pagamento do estacionamento mas que alcançará novas dimensões da gestão da mobilidade individual.

A EMEL precisou de se estruturar internamente para poder responder a todos estes desafios sem colocar em causa os padrões de eficiência que já conseguiu atingir. O reforço do capital humano e tecnológico foi o pilar que sustentou esta transformação que catapultou a empresa para uma dimensão inédita e para uma capacidade de concretização de investimentos, importantes para a cidade, sem paralelo na sua história.

2016 foi um ano que mostrou uma EMEL assertiva no desenvolvimento dos seus projetos mas que soube preservar a sua capacidade de geração de resultados em níveis historicamente elevados, criando condições para construir uma posição financeira que garanta a continuação da estratégia em curso.

	2013	2014	2015	2016
Lugares Via Pública	45 761	49 823	52 018	53 578
Lugares Parques	4 314	4 552	4 474	4 480
Rendimentos Operacionais	27 139	27 872	29 842	30 841
Gastos Operacionais	22 583	25 152	24 896	26 300

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Acionista Único

Município de Lisboa, representado
pelo Vereador Manuel Sande e Castro
Salgado

Conselho de Administração

Presidente

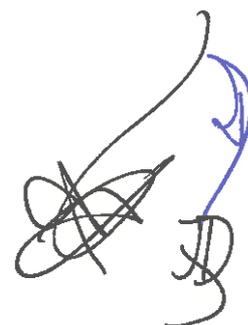
Luís Filipe Natal Marques

Vogais

João Paulo Salazar Dias
Jorge Manuel Alves de Oliveira

Fiscal Único

*Grant Thornton & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de
Contas, Lda., representada por Carlos
Lisboa Nunes*



Capítulo 1. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA

1.1 Via Pública

1.1.1 Expansão da Área de Estacionamento

Em harmonia com a estratégia de mobilidade traçada para a cidade de Lisboa, a EMEL prosseguiu em 2016 com a expansão da área de estacionamento sob sua gestão. O objetivo inicialmente previsto no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2016 era de 3 857 novos lugares, mas a perspetiva de alargamento da gestão de estacionamento a toda a cidade exigiu uma revisão do PAO elevando esta meta para um patamar inédito de 9 744 lugares.

Perante este desafio a EMEL empenhou-se nos trabalhos preparatórios indispensáveis à implementação das novas áreas regulamentadas, desenvolvendo propostas para a sinalização de mais de 10 200 lugares de estacionamento distribuídos pelas várias zonas do plano de expansão do PAO 2016. Do planeamento submetido à aprovação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) foi obtido diferimento para um total de 8 244 lugares, dos quais 3 984 foram, ao longo do ano, considerados aptos para a implementação. Dos restantes, no final de 2016:

- 1 677 aguardavam decisão das respetivas Juntas de Freguesia ou obras a desenvolver pela CML;
- 2 583 careciam de algum tipo de equipamento embora dispondo já de sinalização horizontal.

Dos lugares em condições de implementação, a EMEL conseguiu abrir à exploração 2 732 em 2016 nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL). Já nos primeiros dois meses de 2017 foram abertos à exploração mais 1 068 lugares.

Os lugares abertos em 2016 distribuem-se todos por ZEDL já concessionadas, seja por reativação e fecho de algumas zonas ou por expansão de outras já em exploração.

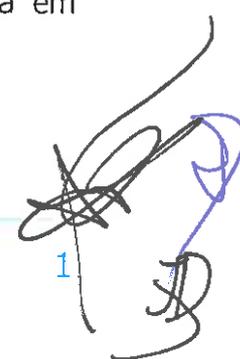


Tabela 1-1 Novos Lugares Decorrentes da Reativação e Fecho de Zonas 2016

	Vermelha	Amarela	Verde	Residente	Data de Expansão
055 - Bairro de Santos	0	0	346	169	9/mar
024 - Campo de Ourique	0	0	250	180	5/jul
038 - Socorro	0	643	165	0	3/out
005 - Av. Liberdade	0	70	0	0	21/nov
025 - Campo Santana	0	15	0	0	21/nov
034 - Santa Isabel	0	0	0	61	18/ago
022 - Av. João XXI	9	0	0	0	26/ago
Subtotal	9	728	761	410	

Tabela 1-2 Novos Lugares Decorrentes da Expansão de Zonas 2016

	Vermelha	Amarela	Verde	Residente	Data de Expansão
037 - Anjos	0	0	203	0	5/dez
045 - Quinta da Luz	0	0	41	7	8/ago
046 - Laranjeiras	0	0	112	0	14/dez
Subtotal	0	0	356	7	

Do total de novos lugares disponibilizados apenas 9 se situam em eixos vermelhos. Esta circunstância está em linha com a estratégia de expansão que prevê que as novas zonas a abrir, se encontrem, tendencialmente, inseridas na coroa verde, com a atividade da empresa a centrar-se no alargamento do ordenamento do estacionamento para a periferia da cidade.

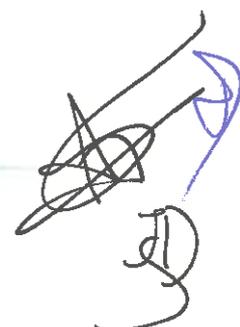


Tabela 1-3 Lugares de Estacionamento na Via Pública por ZEDL e Coroa Tarifária 2015-2016

	2015					2016				
	Vermelha	Amarela	Verde	Residente	Total	Vermelha	Amarela	Verde	Residente	Total
001 - Berna/Valbom	244	1 355	0	0	1 599	184	1 404	0	0	1 588
002 - Amoreiras	0	0	398	58	456	0	0	400	58	458
003 - Parque	195	255	0	0	450	193	262	0	0	455
004 - Rio de Janeiro	0	0	796	244	1 040	0	0	867	174	1 041
005 - Av. Liberdade	406	321	0	58	785	406	388	0	66	860
006 - S. Mamede	0	519	0	0	519	0	516	0	0	516
007 - Santa Marta	0	458	0	0	458	0	462	0	0	462
008 - Alameda	0	392	1 476	776	2 644	0	389	1 486	775	2 650
009 - Chile	0	1 081	510	54	1 645	0	1 059	554	14	1 627
010 - Avenidas Novas	151	1 423	0	23	1 597	9	1 305	0	23	1 337
012 - Chiado	385	0	0	118	503	350	0	0	105	455
013 - Baixa	0	167	164	268	599	0	45	155	266	466
014 - Pç. J. Fontana	0	1 012	0	0	1 012	0	1 010	0	0	1 010
015 - Entrecampos	0	0	1 847	0	1 847	0	0	1 838	0	1 838
016 - Campo Pequeno	54	799	171	0	1 024	49	815	170	0	1 034
017 - Estefânia	78	1 232	0	0	1 310	54	1 010	0	0	1 064
018 - Marq. de Pombal	0	967	0	0	967	0	970	0	0	970
019 - Alvalade	0	0	1 097	58	1 155	0	0	1 093	59	1 152
020 - Campolide	0	465	0	0	465	0	424	0	0	424
021 - Castilho	0	1 249	0	0	1 249	0	1 262	0	0	1 262
022 - João XXI	153	1 670	1 542	230	3 595	155	1 649	1 542	230	3 576
023 - Bairro Azul	78	526	0	52	656	603	0	0	52	655
024 - Campo Ourique	0	0	2 314	54	2 368	0	0	2 503	301	2 804
025 - Campo Santana	0	865	0	0	865	0	892	0	0	892
026 - Infante Santo	0	0	1 153	223	1 376	0	0	1 123	225	1 348
027 - Lapa	0	0	306	43	349	0	0	306	43	349
028 - Santos	0	0	141	0	141	0	0	63	0	63
029 - Campo Grande	0	0	488	0	488	0	0	447	0	447
030 - Gulbenkian	0	0	476	0	476	0	0	477	0	477
031 - Roma	0	0	1 397	132	1 529	0	0	1 404	132	1 536
032 - São Paulo	0	855	0	0	855	0	826	0	0	826
033 - Príncipe Real	0	671	0	703	1 374	0	676	0	706	1 382
034 - Santa Isabel	0	0	841	148	989	0	0	840	215	1 055
035 - Praça de Espanha	0	0	1 358	0	1 358	0	0	1 234	0	1 234
036 - Bairro S. Miguel	0	0	931	97	1 028	0	0	931	97	1 028
037 - Anjos	0	1 029	555	352	1 936	0	1 037	729	349	2 115
038 - Socorro	0	0	0	11	11	0	543	165	11	819
040 - Igreja	0	0	581	0	581	0	0	572	0	572
041 - Av. Brasil	0	0	851	122	973	0	0	856	122	978
044 - Castelo	0	0	0	56	56	0	0	0	56	56
045 - Quinta da Luz	0	0	1 116	766	1 882	0	0	1 157	778	1 935
046 - Laranjeiras	0	0	946	131	1 077	0	0	1 119	131	1 250
048 - Parque Nações	0	0	2 401	0	2 401	0	0	2 402	0	2 402
049 - Museu da Cidade	0	0	308	24	332	0	247	308	24	579
050 - Mouraria	0	0	0	65	65	0	0	0	65	65
051 - Belém	0	0	123	0	123	0	0	119	0	119
053 - Bairro de Santos	0	0	572	439	1 011	0	0	970	608	1 578
062 - Av. Lusitana	0	0	672	0	672	0	0	652	0	652
Subtotal	1 744	17 311	25 531	5 305	49 891	2 003	17 256	26 482	5 685	51 261



Tabela 1-4 Lugares de Estacionamento nos Bairros Históricos 2015-2016

	2015	2016	Nas Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC) não se desenvolveu qualquer ação de expansão da oferta de lugares, com o maior movimento a refletir-se na perda de 10 lugares no Bairro Alto.
011 - Bairro Alto	108	98	
042 - Alfama	182	182	
043 - Santa Catarina	93	93	
044 - Castelo	152	154	
Subtotal	535	527	

Mantiveram-se os contratos particulares de exploração com a ESTAMO, a Universidade de Lisboa e com a Administração do Porto de Lisboa, que permitem à EMEL reforçar a sua oferta.

Tabela 1-5 Lugares de Estacionamento afetos a Contratos Particulares de Exploração 2015-2016

	2015			2016		
	Vermelha	Amarela	Verde	Vermelha	Amarela	Verde
021 - Palácio da Justiça	0	296	0	0	296	0
029 - Cidade Universitária	0	0	513	0	0	522
052 - Av. Brasília	0	783	0	0	807	0
024 - Campo de Ourique	0	0	0	0	165	0
Subtotal	0	1 079	513	0	1 268	522

Procurando mitigar a elevada pressão de estacionamento na zona de Campo de Ourique (com um rácio de dísticos de residente por lugar a ultrapassar 1,7), a EMEL conseguiu contratar com privados a disponibilização do Pátio das Sedas, cuja área admite uma capacidade de 165 lugares de estacionamento. A intervenção em causa apenas exigiu alguns trabalhos de desmatção, pintura das marcações e instalação de sinalização e equipamentos de cobrança. Foi estabelecida a tarifa amarela com alternativa de bilhete diário. A inauguração teve lugar em abril de 2016.

A EMEL encerra o ano com 53 578 lugares sob sua gestão. Aos 52 018 com que encerrou o ano de 2015, a empresa acrescentou 2 732 relativos à expansão, mas a esse valor há que deduzir cerca de 1 170 "eliminados" por motivos diversos.



Tabela 1-6 Total de Lugares 2015-2016

	2015	2016
Vermelha	1 744	2 003
Amarela	18 390	18 359
Verde	26 044	27 004
Residentes	5 305	5 685
Lugares de BH	535	527
Total	52 018	53 578

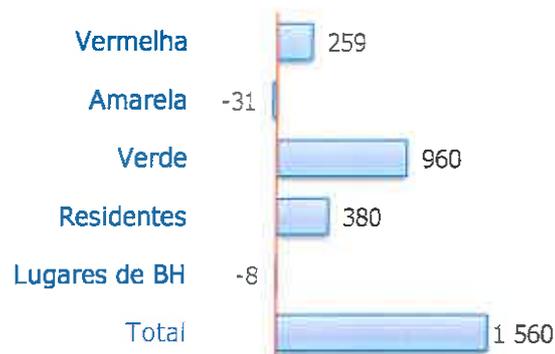


Gráfico 1-1 Expansão Líquida de Lugares 2016

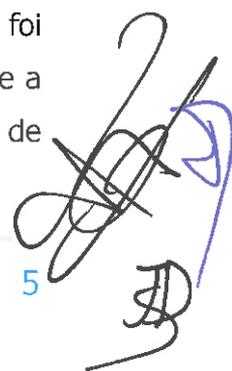
A eliminação dos cerca de 1 170 lugares prende-se com a dinâmica de uma cidade em transformação, que busca um maior equilíbrio entre as necessidades de estacionamento e a otimização das condições de mobilidade não só automobilizada mas também ciclável e pedonal.

Tabela 1-7 Variação do Número de Lugares nas Zonas mais afetadas 2016

	Vermelha	Amarela	Verde	Residentes	Δ Acumulado
001 - Berna/Valbom	-64	46	0	0	-18
004 - Rio de Janeiro	0	0	71	-70	1
009 - Chile	0	-23	44	-45	-24
010 - Avenidas Novas	-142	-118	0	0	-260
012 - Chiado	-35	0	0	-13	-48
013 - Baixa	0	-122	-9	-2	-133
016 - Campo Pequeno	-8	-15	-3	0	-26
017 - Estefânia	-24	-227	0	0	-251
020 - Campolide	0	-45	0	0	-45
022 - João XXI	-7	-21	0	0	-28
023 - Bairro Azul	522	-527	0	0	-5
024 - Campo Ourique	0	0	-61	64	3
026 - Infante Santo	0	0	-32	2	-30
028 - Santos	0	0	-78	0	-78
029 - Campo Grande	0	0	-32	0	-32
032 - São Paulo	0	-234	0	0	-234
034 - Santa Isabel	0	0	-1	67	66
035 - Praça de Espanha	0	0	-124	0	-124

A intervenção realizada no eixo central e a profunda requalificação em curso na Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina são exemplos de projetos cuja implementação conduziu a ajustamentos da oferta de estacionamento *on street*.

Também a intensidade da pressão de estacionamento impõe alterações, como foi o caso da mudança de coroa tarifária efetuada na Zona 023 - Bairro Azul, onde a tarifa amarela se mostrou insuficiente para garantir um mínimo aceitável de rotação nos lugares existentes.



Apesar de no final do ano a variação de lugares de tarifa vermelha ser positiva, a verdade é que o incremento ocorreu já em novembro enquanto as supressões tiveram lugar bastante mais cedo, essencialmente aquando do início das obras no eixo central.

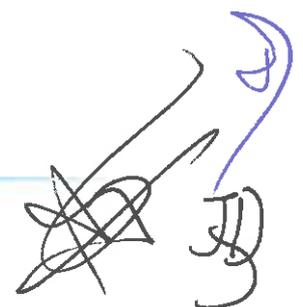
1.1.2 Reorganização do Espaço Urbano

Na sua atividade de ordenamento do estacionamento a EMEL produz impactos significativos na organização e na qualidade do espaço público. A aplicação de soluções para os problemas de estacionamento dos residentes resulta muitas vezes em benefícios para a imagem da paisagem urbana, a sua organização e disponibilidade para a fruição, e até para o reforço dos seus níveis de segurança.

Tais sinergias são notórias em várias intervenções realizadas em 2016.

Tabela 1-8 Novos Lugares Resultantes de Intervenções no Espaço Urbano 2016

	Vermelha	Amarela	Verde	Residente	Data de Expansão
046 - Estrada da Luz (Laranjeiras)	0	0	49	0	23/nov
049 - Museu da Cidade (Campo Grande)	0	247	0	0	30/dez
Subtotal	0	247	49	0	



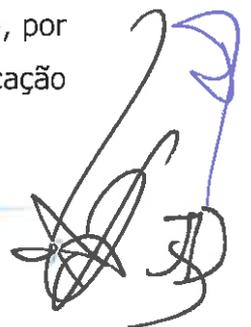
Na zona do Campo Grande, junto da Azinhaga das Murtas, a empresa procedeu à reconversão de um terreno que, apesar da sua localização em zona nobre da cidade, se encontrava completamente abandonado a usos diversos entre os quais o estacionamento aleatório.



Figura 1-1 Intervenções no Campo Grande e Estrada da Luz - Antes e Depois

A intervenção realizada organizou o espaço, proporcionando 247 lugares de estacionamento ordenado em tarifa amarela, com alternativa de bilhete diário muito útil para quem se dirige às instituições de ensino superior ou de saúde situadas nas imediações, ou para um passeio no renovado jardim do Campo Grande mesmo ali em frente.

Ainda antes de terminar 2016 foram concluídos os trabalhos de requalificação do espaço sob o viaduto da Avenida Lusíada, junto da Estrada da Luz. O terreno intervencionado era até então negligenciado do ponto de vista urbano, verificando-se a sua recorrente ocupação com estacionamento desordenado. O projeto da EMEL transformou-o num espaço ordenado e com qualidade, ilustrando como, por vezes, soluções simples podem dar um importante contributo para a requalificação



de espaço urbano e criação de valor. Foram assim criados 49 lugares de tarifa verde em regime de rotação.

Já no início de 2017 foram concluídas as obras nos Logradouros de Alvalade, junto da Avenida da Igreja. Este projeto incidu na requalificação do espaço e na disponibilização de alguns equipamentos que o



Figura 1-2 Logradouros de Alvalade Após Intervenção

tornam mais confortável. Do ordenamento do estacionamento resultaram 59 lugares para uso exclusivo de residentes.

1.1.3 Gestão de Equipamentos e Serviços de Suporte

A atividade de gestão de estacionamento que a EMEL desenvolve carece intensamente de equipamentos de apoio à sua exploração, tais como parquímetros, barreiras para parques e para ZAAC e sinais de trânsito que definam e regulem os lugares disponíveis. Procura-se que a gestão destes ativos seja feita de forma constante e permanente, identificando não apenas necessidades de renovação dos equipamentos mas também oportunidades de melhoria do serviço prestado ao cidadão e da capacidade de gestão e controlo que os mesmos equipamentos podem proporcionar.

Parquímetros e Respetiva Manutenção

Em 2016 foram instaladas nas ZEDL 229 parquímetros, dos quais 135 novos (59%) e 94 recuperados (41%).

A expansão registada em 2016 absorveu um total de 105 dos equipamentos instalados, com as restantes instalações a incidirem na substituição de máquinas já sem condições para garantir um serviço compatível com o padrão de qualidade exigido.



Tabela 1-9 Distribuição dos Parquímetros por Zona 2015-2016

	2015	2016		2015	2016
001 - Bema/Valbom	77	75	027 - Lapa	9	9
002 - Amoreiras	20	20	028 - Santos	7	3
003 - Parque	22	22	029 - Campo Grande	21	21
004 - Rio de Janeiro	30	33	030 - Gulbenkian	18	18
005 - Av. Liberdade	46	48	031 - Roma	57	57
006 - S. Mamede	36	36	032 - São Paulo	36	32
007 - Santa Marta	25	25	033 - Príncipe Real	46	46
008 - Alameda	88	87	034 - Santa Isabel	48	47
009 - Chile	62	63	035 - Praça de Espanha	51	49
010 - Avenidas Novas	77	65	036 - Bairro S. Miguel	29	29
012 - Chiado	29	24	037 - Anjos	73	80
013 - Baixa	22	17	038 - Socorro	0	44
014 - Pç. J. Fontana	43	41	040 - Igreja	20	20
015 - Entrecampos	62	63	041 - Av. Brasil	32	30
016 - Campo Pequeno	36	36	045 - Quinta da Luz	30	31
017 - Estefânia	57	50	046 - Laranjeiras	38	42
018 - Marq. de Pombal	42	42	048 - Parque Nações	133	133
019 - Alvalade	39	39	049 - Museu da Cidade	17	21
020 - Campolide	21	18	051 - Belém	4	4
021 - Castilho	40	40	055 - Bairro de Santos	27	41
022 - João XXI	134	135	062 - Av. Lusíada	24	21
023 - Bairro Azul	21	21	021 - Palácio da Justiça*	5	5
024 - Campo Ourique	118	131	029 - C. Universitária*	26	25
025 - Campo Santana	38	40	052 - Av. Brasília*	20	20
026 - Infante Santo	55	55	TOTAL	2 011	2 054

*Contratos Particulares de Exploração

A equipa de manutenção de parquímetros efetuou em 2016 um total de 191 049 visitas aos equipamentos - deste volume de visitas 40 098 correspondem a anomalias e 150 951 a verificações.

O número de avarias registadas traduz um aumento significativo, quase 23%, face ao observado em 2015. A dimensão deste aumento sugere a necessidade de acelerar a implementação do plano de substituição de parquímetros já traçado pela empresa. Este é um desafio que exigirá um esforço financeiro redobrado considerando a ambiciosa estratégia de expansão planeada a cinco anos e que contempla, em 2021, estacionamento regulamentado em toda a cidade de Lisboa.

Mesmo com uma perspetiva de maior prevalência de áreas reservadas a residentes e com o sucesso do ePark a atenuar a pressão sobre os meios tradicionais de



cobrança, o possível alargamento do rácio de lugares por parquímetro, que em 2016 atingiu os 26, terá limites e o investimento será sempre significativo.

Observa-se uma certa concentração de avarias na zona do eixo central onde se encontram algumas das ZEDL com maior pressão de estacionamento na cidade.

Avarias

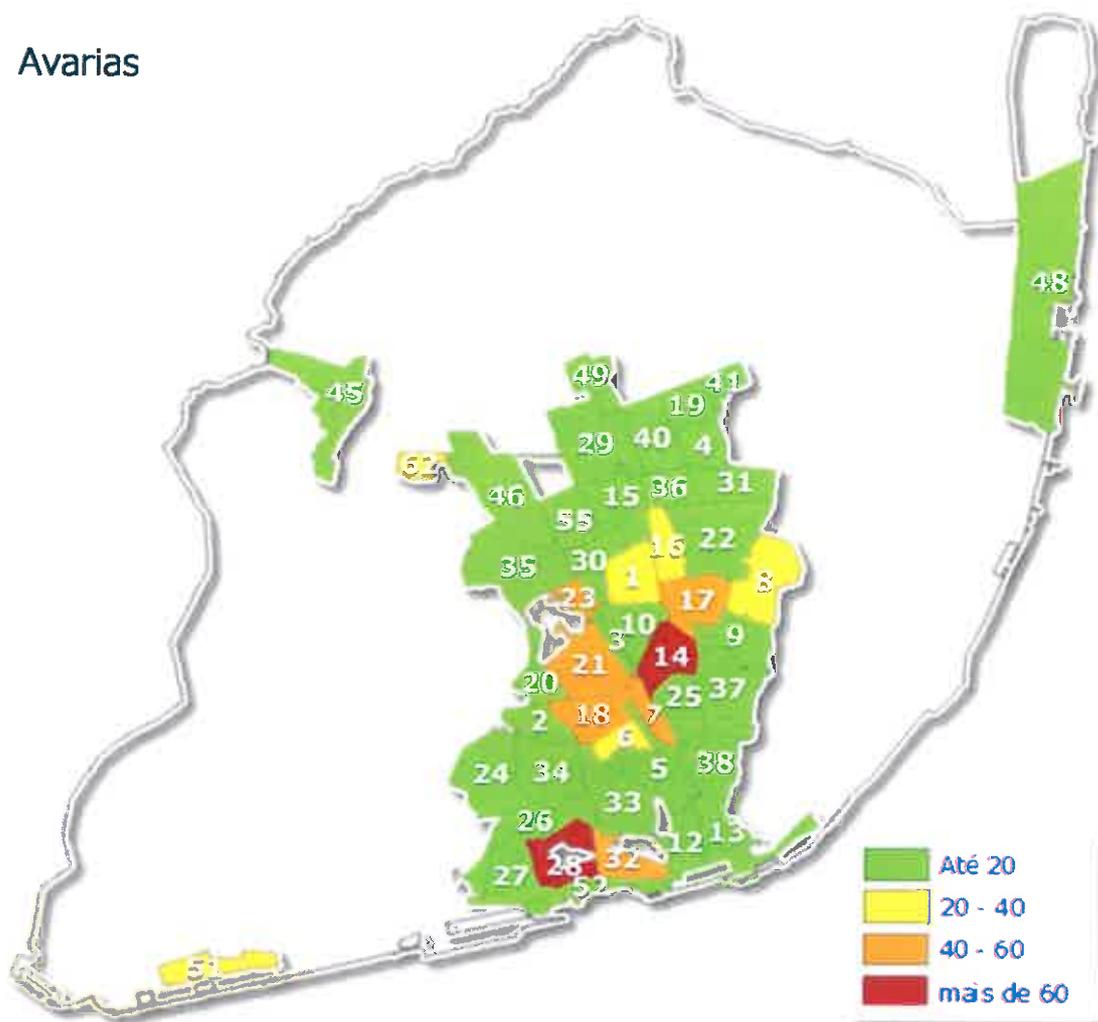


Figura 1-3 Incidência de Avarias por Parquímetro nas ZEDL 2016

Para além da idade e do desgaste natural do equipamento existe um outro fator com forte influência sobre a operacionalidade dos parquímetros, e assim sobre o volume de avarias registadas: os atos de vandalismo. Este é um problema com o qual a EMEL sempre se confrontou, e apesar de conseguir mitigar os seus impactos a verdade é que eles existem.

A proporção de avarias que se fica a dever a interferência externa – ou mais simplesmente a atos de vandalismo – é também mais significativa no eixo central.

Vandalismo

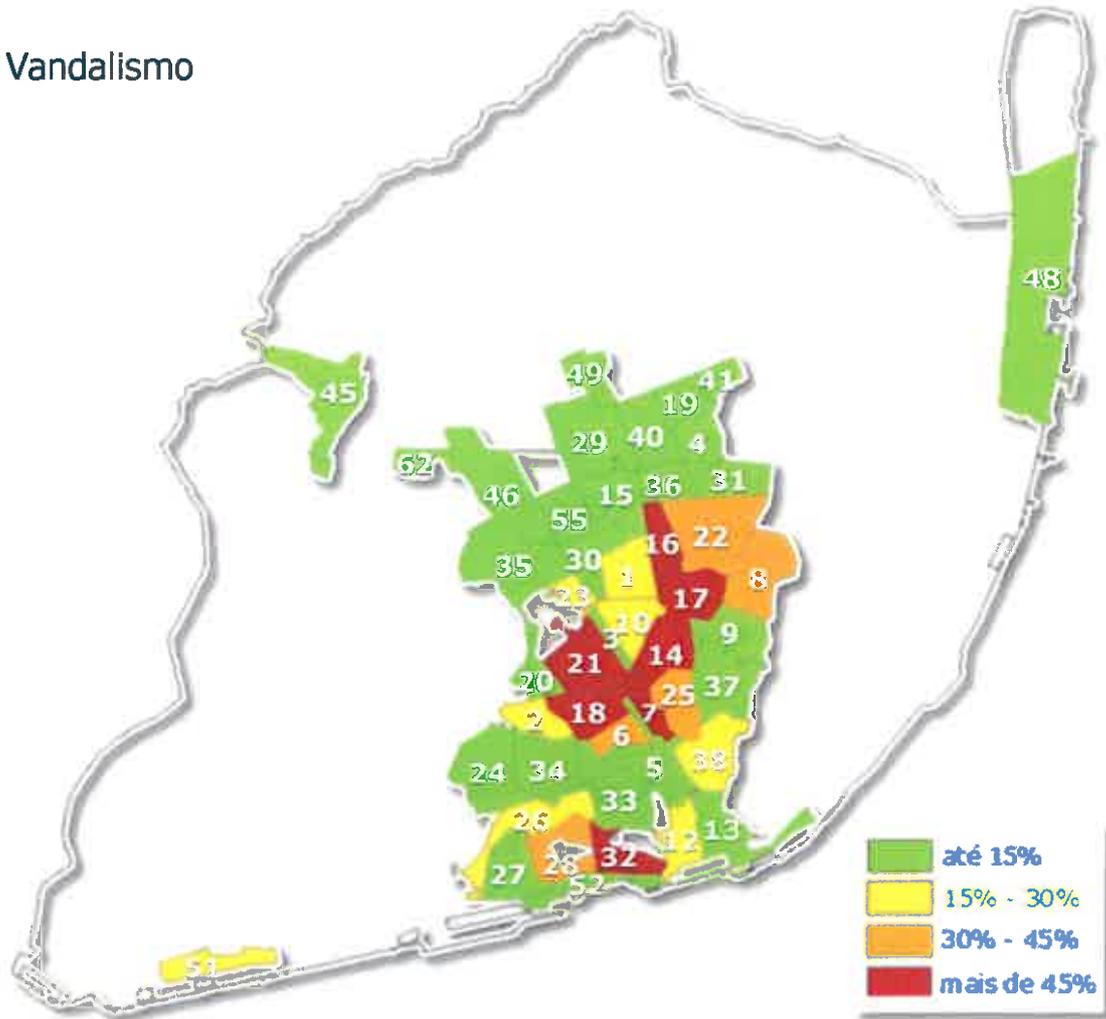


Figura 1-4 Incidência de Avarias Provocadas por Atos de Vandalismo nas ZEDL 2016

É a equipa de manutenção de parquímetros que lida mais de perto com esta realidade. Fazem parte da equipa 16 operacionais, os mesmos que em 2015, que realizaram, em média, 45 visitas a parquímetros por dia e por operador em 2016. Face ao aumento do número de parquímetros, o rácio de parquímetros por operador de manutenção subiu, com cada colaborador a ter sob sua responsabilidade uma média de quase 257 máquinas (recorde-se que o trabalho da equipa está organizado em dois turnos), contra 251 em 2015. Mesmo com este aumento, a equipa conseguiu uma melhoria da *performance* medida pela taxa de inoperacionalidade relativamente ao verificado nos anos anteriores.

O ano de 2016 teve um total de tempo de exploração que superou 4 800 000 horas, valor correspondente à soma do período de exploração anual de cada parquímetro;

A Manutenção de Equipamentos contabilizou um tempo de inatividade que rondou as 48 100 horas, ou seja, em média registou-se em 2016 uma taxa de inoperacionalidade de 1,0%, semelhante à observada em 2015 apesar da expansão de lugares e do aumento do número de parquímetros.

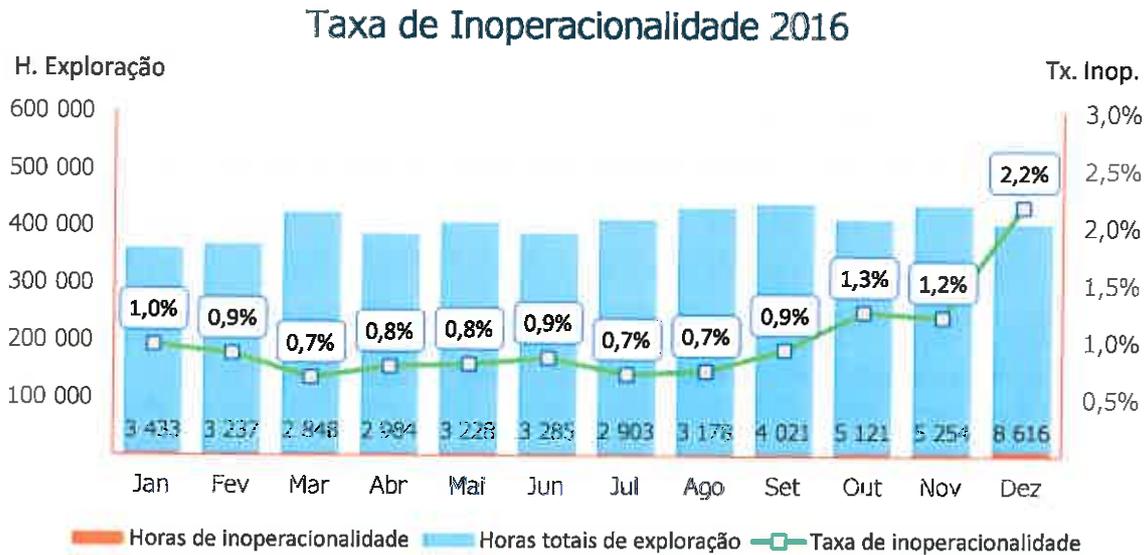
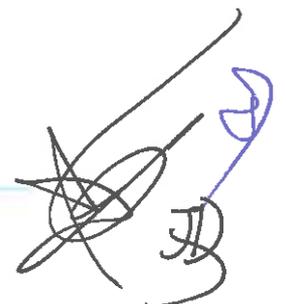


Gráfico 1-2 Horas de Exploração e Evolução Mensal da Taxa de Inoperacionalidade 2016

Analisando a evolução mensal ao longo de 2016 constata-se que a taxa de inoperacionalidade sofreu um acréscimo no último trimestre do ano, em grande parte devido às obras do eixo central da cidade. Em particular, no mês de dezembro os maiores constrangimentos operacionais associados aos dias de tolerância de ponto levaram a que esta taxa tenha ultrapassado os 2%. Este valor não reflete uma tendência consistente. A análise do desempenho da equipa de manutenção em janeiro de 2017 revela uma taxa de inoperacionalidade ligeiramente inferior a 1%, em linha com a tendência anual de 2016, o que comprova que o valor de dezembro foi atípico.



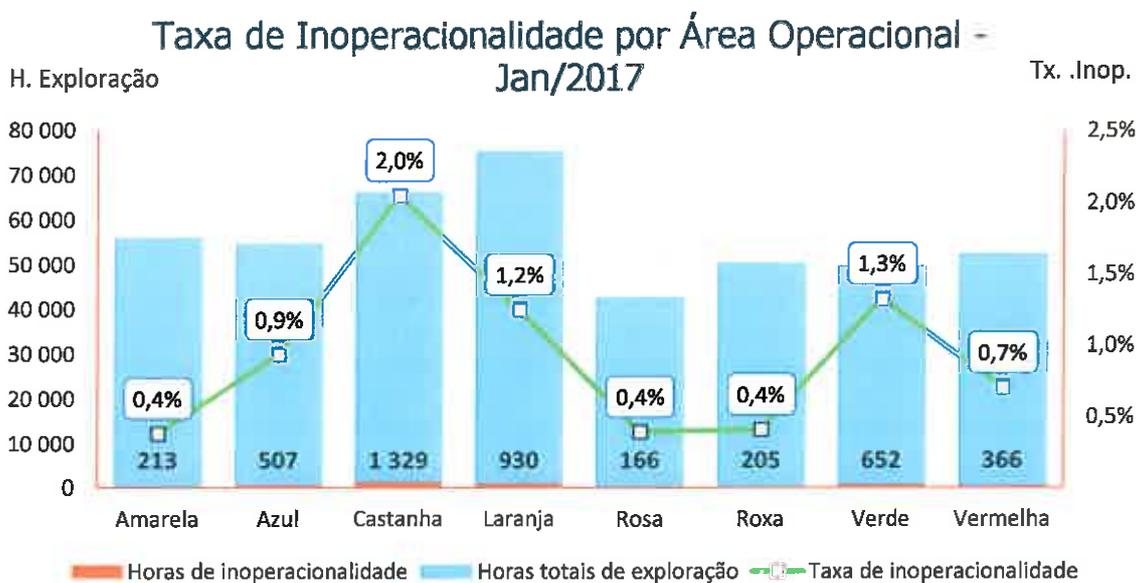


Gráfico 1-3 Horas de Exploração e Evolução da Taxa de Inoperacionalidade Janeiro 2017

Cadastro em Sistema de Informação Geográfica

A EMEL trabalha desde há vários anos com dados georreferenciados, o que tem proporcionado elevados padrões de gestão e controlo da sua atividade na via pública e uma enorme capacidade de reporte e rastreabilidade das alterações que vão sendo efetuadas.

Com a expansão planeada para 2016, as necessidades de informação intensificaram-se e a empresa decidiu desenvolver uma plataforma mais completa, capaz de interagir com maior facilidade com os restantes sistemas de informação da empresa, e dotada de algum nível de automatismo associado a tarefas simples e quotidianas, libertando os especialistas de planeamento e desenho para funções de conceção e análise, fundamentais numa fase de acentuado crescimento. A EMEL optou assim por migrar o seu sistema cadastral para uma plataforma ArcGIS da empresa ESRI, robustecendo a sua compatibilidade com a solução há muito adotada pela CML. O projeto iniciou-se em 2016 e tem a sua conclusão prevista para o final do primeiro trimestre de 2017.

Intervenções da Brigada Operacional e do Piquete

A Brigada Operacional, constituída por 2 equipas de 3 membros cada, tem a seu cargo várias intervenções que visam garantir permanentemente condições adequadas de sinalização do estacionamento na via pública:

- Assegura o trabalho prévio à implementação de novos lugares, designadamente, a montagem de sinalização vertical e as pinturas, e procede às alterações de sinalização solicitadas;
- Garante a manutenção ou substituição da sinalização danificada;
- Efetua a repintura de lugares de estacionamento.

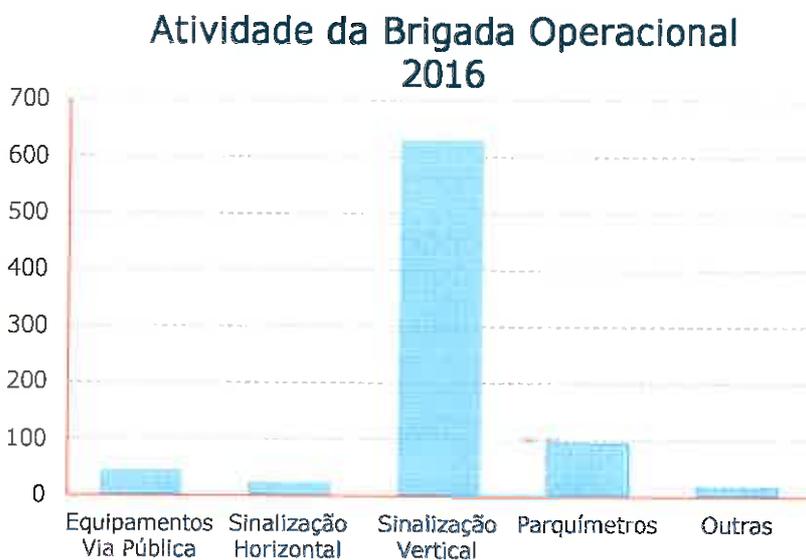


Gráfico 1-4 Atividade da Brigada Operacional por Tipo de Intervenção 2016

No decorrer do ano 2016 predominaram, como de resto é habitual, as ações de colocação de sinais e de respetivos postes e de remoção de outros entretanto obsoletos. Também a instalação e remoção de parquímetros e as intervenções ligadas a outros equipamentos

da via pública, como espelhos parabólicos ou pilaretes, exigiram intensa atividade da Brigada. As ações de sinalização horizontal são pouco frequentes mas produzem impactos significativos no ordenamento do estacionamento e nas condições de exploração. Em virtude da degradação da sinalização horizontal, em 2016 foram repintados 5 715 lugares de estacionamento, em várias zonas da cidade, concluindo-se uma empreitada já adjudicada em anos anteriores. Dois novos procedimentos de aquisição de sinalização horizontal foram lançados durante o ano de 2016.

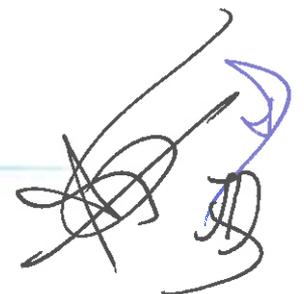


Tabela 1-10 Repintura de Lugares por Zona 2016

Zona	Lugares	Zona	Lugares
001 - Berna/Valbom	58	024 - Campo de Ourique	401
008 - Alameda	248	026 - Infante Santo	215
009 - Chile	128	029 - Campo Grande	91
011 - Bairro Alto	56	031 - Roma	50
012 - Chiado	94	033 - Príncipe Real	122
015 - Entrecampos	173	037 - Anjos	312
016 - Campo Pequeno	494	038 - Socorro	14
017 - Estefânia	52	040 - Av. Da Igreja	185
018 - Marquês de Pombal	330	041 - Av. Do Brasil	232
021 - Castilho	110	045 - Quinta da Luz	858
022 - Av. João XXI	1 222	046 - Laranjeiras	12
023 - Bairro Azul	112	055 - Bairro de Santos	146
		TOTAL	5 715

Quanto ao Piquete, cuja intervenção compreende os parques de estacionamento, tem sido sobretudo

instado a resolver problemas relacionados com a incapacidade de leitura e de disponibilização de cartões, anomalias nas máquinas de pagamento automático e danificação de barreiras, ações que perfazem quase 70% das ocorrências.

Atividade do Piquete 2016

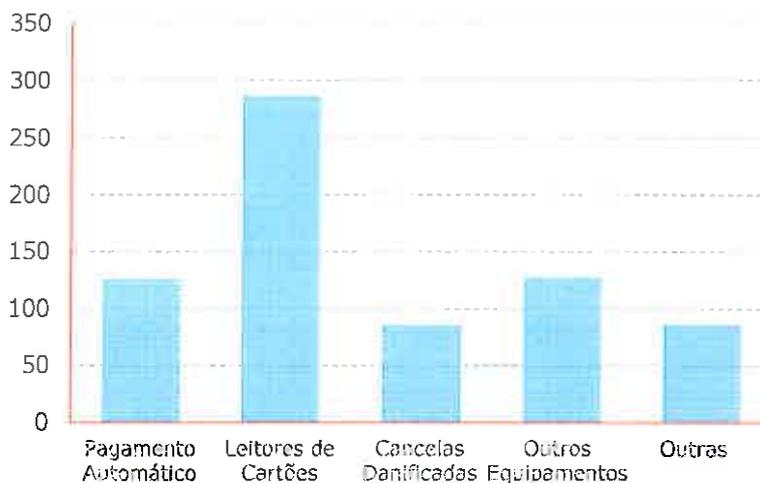
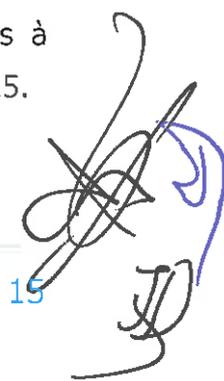


Gráfico 1-5 Atividade do Piquete por Tipo de Ocorrência 2016

Gestão da Frota

A frota da EMEL no final de 2016 era constituída por 75 viaturas, mais 9% que em 2015 em linha com a estratégia de intensa expansão em curso. Este facto também justifica o crescimento exponencial do número de motociclos muito ligados à operação do efetivo de fiscalização e que são agora 35, mais 84% que em 2015.



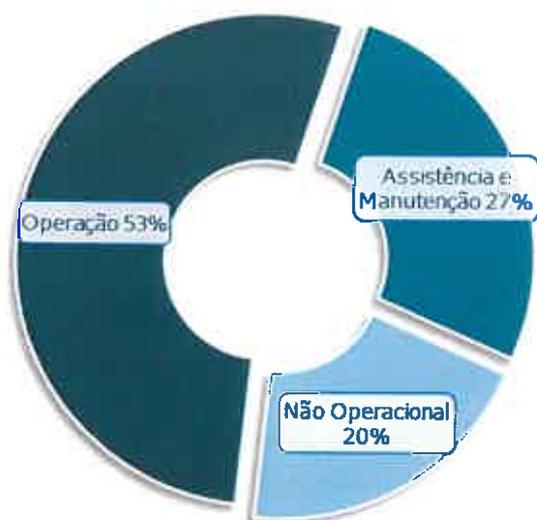


Gráfico 1-7 Distribuição Funcional

total) e cinco veículos híbridos (mais de 6% das viaturas). As restantes 46 viaturas são a gasóleo, algumas delas já antigas, o que não deixa de se refletir em mais poluição e maior propensão para intervenções de manutenção. Em 2016 já

se conseguiu uma redução importante da idade média dos veículos, passando dos 6,9 para os 5,4 anos, uma queda de quase 22%.

Nas suas decisões de investimento no reforço da frota a EMEL considerou objetivos de eficiência operacional e sustentabilidade. As opções de aquisição de veículos privilegiam as viaturas elétricas ou híbridas, sempre que estas alternativas estejam disponíveis observando os requisitos da operação a que se destinam. A frota da empresa conta com 24 viaturas elétricas (32% do

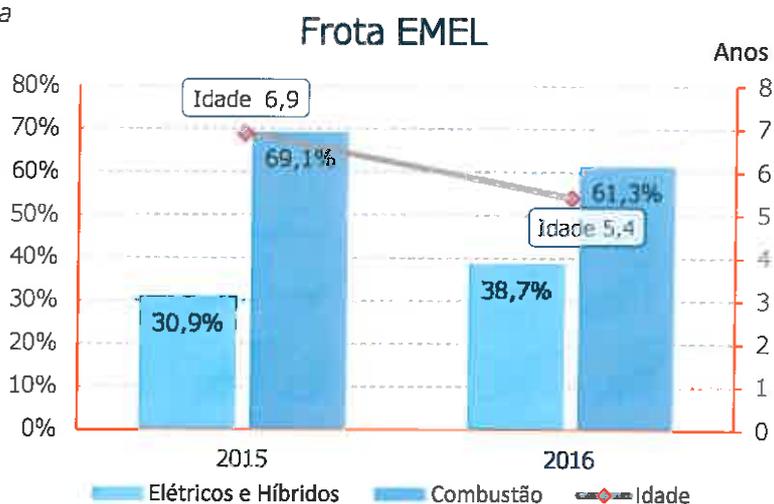


Gráfico 1-6 Constituição da Frota por Tecnologia de Propulsão 2015-2016

1.1.4 Revisão do Regulamento e Novo Zonamento

Em outubro de 2016 foi publicado no Boletim Municipal de Lisboa uma alteração ao Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública (RGEPVP) da cidade de Lisboa. Ao permitir a criação de ZEDL em toda a cidade, alterar e reorganizar os limites das ZEDL e das ZAAC existentes, compatibilizando-os com os novos limites das freguesias resultantes da Lei n.º 56/2012, esta revisão vai possibilitar a regulação do estacionamento em todo o território do concelho, tendo em consideração as reais necessidades e anseios dos munícipes lisboetas.

A implementação de novas ZEDL (ou a reconfiguração do perímetro das já existentes) é obrigatoriamente sujeita a um processo de consulta pública, envolvendo os munícipes e os seus representantes eleitos. A EMEL já apresentou propostas nesse sentido e vai continuar a fazê-lo em 2017 em conformidade com o previsto em sede de plano de atividades.

Face a esta nova realidade tornou-se necessário adotar um Zonamento de estacionamento que cubra a totalidade do município de Lisboa. Em estrito respeito pelos princípios de acessibilidade automóvel e pedonal, e proporcionalidade e equidade, a EMEL deu início a um projeto que inclui a elaboração de vinte e quatro propostas de zonamento, uma por cada freguesia de Lisboa, dotando a Cidade de uma maior coerência e equilíbrio entre a oferta e a procura de estacionamento. No âmbito do processo de aprovação pela CML, as propostas são objeto de parecer das respetivas Juntas de Freguesia e submetidas a consulta pública.

1.2 Fiscalização

1.2.1 Cobertura da Fiscalização

O grande desafio da transição para a EMEL da exploração e fiscalização direta de quase 16 000 lugares de estacionamento (Zona Verde) na via pública, até junho de 2015 concessionados à *StreetPark*, foi acompanhado pela introdução de novos e mais eficientes métodos de fiscalização e de gestão do estacionamento.

A esta incorporação, que por si só já representava quase mais 50% do total de lugares sob gestão da empresa, acresceu a expansão de 2015 - cerca de 2 200 - e a de 2016 - 1 560 em termos líquidos. Num período de apenas dois anos a EMEL viu alargada a sua área de gestão operacional direta em quase 20 000 lugares.

A expansão referida apoiou-se i) em parquímetros e *softwares* de suporte à fiscalização mais evoluídos tecnologicamente, que permitem a obtenção de informação de uma forma mais expedita e ii) num modelo de fiscalização mais eficiente e integrado com o processo contraordenacional.

A renovação tecnológica dos equipamentos que se observou ao longo de 2016 confluirá naturalmente, num futuro próximo, com desenvolvimentos na área da

Coleta e Manutenção de Equipamentos, suscetíveis de viabilizar a integração da informação de coleta, lançamento de alertas, reporte e resolução de avarias.

No que toca ao capital humano assistiu-se à transferência de alguns colaboradores da atividade de fiscalização para áreas de suporte (*backoffice* da fiscalização, parque de rebocados, Coleta e Centro de Controlo Operacional (CCO), entre outras), garantindo-se o apoio operacional indispensável à expansão da área de intervenção da EMEL que ocorreu durante 2016.

Tabela 1-11 Evolução do Número de Lugares por Agente de Fiscalização do Estacionamento Apeado 2012-2016

	2012	2013	2014	2015	2016
Lugares Tarifados	24 380	26 184	29 039	46 178	47 366
Lugares de Residentes	2 758	3 168	4 370	5 305	5 685
Lugares em ZAAC	616	568	571	535	527
Total de Lugares	27 754	29 920	33 980	52 018	53 578
AFE Apeados	69	61	51	102	106
Lugares por AFE Apeado	402	490	666	510	505

Ainda assim, o ano encerrou com um acréscimo de AFE apeados de 102 para 106, em termos equivalentes (ou seja, considerando o somatório das ausências individuais nos diversos meses), o que contribuiu para contrabalançar a expansão geográfica. O rácio lugares por AFE apeado acabou por diminuir de 510 para 505.

1.2.2 Evolução da Atividade de Fiscalização

A opção por novas tecnologias de apoio à fiscalização, designadamente o sistema OPERA cujo desenvolvimento ocorreu em 2015 e a implementação em 2016, permitiu conquistar i) níveis de eficiência mais elevados e ii) complementaridade com outras funções essenciais, como é o caso das ações de varrimento de estacionamento.

Este sistema já integra a atividade de fiscalização e o processo contraordenacional e, em 2017, como já se referiu irá também abranger áreas de suporte, nomeadamente a Manutenção de Equipamentos e a Coleta.

Analisando os volumes anuais de produção do efetivo de fiscalização ao longo do último quinquénio sobressai:



- Estabilidade do número de remoções;
- Significativo acréscimo dos desbloqueamentos entre 2014 e 2015 (+46,1%), que se encontravam em queda nos anos anteriores;
- Crescimento do número de denúncias e avisos emitidos, mais expressivo entre 2015 e 2016 (+31,7%).

 Tabela 1-12 Evolução da Atividade de Fiscalização 2012-2016¹

	2012	2013	2014	2015	2016
Denúncias e Avisos	250 260	212 204	312 044	342 800	451 595
Desbloqueamentos	31 960	30 777	29 480	43 081	44 227
Remoções	9 085	10 260	9 950	10 232	9 617

Operações Apeadas e Desbloqueamentos

Para garantir que a assunção da gestão direta dos lugares da Zona Verde fosse bem-sucedida tornou-se necessária, no segundo semestre de 2015, uma fiscalização mais exigente nessa zona, nomeadamente fora dos lugares tarifados, como forma de ordenar o estacionamento e legitimar a subsequente atuação nos lugares tarifados.

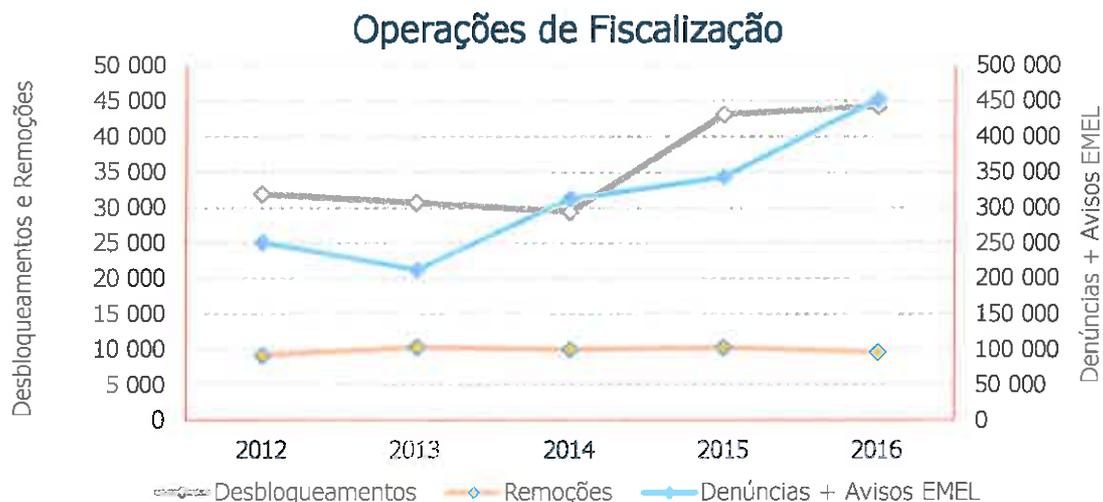


Gráfico 1-8 Evolução das Operações de Fiscalização 2012-2016

¹ A atividade de fiscalização termina sempre com uma denúncia / aviso (em função do tipo de infração), desbloqueamento ou remoção.

Um ano volvido, a produção dos agentes de fiscalização mantém-se historicamente elevada mas começa a diminuir refletindo o ordenamento de estacionamento alcançado. No final do ano o volume médio de operações apeadas estabiliza².

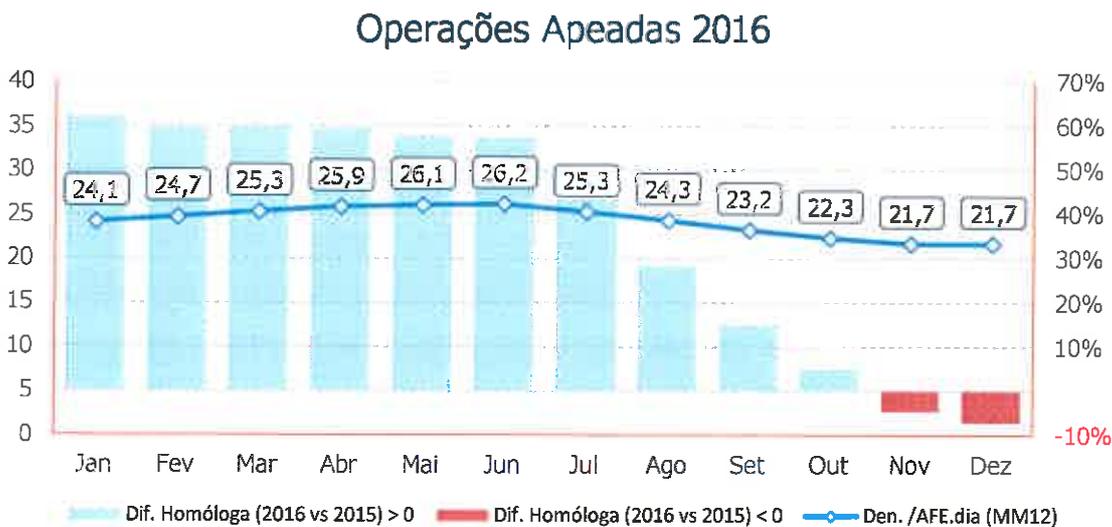


Gráfico 1-9 Evolução Mensal das Operações Apeadas 2016 (MM12)

Ao longo de 2016 a diversificação das formas de fiscalização adquiriu maior expressão, designadamente i) a fiscalização em horário noturno nas zonas correspondentes a Carnide e ao centro histórico da cidade (já existente em 2015) e ii) o reforço da fiscalização na Zona 023, correspondente ao Bairro Azul, de forte cariz residencial e com forte incidência do setor terciário na envolvente, o que gera elevada pressão de estacionamento. Esta diversificação exige uma alocação de recursos em períodos e zonas onde, embora a presença da fiscalização seja premente, o seu impacto dissuasor dispensa, na maioria dos casos, a elaboração de denúncias.

Outro fator explicativo da atenuação da produção individual de denúncias e avisos é o envolvimento dos AFE em ações de caracterização do estacionamento através de registo em diferentes momentos da ocupação dos lugares de estacionamento

² Apresentam-se os dados considerando uma média móvel de 12 meses de forma a retirar efeitos de sazonalidade.

(ações de varrimento), fundamentais para ajudar a aferir os comportamentos da procura.

Estas ações de varrimento têm evidenciado duas tendências mais vincadas:

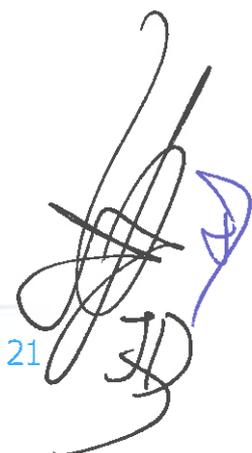
- Diminuição global da taxa de incumprimento;
- Crescimento da ocupação do estacionamento na via pública por viaturas com dístico de residente.

A atividade global dos fiscais apeados cresceu de forma muito expressiva. Esta evolução é tanto mais relevante quando a política operacional passa por uma alocação de meios em favor das equipas de bloqueio, procurando explorar a sua maior eficiência. A forma harmoniosa como foram sendo integrados os novos colaboradores na área de fiscalização e a *performance* registada no setor reforçaram-se mutuamente.

Na fiscalização em equipa, que integram as funções de bloqueamento e desbloqueamento/remoção, assistiu-se a uma queda superior a 6% no número de remoções, enquanto a atividade das equipas de bloqueadores cresceu mais de 2,5%.

Consciente dos impactos decorrentes de remoções e de bloqueios, a EMEL empenha-se em garantir um nível de serviço elevado. Um indicador associado à qualidade de serviço, do qual a Fiscalização se socorre para monitorizar a operação numa vertente mais qualitativa, é o Tempo de Desbloqueamento – o período que decorre desde a solicitação até ao desbloqueio efetivo.

No último semestre de 2016, o tempo médio de desbloqueamento foi de 28 minutos para a totalidade das ações de desbloqueio, ou seja, considerando os desbloqueamentos com e sem pedido, entendendo-se por desbloqueamento sem pedido aquele que é solicitado presencialmente à equipa.



A sazonalidade impacta de forma significativa o tempo de desbloqueamento. Por exemplo, novembro é um mês de intensa procura de estacionamento na cidade e, como consequência, de maior número de pedidos de desbloqueamento face quer a setembro, quer a outubro, o que explica o aumento do tempo médio global de 32 para 42 minutos³.

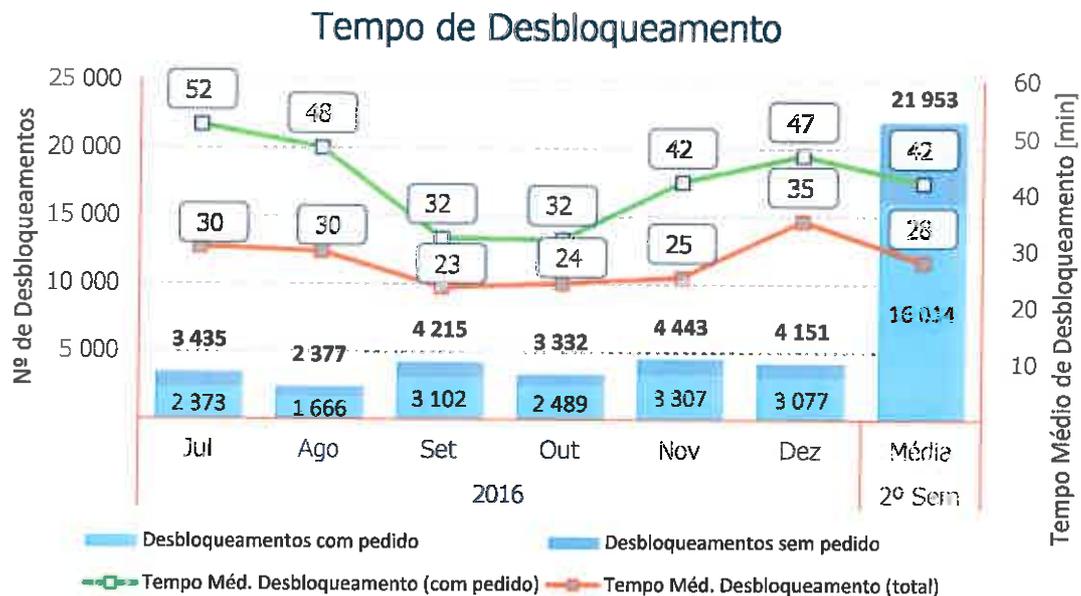


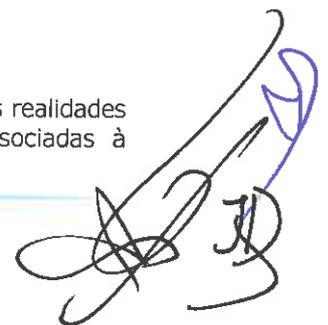
Gráfico 1.10 Evolução Mensal do Número de Desbloqueamentos e do Tempo Médio de Desbloqueamento - 2º Semestre 2016

Contraordenações

Como referido acima, observou-se no ano de 2016 um acréscimo de produção dos agentes apeados de fiscalização. Concomitantemente, assistiu-se a um aumento das denúncias, com reflexos na atividade do serviço de contraordenações.

Encontrando-se ainda a decorrer a implementação do sistema informático que suporta o tratamento dos processos de denúncia, ao mesmo tempo que sustenta outras atividades core da empresa, a progressão do serviço tem sido paulatinamente realizada.

³ Considera-se um semestre como período adequado pois abrange meses com diferentes realidades de procura e presença da fiscalização, e é suficiente para diluir as questões associadas à sazonalidade.



Todavia, a automatização de alguns procedimentos tem induzido a diminuição do tempo que decorre entre as ações de fiscalização, o levantamento de processos e a sua notificação aos utentes.

Tabela 1-13 Evolução dos Fluxos Financeiros Relacionados com as Coimas 2012-2016

	2012	2013	2014	2015	2016
Valor entregue pela ANSR* à EMEL	48.524	352.441	154.147	137.589	129.325
Valor entregue pela EMEL à ANSR	607.096	275.163	339.540	184.943	281.944
Valor entregue pela EMEL ao IGCP	1.969.429	963.093	1090.759	744.930	986.885

*Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Contraordenações

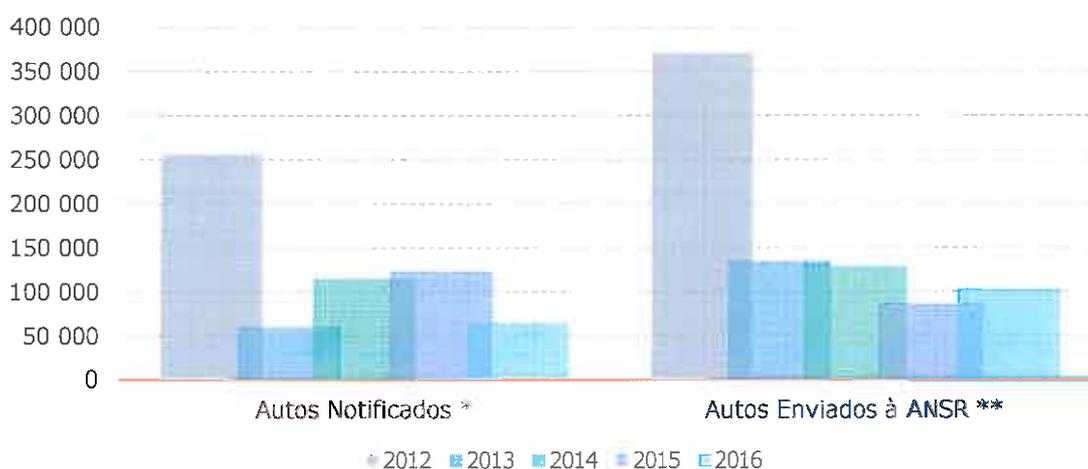


Gráfico 1-11 Evolução da Atividade de Contraordenações 2012-2016

*Autos em que o arguido é notificado (presencialmente, por carta registada ou por carta simples).

**Na sequência do procedimento de notificação dos autos.

1.2.3 Receita Média por Lugar e por Dia

A ação mais efetiva sobre as situações de infração tem, como se viu, induzido um respeito crescente pelas regras de estacionamento com benefício do pagamento voluntário. Juntando a estes efeitos o impacto da incorporação da Zona Verde, que compreende, justamente, as áreas de maior rotação e que mais do que compensou a expansão da exploração para áreas de tarifa mais reduzida ou de menor pressão, encontra-se a justificação do crescimento da Receita Média por Lugar e por Dia (RMLD) face a 2015.

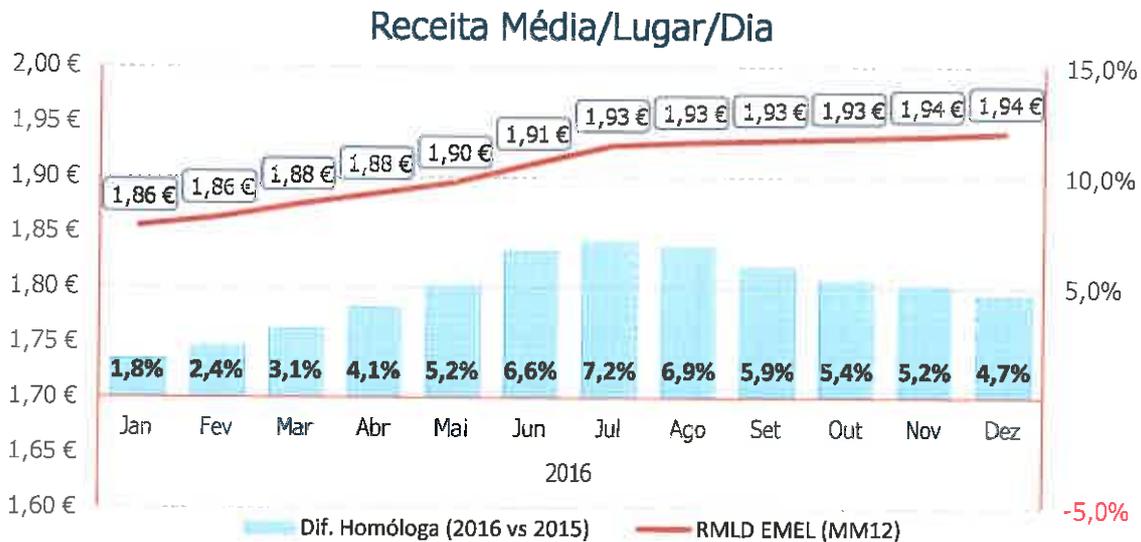


Gráfico 1-12 Evolução Mensal da Receita Média por Lugar e por Dia 2016

Os impactos descritos não se refletem, no entanto, com toda a intensidade no nível de rendimentos obtido com a exploração do estacionamento na via pública. A determinação do rácio considera, naturalmente, os dias de exploração efetiva, ou seja, quando se observa um saldo positivo na variação do número de lugares de tarifa vermelha (na Tabela 1-7) está a considerar-se a grandeza de final de ano. Mas na verdade o ganho de lugares ocorreu apenas em novembro, enquanto a perda de lugares tem data anterior pelo que, no ano de 2016, ponderando o tempo de exploração, assistiu-se efetivamente a uma perda de lugares de tarifa vermelha.

1.3 Parques

1.3.1 Evolução dos Lugares Disponíveis

No primeiro mês do ano de 2016 foi encerrado definitivamente o parque de estacionamento do Pavilhão Carlos Lopes e nove meses mais tarde, em setembro, o parque Álvaro Pais, o que totalizou uma perda de 473 lugares. Também em setembro fechou temporariamente para obras o parque da Biblioteca Nacional.

Tabela 1-14 Evolução do Número de Lugares nos Parques de Estacionamento 2013-2016

	2013	2014	2015	2016
Alto dos Moinhos	279	279	279	279
Álvaro Pais	255	255	255	---
Ana de Castro Osório	76	76	76	76
Areiro	180	180	180	180
Avenida Lusíada	92	92	92	92
Belém	76	76	76	76
Biblioteca Nacional	117	117	117	---
Calçada do Combro	250	250	248	248
Campo Grande	196	196	196	196
Casal Vistoso	238	238	238	238
Chão do Loureiro	192	192	190	190
Cidade Universitária	620	620	620	620
Colégio Militar	415	415	415	415
Combatentes	155	155	155	155
Estrada da Luz	98	98	98	98
Gomes Freire	125	125	125	125
Largo de São Sebastião	28	28	28	28
Largo de Sta, Bárbara	18	18	18	19
Lumiar - Metro	---	---	---	161
Mercado de Alvalade	---	---	---	118
Parque Mayer	90	90	70	81
Pavilhão Carlos Lopes	218	218	218	---
Portas do Sol	150	150	96	150
Quartel Bombeiros + Pavilhão Graça	---	---	---	127
Rego	---	238	238	238
Sete Rios	110	110	110	110
Teixeira de Pascoais	111	111	111	236
Universidade	225	225	225	225
Total	4 314	4 552	4 474	4 480

Em contrapartida, verificou-se o início da exploração de 161 lugares de estacionamento no parque do Lumiar e 127 lugares no Quartel dos Bombeiros e Pavilhão da Graça. A EMEL assumiu também a gestão operacional do parque de estacionamento do Mercado de Alvalade, pertencente à Junta de Freguesia de Alvalade, com capacidade para 118 viaturas.

O parque Álvaro Pais foi requalificado para acolher o parque de veículos rebocados bem como o serviço de manutenção de parquímetros que se encontravam sediados no parque de Sete-Rios. Este processo terminou no final do ano com a transferência de serviços a ser realizada já em janeiro de 2017.



1.3.2 Investimentos de Referência

Campo das Cebolas

A intervenção que inclui o parque de estacionamento do Campo das Cebolas é a mais relevante da EMEL em termos de parques de estacionamento, considerando o volume de investimento mobilizado. O espólio arqueológico encontrado no decurso da obra, as oito embarcações, o paredão e as escadas pombalinas (com estes dois últimos elementos a ficarem integrados no futuro parque de estacionamento) diferiram o termo dos trabalhos para junho de 2017.



Figura 1-5 Caneca Alemã



Figura 1-6 Escadas Pombalinas

O projeto tem como objetivo i) dotar a zona ribeirinha de espaços verdes e de lazer ii) melhorar as infraestruturas urbanas iii) contribuir para uma mobilidade mais sustentável e suave, e, em paralelo, iv) criar mais 206 lugares de estacionamento numa zona de vincada escassez da oferta.

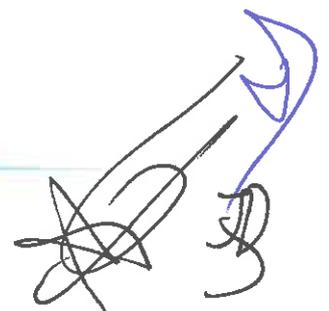




Figura 1-7 Embarcação

A execução da obra foi estruturada em duas fases: a primeira fase contemplou o desvio dos serviços afetados, para que se tornasse possível a construção do parque. Teve início em janeiro e terminou em julho de 2016, exceto a remoção da subestação da CARRIS

dedicada à alimentação das linhas do elétrico que aguardou até ao final do mês de dezembro de 2016 pela reativação da subestação da Praça da Figueira. A segunda fase consiste na construção do parque propriamente dito e no arranjo do espaço público envolvente transformando-o num espaço urbano aprazível e arborizado.

Painéis Informativos

Com um investimento financeiramente mais modesto mas com um objetivo também ele muito nobre, o de reduzir o volume de trânsito parasita e simultaneamente retirar o maior número possível de viaturas estacionadas na via pública, a EMEL procedeu, em articulação com a CML, à aquisição de 17 painéis de indicação de lugares livres em parques de estacionamento. Para além dos Parques EMEL foram contactadas diversas entidades privadas que tivessem sob a sua gestão parques de estacionamento em zonas fulcrais da cidade, nomeadamente no seu eixo central, dando origem a uma lista de vinte diferentes parques de estacionamento.



Figura 1-8 Painel Informativo no Campo Grande

A implementação destes equipamentos permite, assim, disponibilizar informação em tempo real sobre a ocupação total dos parques de estacionamento selecionados, possibilitando ao cidadão facilidade de decisão sobre a melhor opção de estacionamento. Em sintonia foi desenvolvida uma aplicação que permite a centralização da informação recolhida por cada parque de estacionamento refletindo-se em cada painel os respetivos números. Em 2017 prevê-se a aquisição de mais 50 painéis permitindo uma maior cobertura e disseminação por toda a cidade.

1.4 Mobilidade

1.4.1 Frente Ribeirinha - Espaço Público e Mobilidade

A ambição do município de Lisboa de devolver o Tejo à cidade e restituir a sua fruição aos lisboetas e a todos os que, cada vez mais, visitam a capital portuguesa,



Figura 1-9 Cais do Sodré Renovado

elevada qualidade, modernidade, conforto e segurança.

envolve a realização de importantes projetos na Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina. Nesta missão a CML encontra na EMEL um parceiro interessado e entusiasta. No exercício das suas competências de agente promotor de mobilidade, a empresa tomou a seu cargo obras de impacto substantivo nas condições de mobilidade e acessibilidade, às quais soube inculcar padrões de

A praça do Cais do Sodré é um ícone da intermodalidade em Lisboa, convergindo no mesmo espaço o comboio, o barco, o metropolitano, o autocarro e o elétrico. É, em simultâneo, um território de articulação entre a zona ribeirinha poente da cidade, o Chiado e a restante Baixa Pombalina. A EMEL prepara-se para introduzir mais um modo de transporte neste *Hub*: a bicicleta, no âmbito do



Figura 1-11 Mobiliário Urbano no Cais do Sodré

Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas cuja implementação ocorrerá no primeiro semestre de 2017. Mas tanto peões como utilizadores de transportes públicos e automobilistas já podem, desde fevereiro de 2017, tirar partido das novas condições de utilização pública deste espaço ribeirinho. Alterou-se o sistema de circulação e mobilidade desta zona central e histórica da cidade, nomeadamente através do reordenamento da circulação rodoviária, da valorização do sistema de transportes públicos e da preferência dada aos modos suaves com relevância para a circulação e uso pedonal do espaço público.



Figura 1-10 Rua do Arsenal Após a Intervenção



Figura 1-12 Rua da Alfândega em Obra

Este arrojado projeto de requalificação da zona do Cais do Sodré e Corpo Santo foi executado durante o ano de 2016.

A intervenção realizada pela EMEL procura harmonizar-se com os outros projetos já concretizados na Praça do Comércio e Rua Ribeira das Naus, que se traduziram fundamentalmente i) no aumento

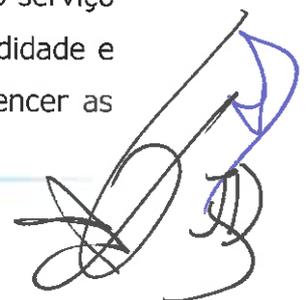
significativo do espaço dedicado ao peão ii) na introdução de corredores cicláveis iii) no reordenamento do estacionamento iv) na reformulação do traçado e número de vias de circulação automóvel e v) na redefinição dos corredores de transporte público.

No que respeita ao transporte público, conseguiu-se o prolongamento do corredor exclusivo que agora liga a Avenida 24 de Julho à Rua do Arsenal, artéria que, em conjunto com a Rua da Alfândega, mais adiante, foi também alvo de um profundo projeto de requalificação. Os trabalhos na Rua do Arsenal e da Alfândega terminaram ainda em 2016.

1.4.2 Percursos Pedonais Mecanicamente Assistidos

As políticas de estacionamento e mobilidade são hoje um instrumento chave na forma como se gere o espaço urbano de que as cidades dispõem. O espaço – que é público – deve ser pensado para as pessoas, facilitando o acesso e a circulação dos cidadãos e cidadãs com mobilidade reduzida, peões, ciclistas, transportes públicos e seus utilizadores. A EMEL tem incorporado todas estas preocupações e tem procurado soluções para lhe dar resposta.

A introdução de meios mecânicos auxiliares das deslocações pedonais à Colina do Castelo surge como forma de atenuar as barreiras impostas pela topografia do terreno, permitindo a criação de uma rede de acessibilidades pedonais ao serviço dos visitantes da cidade e da população residente que com maior comodidade e segurança, e sem necessidade de utilização do automóvel, poderão vencer as



grandes diferenças altimétricas. Ao todo são três projetos distintos – Percurso da Mouraria, Percurso da Graça e Percurso da Sé, cuja execução teve início em 2016.

Mouraria

O Percurso da Mouraria liga o Martim Moniz ao Castelo de São Jorge através de escadas rolantes. Estes equipamentos serão instalados em locais onde já existiam escadas tradicionais:

- Escadinhas da Saúde, onde o percurso será constituído por dois troços de escadas rolantes, registando-se um atraso na execução que se prende com a necessidade de uma alteração profunda ao projeto da rede de esgotos, motivada pela existência de um elevado número de infraestruturas enterradas de telecomunicações;
- Escadinhas do Palácio, cujo projeto contempla um troço de escadas rolantes mas que não será realizado nesta fase;
- Escadinhas de São Lourenço, local em que os trabalhos estão condicionados por imposição da arqueologia do local, sendo certo que os trabalhos decorrem já no interior do Castelo de São Jorge.

Graça

No Percurso da Graça ligar-se-á a alta da Mouraria ao Miradouro Sophia de Mello Breyner Andersen com recurso a um funicular. A execução iniciou-se em 2016 com a escavação de uma trincheira arqueológica, no decurso da qual foi descoberta, na Muralha Fernandina, uma estrutura designada por “alambor”, e que até à data se desconhecia estar presente nesta muralha. Este facto levou à suspensão dos trabalhos, decorrendo a reformulação do projeto com vista à preservação da estrutura encontrada.



Sé

Na Sé o percurso planeado é constituído por um elevador vertical ligando as



Figura 1-13 Enterramentos Descobertos no Poço do Elevador da Sé

traseiras da Casa dos Bicos e a Igreja da Sé. Em 2016 iniciaram-se os trabalhos com a escavação do poço do elevador até aos 12 metros de profundidade. Foram encontrados mais de 200 enterramentos o que retardou o ritmo estimado para esta escavação.

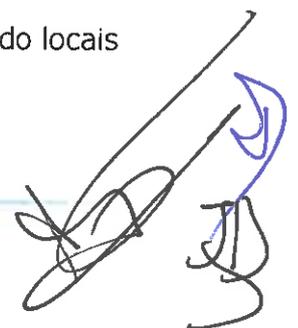
1.4.3 Mobilidade Partilhada

A generalidade das cidades europeias enfrenta os mesmos desafios de congestionamento, fraca qualidade do ar, poluição sonora, logística ineficiente e excesso de carros nos centros históricos e de comércio. As novas tendências na Europa passam pela alteração de paradigma, em que o grande repto é a mudança de comportamento das pessoas. Esta dinâmica é já visível em várias cidades europeias que têm investido em modos ativos de transporte - pedonal e ciclável, bem como em novos serviços partilhados (*bikesharing, por exemplo*) e na mobilidade elétrica.

Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas

Em Lisboa, pela mão da EMEL, ficou concluído em 2016 o procedimento de contratação com vista à implementação do Sistema de Bicicletas Públicas Partilhadas na Cidade de Lisboa (SBPP).

Este projeto enquadra-se num programa municipal de promoção do modo ciclável que contempla, além do SBPP, uma extensa rede ciclável (que inclui ciclovias e zonas 30), bem como outras infraestruturas de apoio aos ciclistas (incluindo locais de estacionamento e escadas adaptadas ao transporte de bicicletas).



Trata-se de um sistema planeado e vocacionado para responder aos desafios de mobilidade e acessibilidade no interior da cidade de Lisboa, e que contribuirá para a redução do congestionamento de tráfego, melhoria da qualidade do ar e melhoria da saúde pública em geral. Pretende-se que esta oferta alternativa de transporte capte diferentes tipos de utilizadores, incluindo, os residentes em Lisboa e os visitantes da cidade (trabalhadores, estudantes e turistas).

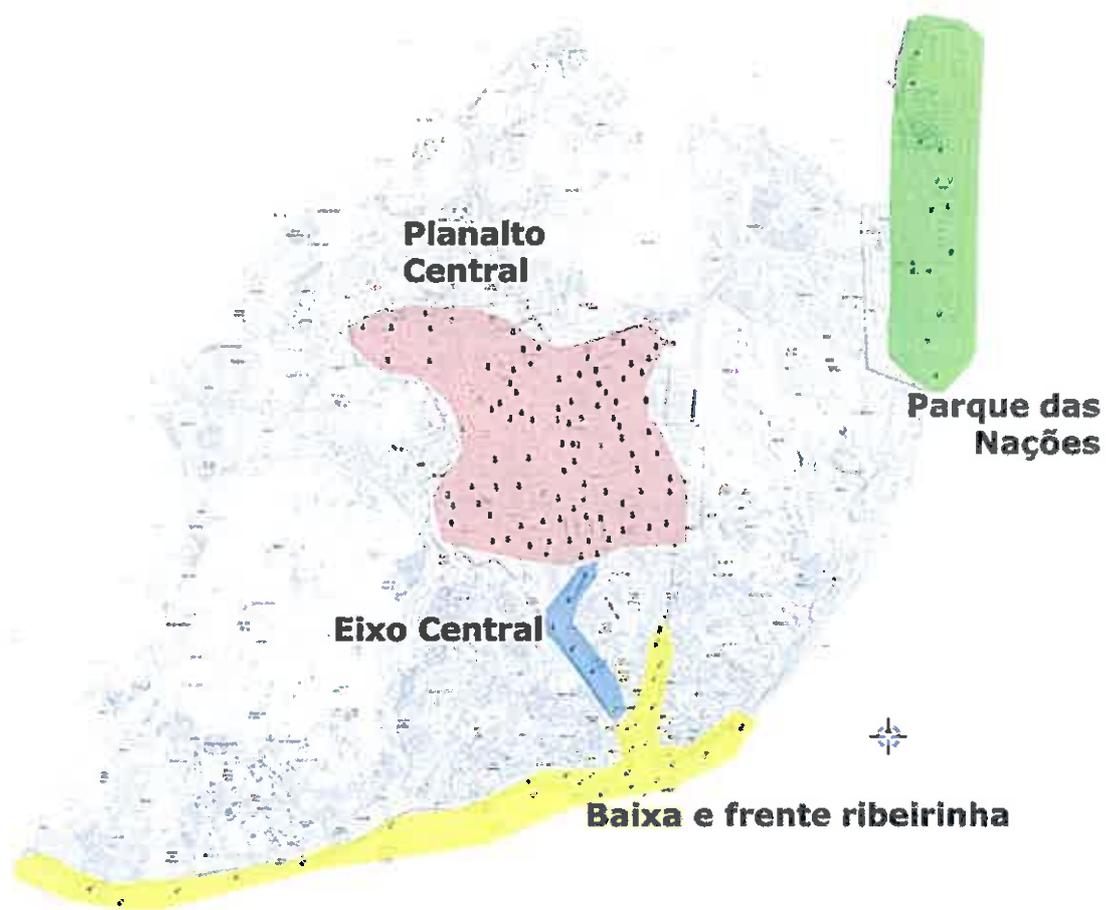


Figura 1-14 Plano de Implementação da Rede de Estações do SBPP

O SBPP é, concretamente, um serviço de mobilidade partilhada que disponibiliza cerca de 1400 bicicletas e uma rede de 140 estações, localizadas em locais estratégicos da cidade de Lisboa, e que permite aos utilizadores do sistema a realização de viagens entre os diferentes locais, tipicamente viagens de curta duração (cerca de 10 a 20 minutos).

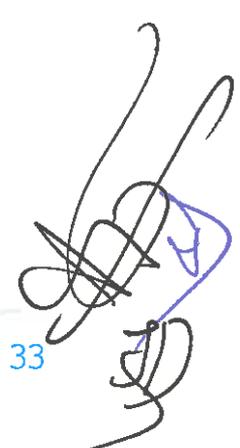




Figura 1-15 Imagem da Fase Piloto do SBPP

Ainda antes do verão de 2017 entrará em funcionamento uma fase piloto do SBPP na zona do Parque das Nações contemplando cerca de 10 estações.

Na área da mobilidade elétrica, a EMEL juntamente com a CML e a Mobi.E S.A., participou na elaboração da proposta de reorganização da rede piloto de carregamento

de veículos elétricos, que prevê a atualização de parte dos postos de carregamento normal para carregamento semirrápido.

A par do início da fase de mercado da rede de mobilidade elétrica, da implementação de postos de carregamento rápido no âmbito de outros projetos, e da conversão para carregamento semirrápido de parte da rede piloto, as atividades desenvolvidas durante o ano de 2016 permitirão à cidade de Lisboa dotar-se de uma rede de carregamento de veículos elétricos que responda às necessidades dos atuais utilizadores e reforça também as condições para adoção da mobilidade elétrica pelos residentes, visitantes e agentes económicos da cidade.

Paralelamente, a EMEL continua a dedicar-se ao estudo e avaliação de potenciais soluções e modelos alternativos com vista à melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade dos residentes e visitantes da cidade de Lisboa, e à descarbonização dos transportes.

1.4.4 Conferências e Eventos

Acompanhar as últimas tendências do setor em que opera, e discutir e partilhar com os seus pares, e outros atores relevantes, novas tecnologias e melhores



práticas, continua a ser uma prioridade da EMEL. Ao longo do ano de 2016 a empresa organizou e foi convidada a participar em vários seminários e conferências nacionais e internacionais.

3.ª Edição do ClickSummit, Lisboa

Realizou-se nos dias 8 e 9 de abril de 2016, em Lisboa, a 3.ª edição do *ClickSummit* que reuniu centenas de especialistas e profissionais do mundo digital, tendo-se centrado no *networking* e na partilha de experiências e *know-how*. A EMEL foi convidada a apresentar neste evento a *app* de pagamento móvel ePark considerada um exemplo de sucesso.

ZOOM Smart Cities, Lisboa

Numa organização conjunta da Universidade Nova e da Revista *Smart Cities* Portugal, a conferência *ZOOM Smart Cities* teve lugar nos dias 18 e 19 de maio de 2016, na Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa, com o intuito de promover uma discussão alargada sobre cidades e sua governação, e respetivas estratégias de sustentabilidade, de mobilidade, e de envolvimento do cidadão.

3.º Fórum de Estacionamento, Portimão

Realizou-se em Portimão, nos dias 6 e 7 de junho, o 3.º Fórum de Empresas Municipais de Estacionamento com organização da Emarp e o apoio da EMEL e da PROMOTorres. O evento contou com vários intervenientes do setor do estacionamento e da mobilidade que analisaram soluções tecnológicas que podem melhorar a operação das empresas e partilharam boas práticas, experiências e conhecimento passíveis de conduzir à melhoria contínua dos serviços prestados e à uniformização de métodos e procedimentos a nível nacional entre todas as empresas congéneres.



4.º Fórum de Estacionamento, Lisboa

A EMEL organizou em Lisboa, nos dias 3 e 4 de outubro de 2016, o 4º Fórum de Estacionamento, reunindo autarcas, técnicos e dirigentes das empresas que gerem o estacionamento e a mobilidade em Portugal. Neste fórum foram discutidas, entre outras temáticas, as alterações legislativas do setor do estacionamento em espaço público.



Figura 1-16 4º Fórum do Estacionamento

10.º Encontro Transportes em Revista, Lisboa

Sob a temática Mobilidade, Transportes e Sustentabilidade realizou-se em Lisboa, no Museu da Carris, nos dias 27 e 28 de outubro, o 10º Encontro Transportes em Revista. Este evento promoveu o debate entre diferentes intervenientes do setor da Mobilidade e Transportes.

6.º Congresso Ibérico de Estacionamento e Mobilidade Urbana, Tarragona

Durante os dias 9, 10 e 11 de novembro de 2016, realizou-se a 6.ª edição do Congresso Ibérico de Estacionamento e Mobilidade Urbana, em Tarragona, Espanha. O evento acolheu especialistas e representantes de empresas públicas e privadas de Espanha e Portugal, e, ainda, mais de 200 congressistas, especialistas em estacionamento e mobilidade. A EMEL participou em várias sessões de debate.



Figura 1-17 6º Congresso Ibérico de Estacionamento e Mobilidade

Conferência POLIS, Roterdão

POLIS é uma rede de cidades e regiões europeias que trabalham em conjunto para desenvolver tecnologias e políticas inovadoras dirigidas ao transporte local. Anualmente a rede POLIS organiza uma conferência, que no ano de 2016 teve lugar em Roterdão nos dias 1 e 2 de dezembro. A conferência desenrolou-se por várias sessões paralelas, destacando-se: Cidades Inteligentes, Novos Desenvolvimentos no Estacionamento Urbano, Mobilidade Elétrica, Modos Ativos e Mobilidade Partilhada.



SIMON – A Tecnologia ao Serviço dos Cidadãos com Deficiência, Lisboa



Figura 1-18 Seminário SIMON

A EMEL organizou em Lisboa, no dia 15 de dezembro de 2016, o Seminário *A tecnologia ao serviço dos Cidadãos com Mobilidade Reduzida*, no Auditório do CIUL, no Fórum Picoas Plaza, reunindo decisores políticos, dirigentes de empresas de estacionamento, associações de cidadãos representando, designadamente, a comunidade de pessoas com

deficiência, com o objetivo de apresentar e discutir os resultados do projeto europeu SIMON e debater a temática da mobilidade reduzida.

1.5 ePark

A introdução em 2014 da *app* de pagamento de estacionamento por meio de dispositivo móvel, ePark, seguida de uma segunda versão no final de 2015 com a necessária migração dos utilizadores que já possuíam a versão anterior, teve uma grande disseminação ao longo de 2016, representando hoje em dia mais de 20% da receita total proveniente do estacionamento na via pública, o que reflete uma subida muito considerável da proporção que representava no fecho de 2015 (13%).

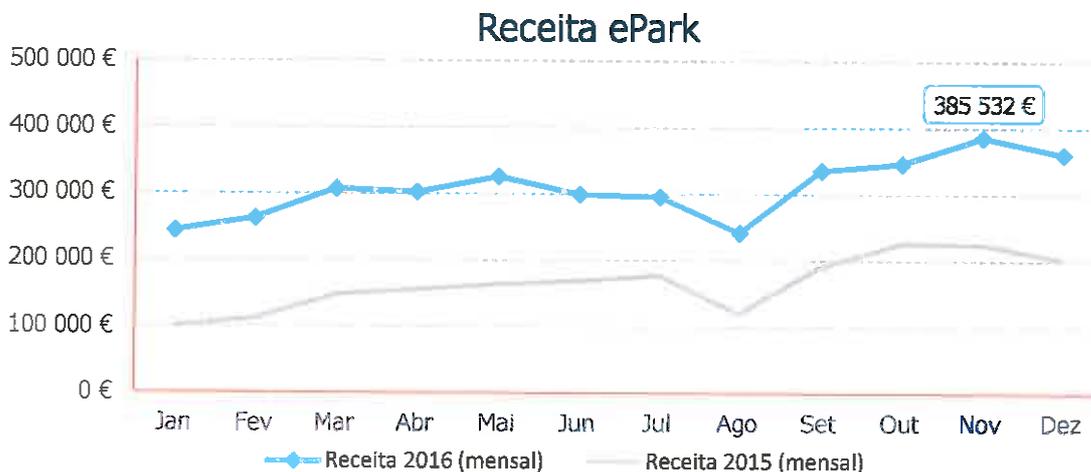


Gráfico 1-13 Evolução Mensal das Receitas Cobradas Via ePark 2015-2016

As diferenças homólogas face a 2015 são evidentes, bem como o crescimento entre janeiro e dezembro de 2016 de 244 000 € para 361 000 € (+48%).

ePark

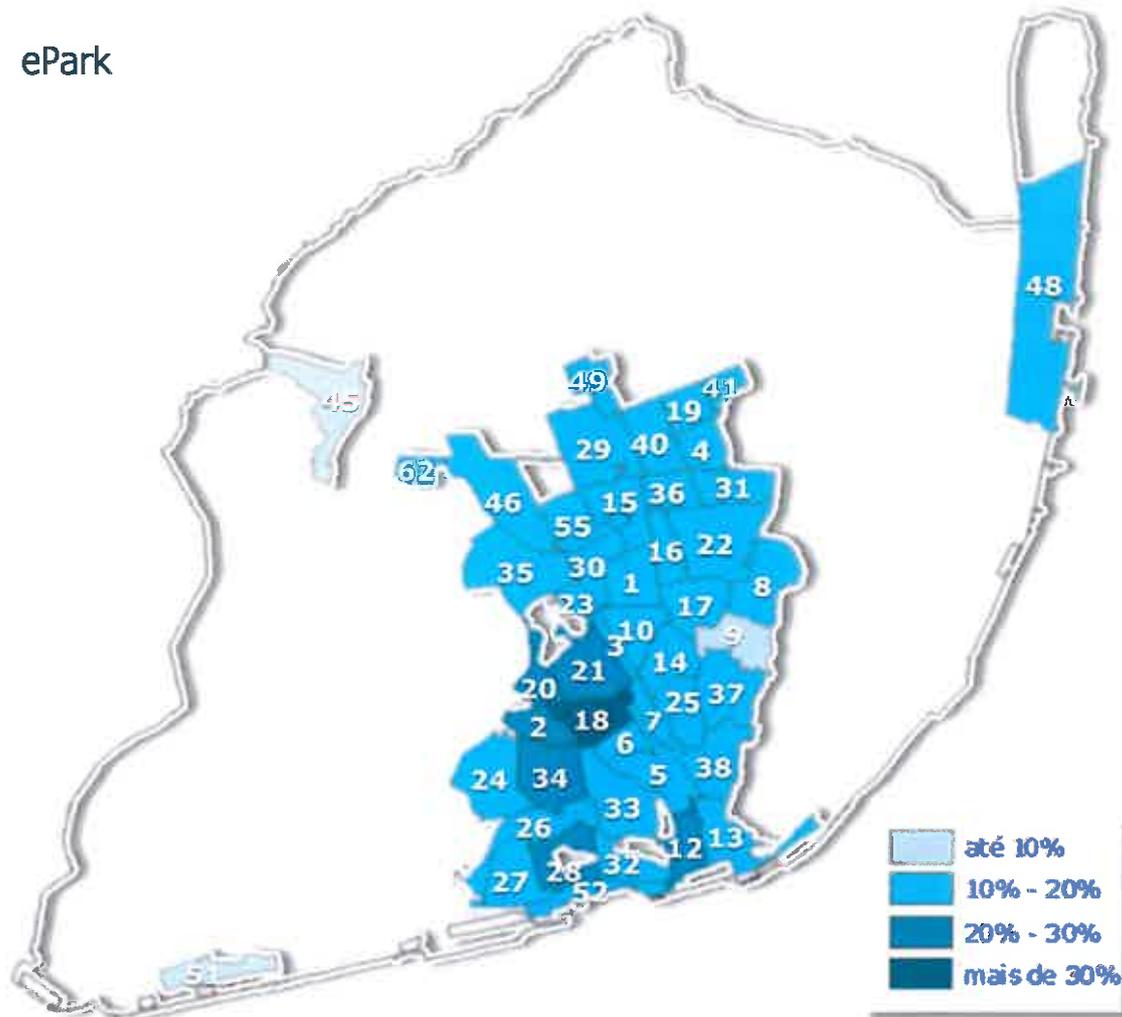
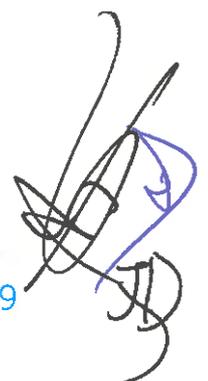


Figura 1-19 Incidência do Pagamento Via ePark por Zona 2016

Dois anos e seis meses volvidos desde a sua introdução, o ePark revelou-se uma aposta de grande sucesso, respondendo aos interesses e anseios do utilizador. Conta já com mais de 150 000 utilizadores que no seu conjunto realizaram já mais de 5 000 000 de pagamentos, e no final de 2016 já se aproximava dos 400 000 € de receita mensal, fasquia entretanto superada em janeiro de 2017. Na Zona 18 - Marquês de Pombal a adesão ao ePark tem sido notória; já quase metade da receita de estacionamento realizada nessa zona é paga via ePark.





Prémios ACEPI Navegantes XXI

Os Prémios Navegantes XXI são uma iniciativa da ACEPI – Associação da Economia Digital que visa promover e desenvolver a Economia Digital em Portugal.

A aplicação para telemóveis da EMEL, ePark, venceu o Prémio ACEPI Navegantes XXI, edição 2016, na categoria de Melhor *App Mobile*, aplicação que permite pagar o estacionamento tarifado na via pública em Lisboa, sem que o automobilista necessite de se deslocar ao parquímetro.

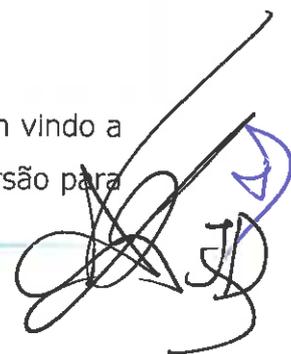


Figura 1-20 Cerimónia da Entrega dos Prémios ACEPI

Entre os critérios de avaliação para a atribuição do prémio, o Júri analisou o sucesso do ePark e o enorme crescimento de utilização que a *app* tem tido, ponderando, também, a interatividade, imagem, usabilidade e inovação da Aplicação.

Este reconhecimento pela ACEPI seguiu-se ao reconhecimento por algumas outras entidades que premiam o ePark ou reconheceram a sua importância, como são exemplos o Prémio de Melhor App pelo Sapo.pt ou Prémio Eficácia pelos resultados alcançados.

Em colaboração com uma comunidade atenta de utilizadores a EMEL tem vindo a desenvolver novas vertentes desta aplicação, estando já preparada a versão para



empresas e definido o desenho de uma nova utilização para pagamento em parques de estacionamento.

Também o novo SBPP terá proximamente a sua própria aplicação, assente na mesma Plataforma de Mobilidade de ePark e partilhando a mesma carteira de pagamentos.

1.6 Dísticos

Como já ficou patente, a estratégia que norteia a gestão do estacionamento na cidade de Lisboa visa a otimização das condições de mobilidade ao mesmo tempo que procura encontrar equilíbrios que satisfaçam necessidades de estacionamento divergentes e frequentemente conflitantes. No entanto, essa estratégia assenta em pressupostos muito firmes, entre os quais se distingue um princípio basilar de proteção do residente em Lisboa. É da observância deste princípio que resulta um sistema de dísticos de residente que permite o estacionamento na ZEDL da morada do residente e ainda numa outra ZEDL contígua (sempre que esta exista).

Em condições normais podem existir até três dísticos de residente por morada que, no prazo de validade de um ano, têm um preço crescente, com o primeiro dístico atribuído a cada morada a ter um custo para o residente que equivale a pouco mais que um dia de tarifa média de rotação, o custo do segundo dístico representa quatro dias e o do terceiro cerca de 12.

Não surpreende por isso que o volume de dísticos concedidos tenha vindo a subir nos últimos anos. Entre 2012 e 2016 o volume de dísticos concedidos aumentou a uma taxa média superior a 9% ao ano.

Este é um aumento muito significativo, tanto mais quando ocorre em simultâneo com um gradual declínio da população residente no concelho de Lisboa.



População Residente e Dísticos

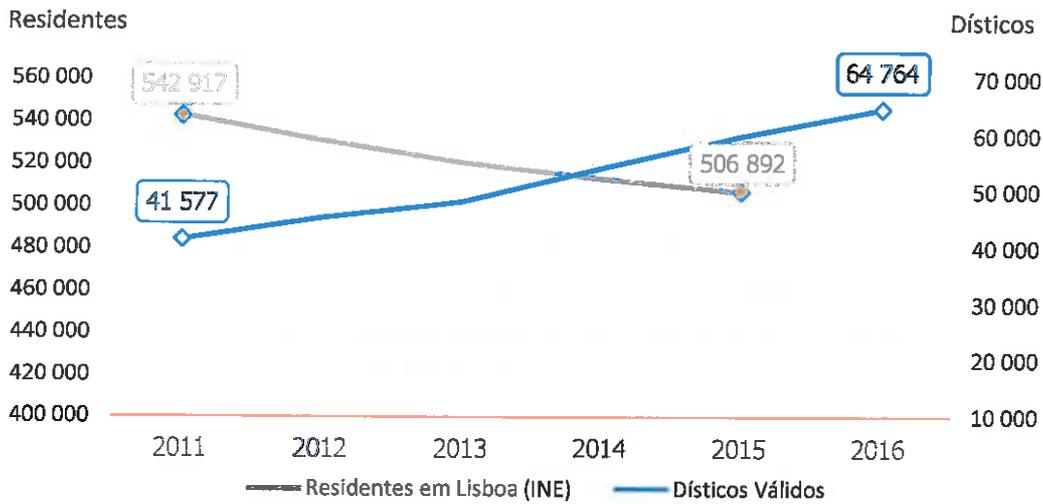


Gráfico 1-15 Evolução da População Residente em Lisboa e Dísticos Concedidos 2011-2016

É certo que o alargamento da área de atuação da EMEL ajuda a compreender o aumento verificado no volume de dísticos emitidos, mas não o explica na totalidade. No mesmo período, o número de lugares sob gestão da empresa aumentou a uma taxa média anual de 5,7%, portanto muito abaixo dos 9,3% de crescimento dos dísticos. A evolução do rácio de dísticos por lugar sintetiza bem a tendência identificada.

Dísticos por Lugar

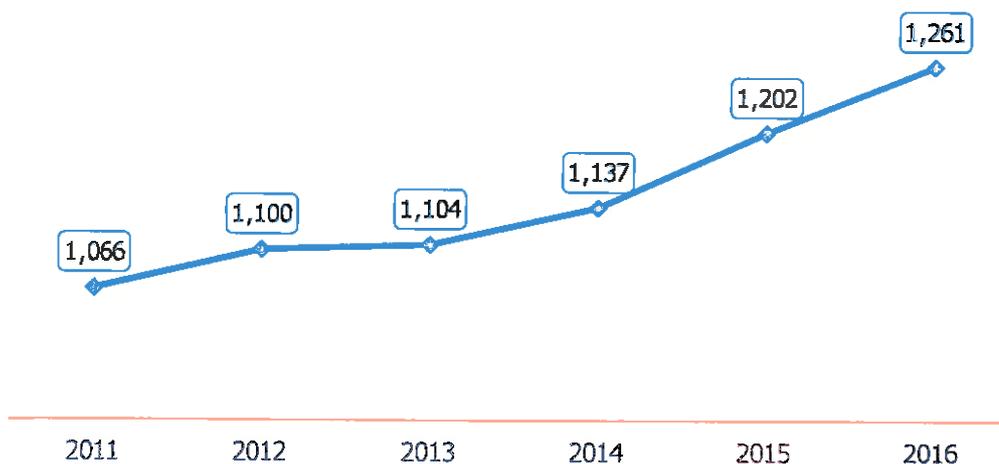


Gráfico 1-14 Evolução do Número de Dísticos por Lugar 2011-2016

Dísticos por Lugar

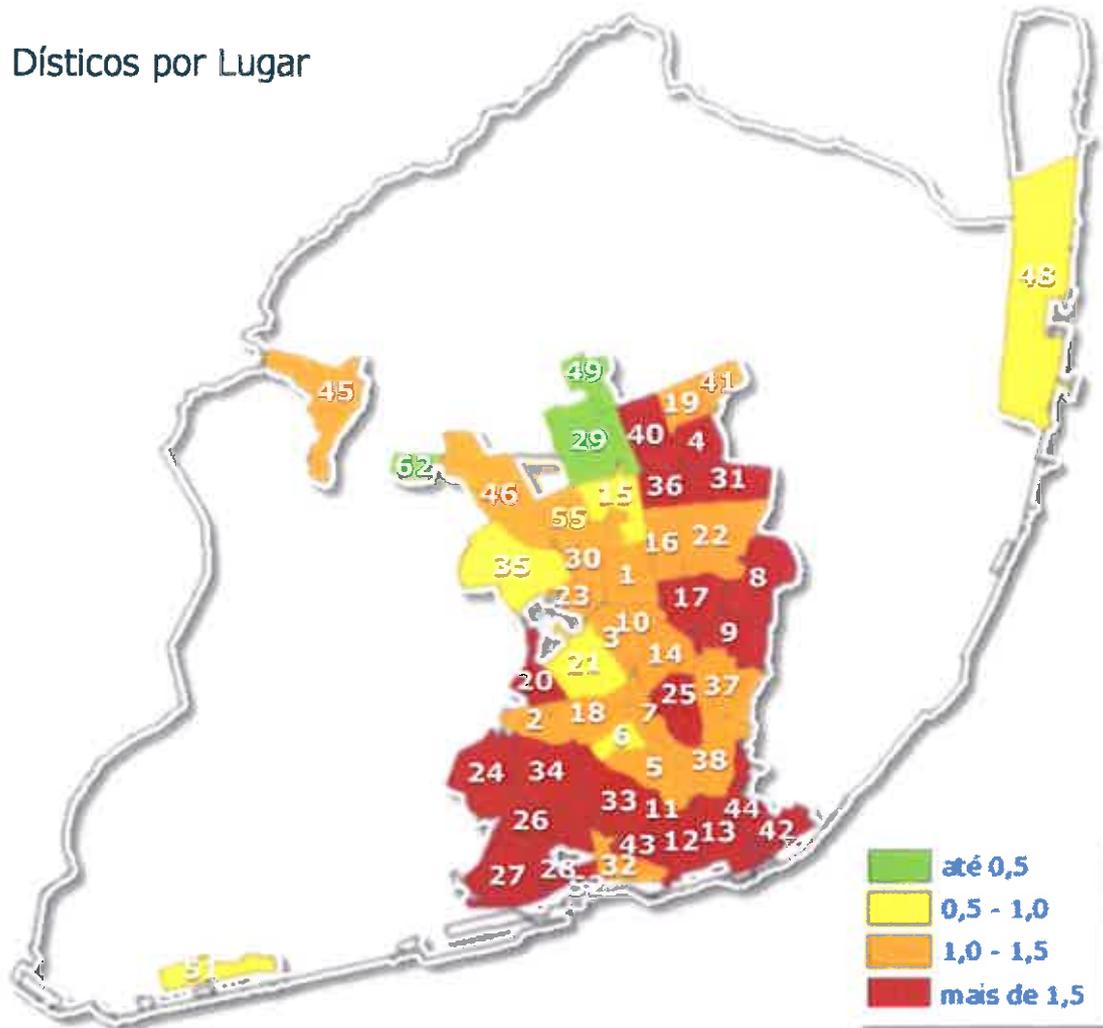


Figura 1-21 Intensidade do Rácio Dísticos/Lugar por Zona 2016

Esta realidade não tem um impacto homogéneo nas diversas ZEDL, mas em muitas delas o número de dísticos por lugar ultrapassa os 1,5, valor que por si só sugere elevada pressão de estacionamento e evidencia escassa capacidade para satisfazer a procura dos residentes. Existem ZEDL, como a 023 – Bairro Azul, onde o número de dísticos por lugar nem é dos mais elevados mas a procura por rotação derivada da alta concentração de serviços alavanca a intensidade da pressão de estacionamento.

Desde 2014 o normativo que determina as condições de atribuição de dísticos permite a não residentes a obtenção destes títulos, desde que apresentem uma declaração de usufruto a atestar o efetivo uso, por parte de um residente, da viatura à qual é atribuído o dístico.

Dísticos de Usufruto

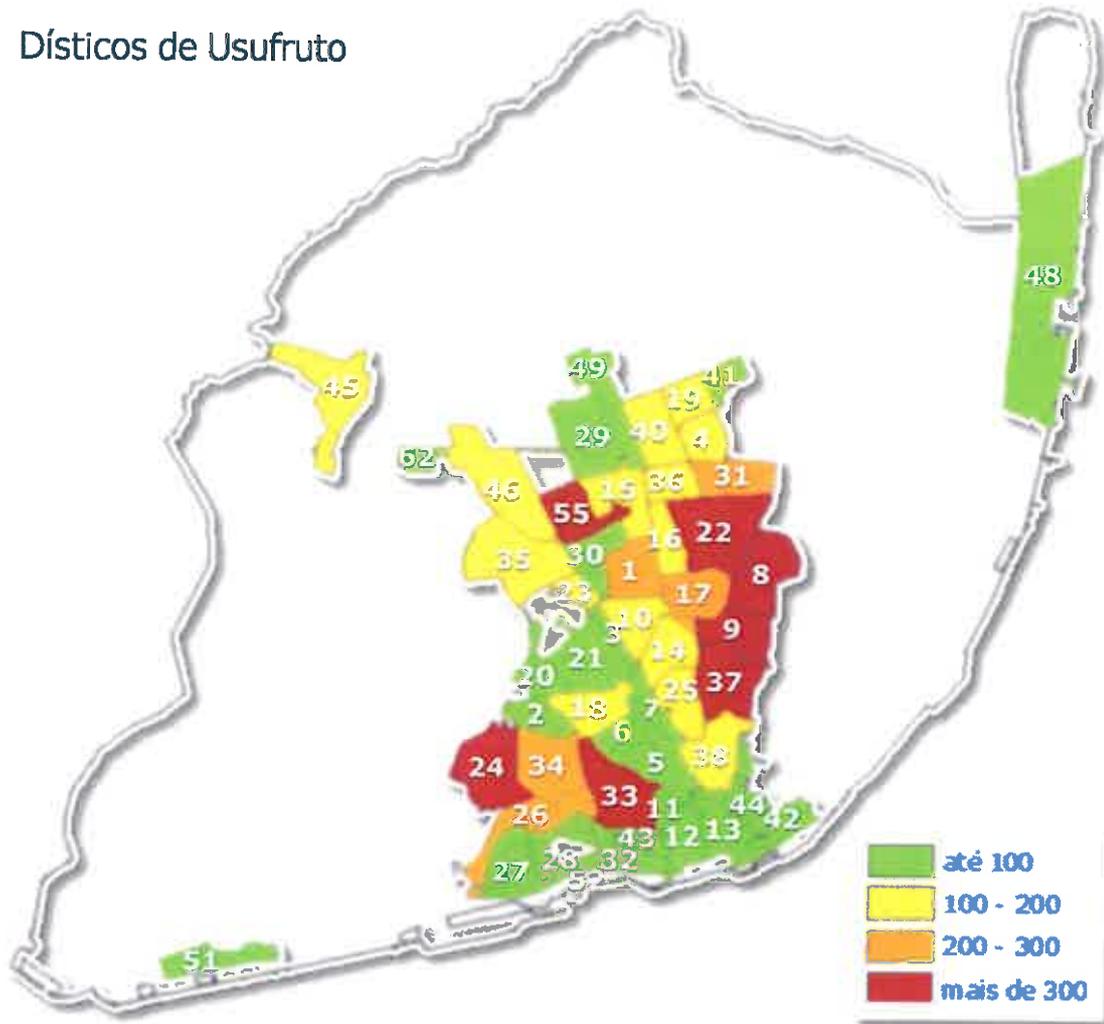


Figura 1-22 Intensidade de Dísticos de Usufruto por Zona 2016

Esta facilidade tem como resultado um aumento do número de dísticos atribuídos e naturalmente uma subida do rácio de dísticos por lugar o que pode produzir impactos mais sensíveis em algumas ZEDL.

Considerando que um dístico permite o estacionamento na ZEDL da morada do titular e numa ZEDL contígua escolhida por este durante um ano inteiro, e que, no máximo, custa o equivalente a 12 dias da tarifa média cobrada pela EMEL, percebem-se de imediato os impactos produzidos ao nível da rentabilidade da empresa. No entanto, é ao nível do serviço prestado que se produz maior deterioração, já que os objetivos estratégicos de equilíbrio na satisfação de necessidades de estacionamento, de garantia de um mínimo de capacidade de rotação e até da própria proteção dos interesses dos residentes são, em algumas ZEDL, seriamente afetados por valores tão elevados do rácio de dísticos por lugar.

1.7 Interface com o Cidadão

Uma cidade que se prepara para o futuro é uma cidade que ausculta o cidadão e promove em sintonia com ele soluções para as necessidades da comunidade. Tendo presente esta premissa, um novo conceito de serviço foi implementado em 2016 pela EMEL ao nível da mobilidade do município de Lisboa: os Gestores de Zona.

Figura estruturante na ligação ativa e pró-ativa da EMEL à comunidade, através dos seus mais próximos representantes — as Juntas de Freguesia —, o Gestor de Zona trouxe valor acrescentado à gestão de projetos, pelo seu papel de interface de comunicação interna e externa. Graças ao diagnóstico de necessidades e ao acompanhamento constante de solicitações e compromissos assumidos em toda a cidade, foi possível estabelecer um relacionamento mais próximo, simples e eficaz com os principais *stakeholders* institucionais, com os parceiros de serviços municipais e com os próprios munícipes. A presença de profissionais no terreno que transmitem para dentro da empresa, em tempo real, os sintomas quotidianos da cidade viabiliza uma atuação cada vez mais atempada dos problemas dos cidadãos e cidadãs relacionados com a mobilidade.

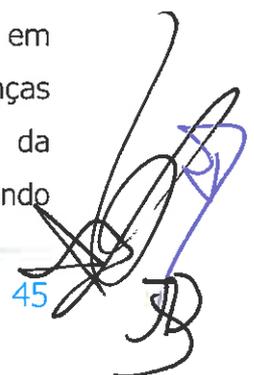


Figura 1-23 Apresentação da Iniciativa Pela Cidade Fora

No domínio da formação para a cidadania, o ano de 2016 viu surgir um projeto de que a EMEL muito se orgulha: *Pela Cidade Fora - Educação para a Mobilidade*

O projeto é uma iniciativa conjunta da EMEL e da CML, orientada para a

formação e para a cidadania das novas gerações, centrada na mobilidade em Lisboa. Baseia-se na sensibilização das gerações mais novas, desde as crianças do pré-escolar até aos jovens do ensino secundário, para as questões da Mobilidade Sustentável tornando as cidades mais humanizadas. Conjugando



diferentes valências das duas entidades, pretende desenvolver-se um conjunto de iniciativas que, de forma lúdica e pedagógica, possam captar diferentes públicos.

1.7.1 Lojas

A EMEL dispõe de pontos de atendimento presencial onde os cidadãos podem obter todas as informações relacionadas com matérias em que são parte interessada, como dísticos de residente ou empresa, identificação e pagamento de coimas ou acesso a ZAAC. Em 2016 a empresa esteve presente

Atendimentos nas Lojas

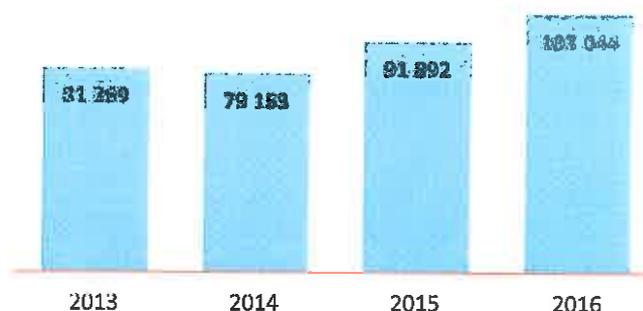


Gráfico 1-17 Evolução do Número de Atendimentos nas Lojas EMEL 2013-2016

em apenas dois espaços - no Campo Grande nas instalações da CML e na Loja do Cidadão das Laranjeiras -, mas aumentou a sua capacidade apresentando-se com

Receita Cobrada nas Lojas



Gráfico 1-16 Evolução da Receita Cobrada nas Lojas EMEL 2013-2016

simultaneamente os 3 000 000 de euros de receita cobrada.

maior número de postos de atendimento e com mais colaboradores disponíveis. Este facto, associado à expansão da atividade da EMEL, ajuda a compreender o desempenho das Lojas EMEL em 2016, ultrapassando, pela primeira vez, os 100 000 atendimentos e

O crescimento em atendimentos face a 2015 ultrapassou os 12% e a tendência parece manter-se em 2017, com o mês de janeiro a apresentar-se como aquele em que se registaram mais atendimentos desde sempre.

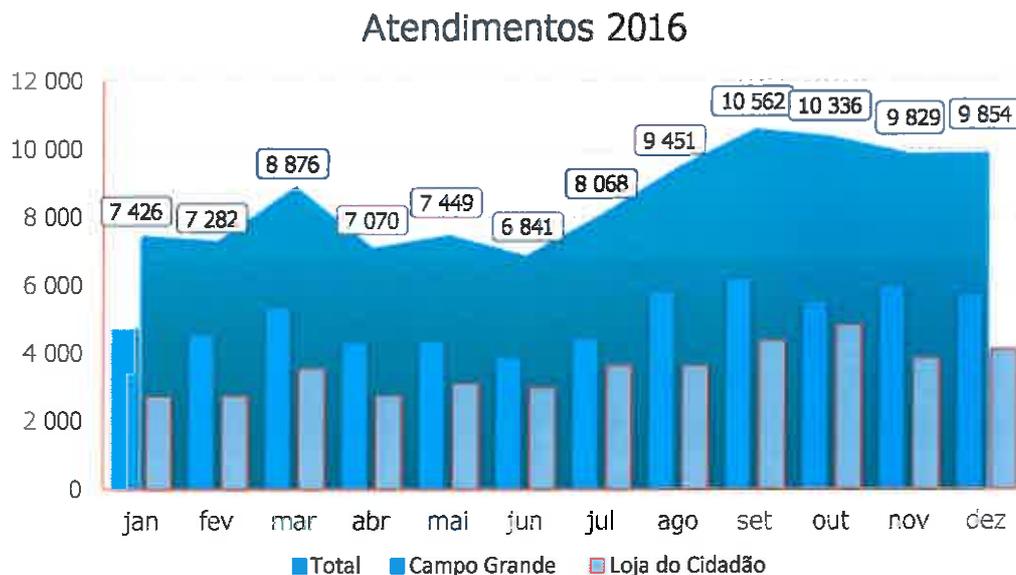


Gráfico 1-18 Evolução Mensal dos Atendimentos por Loja EMEL 2016

1.7.2 Call Center e Reclamações

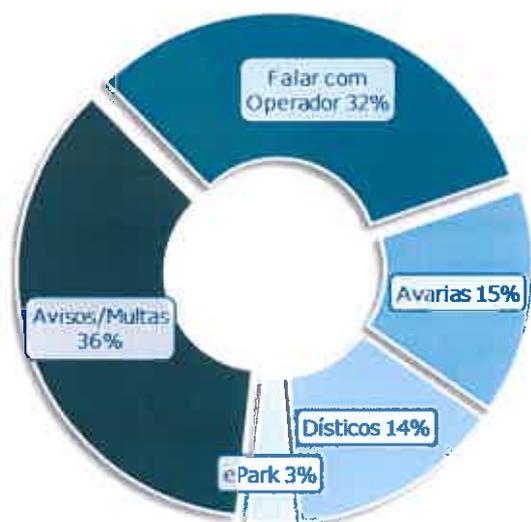


Gráfico 1-19 Interações Via Call Center por Assunto 2016

Fruto da sua atividade de regulação do estacionamento e das suas competências de autoridade nessa matéria, não surpreende que a maioria das interpelações aos serviços de contacto com o cidadão se relacionem com matérias de *enforcement*, muitas vezes com caráter de reclamação, é certo, mas nem sempre. Também os dísticos de residente, de empresa ou de acesso aos Bairros Históricos são um assunto que induz muitas interações, via *Call Center*

ou Serviço de Reclamações. Mais exclusiva do atendimento telefónico é a comunicação de avarias dos equipamentos da empresa, por exemplo parquímetros que não estão a emitir talões. Nestes casos é de imediato informada a equipa de manutenção, mas também o dispositivo de fiscalização que tem em conta estas situações no desenvolvimento da sua atividade.

Serviço de Reclamações

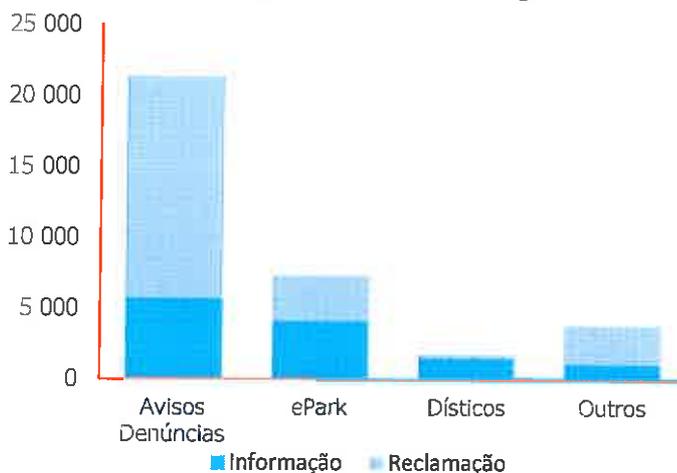


Gráfico 1-20 Interações Via Serviço de Reclamações por Assunto 2016

Outro tema que suscita muitas interpelações aos serviços de Contacto com o Cidadão é a plataforma de pagamento eletrónico. O ePark representou em 2016 3% das chamadas recebidas via *call center* e cerca de 7 000 das interações recebidas no Serviço de Reclamações. São grandezas importantes mas importa reter que nem todas as interações correspondem a reclamações - há muitos pedidos de informação (44% do total de interações), sugestões e até elogios.

O lançamento da nova versão da *app* ocorreu já no final de 2015 sendo natural e previsível o acerto de pormenores e a otimização do funcionamento ao longo do

Interações ePark



Gráfico 1-21 Evolução Mensal do Número de Interações Relacionadas com o ePark 2016

tempo, num processo em que é vital o *feedback* dos utilizadores. No final de 2016 as interações relacionadas com o ePark tinham já caído 73% face a janeiro.

1.8 Inovação

A EMEL continua apostada em posicionar-se na linha da frente da inovação e das melhores práticas tecnológicas no seu setor de atividade, ciente de que este é o caminho certo para alavancar a criação de valor.

Tem por isso marcado presença em várias redes de inovação a nível nacional e europeu, em busca de maior capacitação que a habilite a desenvolver projetos tecnológicos inovadores.

A eficiência na gestão do estacionamento é uma das prioridades da política de investimento da empresa que se tem materializado na implementação de sistemas de renovação tecnológica e na modernização dos sistemas de informação. Estes investimentos têm sido essenciais para a execução da estratégia da empresa que prossegue, como objetivos simultâneos, o crescimento da produtividade e a melhoria da qualidade do serviço prestado aos cidadãos e cidadãs que residem, trabalham ou visitam Lisboa.

A perceção de que a informação, e em particular a sua partilha, é um fator decisivo no processo de gestão realçou a necessidade de se desenvolverem métodos inovadores, tendencialmente transversais às diferentes áreas operacionais da empresa, que, com recurso a novas tecnologias e numa base interativa, conduzem a uma otimização da atividade operacional por via de uma melhor utilização de meios e de um conhecimento mais concreto e em tempo real da situação no terreno.

A importância crescente que a dimensão Mobilidade vem assumindo na atividade da EMEL tem alavancado fortemente o desenvolvimento de uma plataforma única que congregue os sistemas de comunicação e informação da EMEL.

1.8.1 Inovação e Modernização Tecnológica

O ano de 2016 foi portanto de modernização e consolidação tecnológica, dando seguimento à transformação dos sistemas e processos iniciada em 2015. O

Departamento de Sistemas de Informação (DSI), assumindo o seu papel simultaneamente central e transversal à organização, estruturou de forma integrada esta transformação e garantiu a sua coerência ao nível dos fluxos de informação, tendo atuado em vários domínios.

Mobilidade

Bikesharing

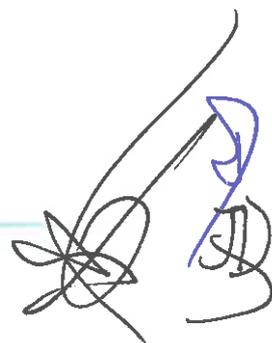
A EMEL assumiu o desenvolvimento da solução aplicacional subjacente à operação, *backoffice*, e interface com o cliente do SBPP. A primeira manifestação desta incumbência ocorreu com a disponibilização dos meios necessários à realização dos testes de comunicação com o servidor EMEL, a que os concorrentes se submeteram no âmbito do concurso para a adjudicação do SBPP.

Gestão de Condicionamentos

Numa iniciativa conjunta com a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes da CML foi desenvolvido o projeto de gestão de condicionamentos de trânsito, e respetiva integração com o *site* da CML. Este projeto permitirá ainda a integração com ferramentas como as *app* ePark e Waze, possibilitando ao cidadão e às entidades municipais competentes um acesso mais rápido e direto a toda a informação sobre condicionamentos de trânsito.

Painéis Informativos

Em estrita articulação com a CML foi assumida a componente técnica associada à disponibilização de vários painéis informativos, ao longo do eixo central, que transmitem ao cidadão automobilizado informação sobre os lugares livres nos parques de estacionamento localizados nas proximidades (quer pertençam à EMEL quer sejam propriedade de outras entidades).



Relação com o Cliente

Registo de Cliente EMEL

No *site* da EMEL foi criada uma área reservada ao cliente, simplificando o acesso a informação relevante e a sua caracterização mais efetiva. Associado a esta nova área foi disponibilizado o processo de identificação de arguidos, evitando a necessidade de deslocação a uma loja EMEL para esse efeito.

Integração de Fluxos de Informação

Procedeu-se à integração do fluxo de reclamações no sistema de gestão de processos (BPM), opção que contribuiu para a redução do tempo de resposta. Também as interpelações dirigidas à provedoria foram integradas neste sistema, e foram introduzidas estatísticas relacionadas com a entrada e saída de correspondência, processos de compras, reclamações e faturas, o que permitiu um controlo mais efetivo dos processos e a criação de métricas associadas a reclamações e controlo de faturação.

Software de Call Center

Adotou-se um novo *software* de gestão de *Call Center* baseado na *cloud* que prescinde de intermediário de serviços. Esta nova solução permite uma escalabilidade na sua utilização, adaptada às necessidades do *Call Center*, bem como a sua utilização em diferentes pontos geográficos facultando mais mobilidade aos operadores do *Call Center*.

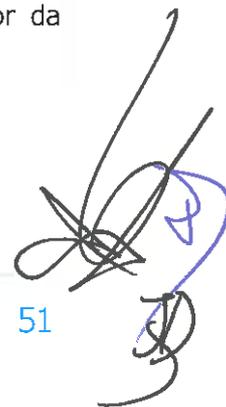
Fiscalização e Contraordenações

Contraordenações

Automatizaram-se processos do serviço de contraordenações, desde a ligação a entidades externas (Conservatória do Registo Automóvel, por exemplo), até ao nível do *backoffice*, passando pela alteração dos modelos de autos e termos de notificação. Foram também testados e implementados todos os interfaces que permitem o envio automático de processos à ANSR.

SCANaCAR

Desenvolveu-se um automatismo de transmissão de dados relacionados com a atividade do Carro de Leitura e Reconhecimento de Matrículas (SCANaCAR), para o servidor da solução. Pretende-se a curto prazo assegurar a centralização destes dados na EMEL.



Gestão da Operação de Fiscalização

A operação das equipas de bloqueadores e de reboques, bem como a operação associada aos parques de veículos rebocados, passou a estar incorporada na plataforma de gestão de operação da EMEL – OPERA –, assegurando a integração com a APP de fiscalização e por conseguinte com os fiscais apeados. Foi ainda implementado um *backoffice* OPERA no Centro de Controlo de Operações (CCO) para monitorização dos bloqueamentos e das remoções.

A introdução de uma nova funcionalidade de leitura e reconhecimento de matrículas por *smartphone* veio favorecer os níveis de produtividade da fiscalização apeada, enquanto a disponibilização de um perfil de varrimentos ampliou a capacidade de caracterização da ocupação da via pública. A *app* de fiscalização foi ainda objeto de uma integração adicional com o projeto *SIMON* – Projeto europeu que visa facilitar a mobilidade e o estacionamento a pessoas com mobilidade reduzida e evitar fraudes na utilização do cartão de estacionamento para pessoas com deficiência.

Meios de Pagamento e Coleta

ePark

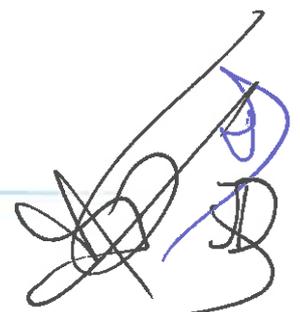
Foi implementada uma nova versão da *app* ePark incorporando melhorias significativas e maior simplicidade no carregamento de crédito e no pagamento de estacionamento na via pública face à primeira aplicação disponibilizada aos cidadãos, tendo em simultâneo permitido a otimização de pagamentos em tempo real via Multibanco e PayPal. Um novo *upgrade* está planeado para 2017 com a introdução da componente empresas, que permitirá a atribuição e gestão de saldos aos colaboradores das empresas, e a integração da informação dos parques EMEL, viabilizando pela primeira vez o seu acesso via *app*.

Pagamento de Avisos por Multibanco

Disponibilizou-se ao cidadão a possibilidade de efetuar o pagamento de avisos nas lojas EMEL e nas caixas ATM, através de referência multibanco e em tempo real.

Gestão da Coleta

Foi desenvolvido e implementado um sistema mais sofisticado de gestão da Coleta que, para além da introdução de uma série de melhorias de processos e da centralização de dados e do *reporting* associado à receita, viabiliza a adoção de um novo modelo de gestão da manutenção de parquímetros, a implementar no primeiro semestre de 2017.



Cadastro

Centralização

Realizou-se no início de 2016 um projeto piloto (prova de conceito) de centralização de cadastro e sua apresentação georreferenciada, estando a sua implementação generalizada prevista para 2017. O objetivo é garantir a existência de um ponto único de atualização de cadastro e a correta sincronização com os restantes sistemas EMEL.

Open Data

No âmbito da iniciativa *Open Data* da CML, a EMEL passou a disponibilizar informação sobre dados de cadastro, como sejam a informação sobre a localização de parquímetros, lugares de estacionamento e sinalização, acompanhando assim a tendência de partilha de informação que potencia a inovação.

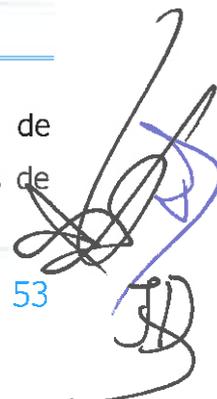
Numa perspetiva transversal, a empresa apostou na centralização da informação dos sistemas EMEL num único repositório, agilizando o acesso à mesma e uniformizando-a. Neste âmbito são permanentemente disponibilizados relatórios de dados e indicadores da *performance* das operações, relevantes para a tomada de decisão e para a gestão do negócio com foco nas necessidades de mobilidade do cidadão.

Acompanhando as melhores práticas, a EMEL tem colocado a segurança das aplicações de interface com o cliente numa posição central do processo de desenvolvimento aplicacional. A empresa procura pró-ativa e sistematicamente a identificação de potenciais fragilidades do *site* EMEL e da plataforma ePark, designadamente. Com esta política a empresa consegue transmitir confiança no uso das suas plataformas - o volume de pagamentos através do ePark já ultrapassou os 300 000 estacionamentos num só mês.

É ambição da empresa oferecer aos cidadãos e cidadãs uma ferramenta aplicacional que, através da integração de múltiplos modos de transporte e soluções de estacionamento, o habilite a opções de mobilidade mais convenientes e económicas.

1.8.2 Inovação Estratégica

A EMEL tem desenvolvido um intenso e laborioso trabalho de deteção de possibilidades de financiamento europeu para os seus projetos e iniciativas de



inovação nos domínios da mobilidade e estacionamento, tendo já uma rede de contactos da qual fazem parte várias instituições europeias, desde universidades a empresas privadas passando por institutos de investigação e tecnologia e o próprio poder político local e regional.

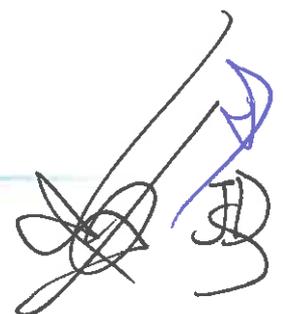
SHARING CITIES

A EMEL iniciou em 2016 a sua participação, que se estenderá por 5 anos, no Projeto *Sharing Cities – building smart cities together*, apoiado pelo Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia. Sendo um projeto 'lighthouse' tem em vista a obtenção de boas práticas de gestão urbana baseadas em tecnologias de informação, replicáveis em cidades de diferentes dimensões.

As cidades de Lisboa, Londres e Milão estabeleceram uma parceria no sentido de criarem soluções integradas que:

- Respondam aos desafios energético-ambientais da atualidade: menos poluição, mais eficiência energética, maior produção renovável de energia, menos emissões de CO₂, melhor mobilidade, mais emprego e mais inclusão;
- Aproximem os cidadãos das suas cidades, aumentando a sua participação, com recurso às novas tecnologias;
- Alavanquem o investimento privado e novas formas de negócio nas cidades.

A EMEL assumiu a coordenação da componente de trabalho relativa à construção e operação de uma plataforma urbana digital – *Urban Sharing Plataforma (USP)*. Está também envolvida na criação de medidas inovadoras de mobilidade urbana na cidade de Lisboa, como a implementação de um sistema inovador de bicicletas elétricas partilhadas, e de uma solução inteligente para melhorar a experiência de estacionamento através da sensorização dos lugares o que permitirá a transmissão de informação sobre a ocupação dos mesmos.



SIMON

Com conclusão prevista para o 1.º trimestre de 2017, a EMEL está desde 2014 a desenvolver um projeto piloto que visa garantir que os direitos das pessoas com deficiência no acesso ao estacionamento são respeitados.



Figura 1-24 Aplicação SIMON

Consciente de que para muitas pessoas com deficiência motora que residem ou trabalham em Lisboa, ou a visitam, o uso do automóvel é uma necessidade, a EMEL promoveu, no passado, duas importantes medidas: (1) isentou as pessoas portadoras de dístico dedicado de pagamento de tarifa de estacionamento em todos os lugares tarifados, e (2) reservou lugares de estacionamento para uso exclusivo de pessoas com deficiência motora.

Estes benefícios destinam-se exclusivamente aos portadores de Cartão de Estacionamento para Pessoas com Deficiência. Porém, têm-se detetado situações de uso indevido e até falsificações deste Cartão. Este abuso prejudica, antes de mais, as pessoas com deficiência.

Para defender os direitos das pessoas com deficiência, a EMEL está a implementar uma medida que permite aos seus Agentes de Fiscalização combater o uso abusivo dos Cartões e dos lugares de estacionamento reservados. Esta medida insere-se num teste piloto que decorre em Lisboa, no âmbito do projeto Europeu – SIMON *Assisted Mobility For Older and Impaired Users* – apoiado pela Comissão Europeia.

Em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, a EMEL criou em 2016 uma bolsa de plástico com duas tecnologias diferentes - *QR Code* e *Near Field Communication (NFC)* - que permitem aos Agentes de Fiscalização verificar a autenticidade dos Cartões, sem que seja necessária a presença dos respetivos portadores no local.

Já foram distribuídas 500 bolsas, sendo a sua utilização voluntária.

Adicionalmente, foi desenvolvida uma Aplicação para smartphones - *SIMON Mobile* - destinada aos sistemas *Android* e *iOS* que pode ser utilizada quer como navegador quer para autenticação de lugares, permitindo assim aos seus utilizadores saberem quais os lugares ocupados e quais os livres.



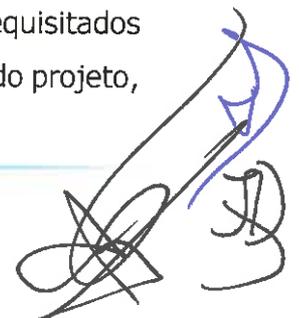
FREVUE - FReight Electric Vehicles in Urban Europe

O projeto europeu FREVUE envolve um consórcio com representantes das Autoridades Públicas, Indústria e Universidades de oito Estados-Membros da União Europeia (UE), que em conjunto pretendem fazer testes de soluções logísticas baseadas em veículos elétricos demonstrando que estes permitem uma otimização da eficiência da logística urbana, a melhoria da gestão do fluxo de transporte, e a redução do impacto ambiental em áreas urbanas.



Figura 1-25 Viatura Elétrica da Frota Operacional da EMEL

A EMEL coordena os parceiros de Lisboa (EMEL, CML e CTT), sendo responsável pela implementação das atividades de demonstração. O piloto de Lisboa tem sido dos mais requisitados para obtenção de informação adicional por parte das cidades seguidoras do projeto,

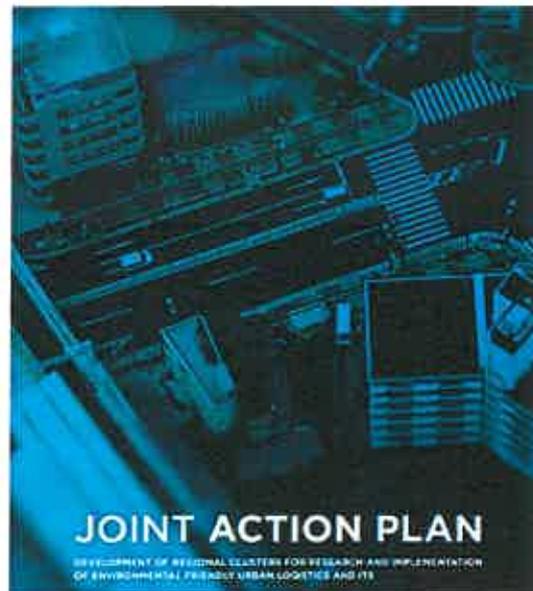


que desejam saber mais sobre a utilização de veículos elétricos em Lisboa, designadamente as medidas de promoção do uso deste tipo de veículos e a forma de gestão dos espaços de cargas e descargas.

A empresa tem cedido dados operacionais relativos aos seus veículos elétricos afetos às operações de coleta e manutenção, o que tem permitido a análise dos perfis de utilização diária dos mesmos em Lisboa.

DOROTHY

O projeto DOROTHY - *Development Of RegiOnal clusTers for research and implementation of environmental friendly urban logistics* foi cofinanciado pelo Sétimo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (7.º PQ), na área da logística urbana, com o objetivo de desenvolver o potencial de investigação e inovação em quatro regiões europeias: Toscana, Valência, Lisboa e Vale do Tejo e Oltenia.



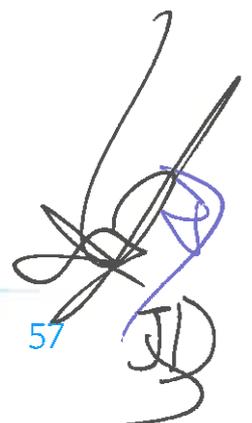
February . 2016



O projeto ficou concluído em meados de 2016, com a elaboração e apresentação de um Plano de Ação JAP - *Joint Action Plan* dirigido às regiões participantes no

Figura 1-26 Capa do Plano de Ação DOROTHY

projeto, tendo a EMEL coordenado e elaborado uma das principais ações e contribuído para outras ações propostas. O documento foi aprovado pela Comissão Europeia e considerado uma referência na área da inovação e tecnologia, e também a nível regulamentar, no setor da logística urbana.



1.9 Recursos Humanos

1.9.1 Evolução e Caracterização do Quadro de Pessoal

A EMEL tem hoje ao seu serviço meio milhar de colaboradores, mais 30% do que o efetivo registado em 2014. Esta evolução tem acompanhado o crescimento da atividade da empresa que é fortemente trabalho-intensiva, designadamente no que respeita à atividade de fiscalização do estacionamento na via pública.

Tabela 1-15 Evolução do Número de Colaboradores (as) 2014-2016

	2014	2015	2016
Nº Colaboradores (as) a 31 de Dezembro	386	465	500
Nº Estágios Profissionais a 31 de Dezembro	0	0	26
TOTAL	386	465	526
Evolução face a 2014		20%	36%

O ano de 2016 fica marcado pela introdução de um novo modelo de admissão de colaboradores para as atividades operacionais alicerçado na frequência, prévia à contratação, de estágios profissionais de 6 meses. Somente os estagiários e estagiárias que atingirem os níveis de desempenho exigidos pela EMEL transitarão para o quadro de ativos, sendo alocados de acordo com as necessidades da empresa. Esta nova política de recrutamento justifica o facto de, em 2016, o reforço efetivo de recursos humanos ter ficado aquém do que estava previsto em sede do respetivo PAO.

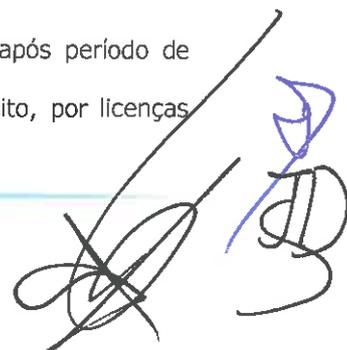
Tabela 1-16 Movimentação do Quadro de Pessoal 2016

	Efetivo dez 2015	Admissões	Regressos Q. Ativo ⁴	Total Entradas	Saídas	Saídas Q. Ativo ⁵	Total Saídas	Efetivo dez 2016
Via Pública	317	32	0	32	4	0	4	345
Parques	70	0	0	0	1	0	1	69
Mobilidade	1	0	0	0	0	0	0	1
Á. Transversais	77	10	1	11	2	1	3	85
TOTAL	465	42	1	43	7	1	8	500

A estrutura de recursos humanos por áreas de intervenção tem-se mantido estável confirmando-se a preponderância dos ativos afetos às áreas de natureza

4 Colaboradores e colaboradoras que regressam ao quadro ativo da empresa, após período de ausência por motivo de licenças especiais.

5 Colaboradores e colaboradoras que saem do quadro ativo, sem carácter definitivo, por licenças especiais.



operacional que constituem o core da atividade da empresa. As questões relacionadas com a Mobilidade contam com o envolvimento de praticamente todas as áreas operacionais da empresa.

Perspetiva-se que o quadro de pessoal da EMEL continue a crescer nos próximos anos a um ritmo idêntico, como resposta à significativa expansão da atividade de estacionamento projetada até ao final da década, assegurando os níveis de produtividade e de qualidade de serviço habituais da empresa.

Caracterização da População EMEL

O universo EMEL é formado por homens (66%) e mulheres (34%) que têm, em média, 40 anos de idade, as mulheres ainda estão em minoria, sobretudo nas áreas de cariz mais operacional, mas já representam mais de 40% das chefias de topo da empresa e já estão em maioria nos parques e no conjunto das áreas transversais.

Predominam os agentes de fiscalização de estacionamento, secundados pelos operadores e cobradores de parques. A distribuição das habilitações literárias dos colaboradores da EMEL concentra-se no nível secundário.

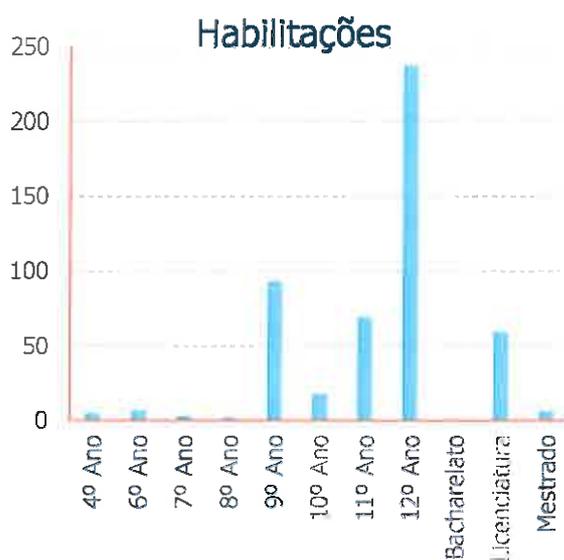


Gráfico 1-23 Distribuição do Efetivo por Habilitação Literária 2016

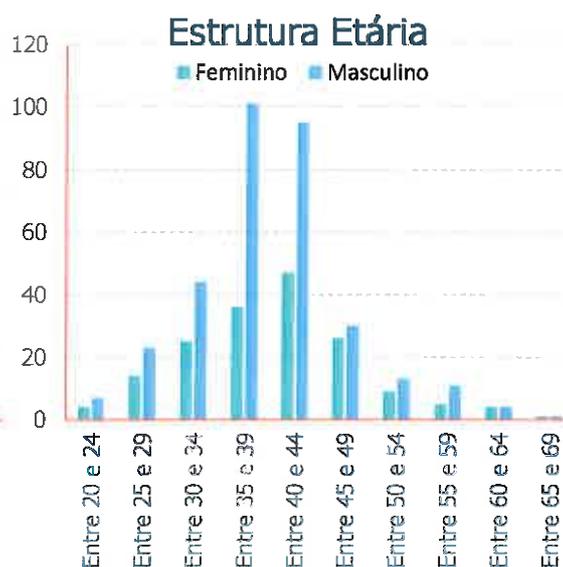


Gráfico 1-22 Distribuição do Efetivo por Idade e Género 2016

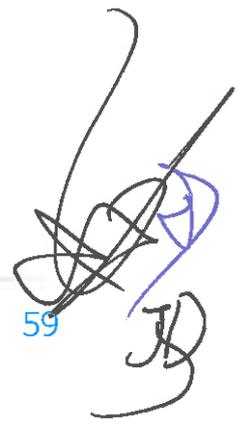


Tabela 1-17 Evolução da Distribuição dos Colaboradores e Colaboradoras por Categoria Profissional

	2012	2013	2014	2015	2016
Técnico Superior	37	41	47	46	51
Técnico e Assistente Técnico	54	58	64	70	74
Agente de Fiscalização de Estacionamento	151	146	141	204	224
Assistente Administrativo	45	40	40	45	53
Operador de Coleta	10	10	10	14	13
Operador Cobrador de Parques	62	62	62	68	67
Outros (funções logísticas e administrativas)	21	21	14	11	10
Motoristas de Reboques e bloqueadores		14	8	7	8
TOTAL	380	392	386	465	500

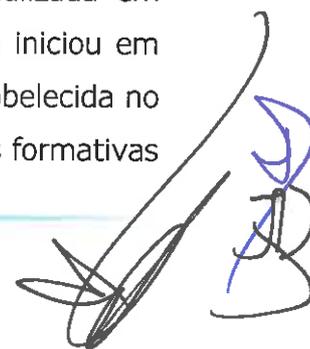
1.9.2 Gestão de Recursos Humanos

Nova Plataforma de Suporte à Gestão Administrativa de Recursos Humanos

Foi adotado um novo sistema de monitorização de assiduidade e de gestão de recursos humanos, cuja premência se tornou evidente com o crescimento acentuado do quadro de pessoal da empresa. Com este projeto, que teve início no final do ano de 2015 e foi concluído em 2016, os sistemas de gestão de recursos humanos convergiram numa única plataforma integrando-se ainda com o sistema de ERP para a contabilização dos processamentos salariais, tendo sido possível reduzir consideravelmente o volume de tarefas manuais inerentes ao processamento de dados de tempo de trabalho e de vencimentos, ao mesmo tempo que se obteve uma melhoria significativa ao nível da informação de gestão disponível.

Academia EMEL

A área funcional Formação, integrada no Departamento de Recursos Humanos, assumiu como foco principal de atuação em 2016 a estruturação e implementação da Academia EMEL – escola de formação inicial e continua especializada em temáticas de mobilidade e estacionamento, cujo desenvolvimento se iniciou em 2015. Trata-se de uma estrutura orgânica autónoma oficialmente estabelecida no último trimestre de 2016 e que pretende dar resposta às necessidades formativas



da EMEL, mas também estender o seu âmbito a todas as empresas, públicas e privadas, com atividade semelhante. Foram desenvolvidos e estruturados diversos conteúdos formativos para os diferentes cursos a ministrar.

Seminários Temáticos em Sala

Para todos os Agentes de Fiscalização da EMEL, tendo por base a atualização de conhecimentos, com a duração de 12 horas.

Curso de Assistentes Operacionais para a EMEL

Com a carga horária de 77 horas, e cujo objetivo é preparar os novos trabalhadores para diversas funções, como auxiliares de fiscalização, atendimento em lojas EMEL, reclamações, parques e *Call Center*.

Curso de Agentes de Fiscalização de Estacionamento para a EMEL

Como evolução do Curso de Assistentes Operacionais, com a duração de 105 horas.

Curso de Agentes de Fiscalização de Estacionamento para Empresas Municipais

De âmbito nacional, com a duração de 90 horas.

Curso de Agentes de Fiscalização de Estacionamento para Empresas Privadas

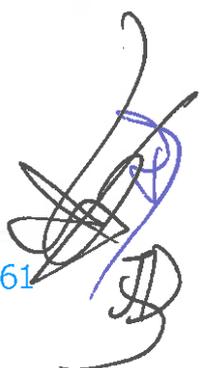
Cujo âmbito é a fiscalização, com a duração de 90 horas.

Curso de Atendimento e Gestão de Conflitos

Dirigido a todos os trabalhadores da EMEL que de alguma forma tenham contacto com o público ou com o serviço de reclamações, com a duração de 30 horas.

Curso de Chefia e Liderança

Destinado a todos os Chefes de Equipa e Coordenadores da EMEL, com a duração de 30 horas.

61 

O tempo dedicado à preparação de conteúdos dirigidos quer a formação interna quer a formação ministrada a colaboradores de outras empresas do mesmo setor de atividade, acabou por penalizar a organização de ações de formação concretas face aos níveis atingidos pela empresa em 2015. O volume de horas de formação diminuiu, assim, em 2016, mas antecipa-se a sua recuperação em 2017, já ao abrigo do plano de Formação da Academia EMEL.

Tabela 1-18 Indicadores de Formação 2016

	Horas de Formação	Dias de Formação	Número de Formandos	Ações de Formação
Formação Colaboradores	2 301	307	281	23
Formação Estagiários	5 816	831	95	6
Formação Outras Entidades	403	58	3	1
Subtotal	8 520	1 195	379	30
Total (incluindo bolsas)	8 520	1 195	379	30

Tabela 1-19 Evolução dos Indicadores de Formação 2014-2016

	2014	2015			2016		
		Formação Interna	Formação Externa	Total	Formação Interna	Formação Externa	Total
Volume de formação em horas	7 542	5 149	17 570	22 719	2 301	6 219	8 520
Nº de colaboradores (as) da EMEL	386	465			500		
Média de horas formação interna/colaborador	19,5	11			5		
Nº de dias uteis (7,5 horas/dia) de formação	1 006	687			307		
Nº total de ações de formação	54	37	6	43	23	7	30
Nº de participantes em ações de formação	498	387	81	468	281	98	379
Nº de Colaboradores (as) com formação	222	286			182		

A atividade formativa da Academia EMEL iniciou-se ainda em 2016 com a organização de 2 cursos de Assistentes Operacionais aos quais corresponderam 1 960 horas de formação em sala, seguidas de um período de formação em contexto de trabalho, durante o qual os estagiários e estagiárias tiveram oportunidade de assistir *in loco* ao modo de funcionamento de todas as atividades operacionais da empresa.

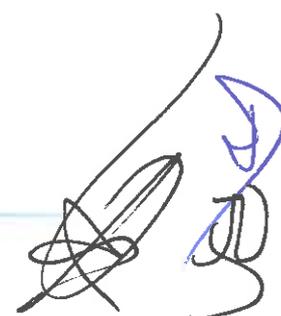


Tabela 1-20 Atividade Formativa da Academia EMEL 2016

	2016
Volume de formação em horas	1 960
Nº de Formandos(as)	27
Média de horas formação interna/colaborador	73
Nº de dias uteis (7 horas/dia) de formação	280
Nº total de ações de formação	2

Em 2017 a Academia EMEL acolherá definitivamente a área de Formação. O Departamento de RH e a Academia EMEL continuarão, porém, a trabalhar em estrita articulação no processo de recrutamento e

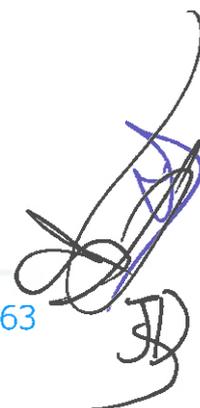
formação da nova geração de colaboradores e colaboradoras da empresa.

Acordo de Empresa EMEL

Ao fim de um longo período de conversações e negociação, perspetiva-se para 2017 a assinatura do primeiro Acordo de Empresa. Com este instrumento, que regula as relações laborais entre a empresa e os trabalhadores em articulação com a Lei Geral do Trabalho, a qual também regula os direitos, os deveres e as obrigações entre as partes, no seu âmbito geral, pretende-se fortalecer a estabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras da EMEL, e facultar a ambas as partes novas ferramentas de gestão em matéria de horários de trabalho.

Parcerias

A EMEL promoveu em 2015 uma parceria com o ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, Centro De Matemática, Aplicações Fundamentais e Investigação Operacional (CMAF-CIO), concretizada na realização de dois estágios profissionais associados a trabalhos finais de curso na área da Investigação Operacional, nomeadamente na (i) melhoria de rotas de coleta de valores em parquímetros e (ii) melhoria dos percursos dos AFE. Estes estágios, realizados entre fevereiro e setembro de 2016, permitiram desenvolver modelos matemáticos que visam a adoção de rotas e percursos mais eficientes, permitindo acompanhar a expansão da atividade na Via Pública com maior eficiência e, simultaneamente, com mais controlo e análise sobre a operação efetuada.



1.10 Atividades Transversais e Provedoria

Finanças, Planeamento e Controlo de Gestão

O expressivo montante de alguns dos projetos de investimento realizados no ano de 2016 evidenciaram a extrema importância do acompanhamento dado à sua componente financeira, e às respetivas fontes de financiamento.

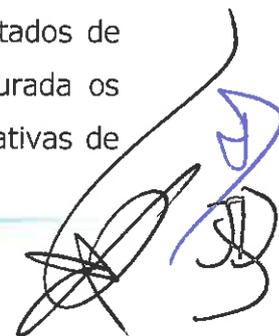
Em complemento dos meios financeiros próprios, a empresa recorreu a apoio do Programa Operacional Regional de Lisboa – POR Lisboa, no âmbito do Portugal 2020, para o financiamento do seu mais emblemático projeto de reconfiguração do espaço público urbano em benefício da mobilidade suave e partilhada e da utilização de transportes públicos – *Requalificação do Espaço Público da Zona Poente da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina – Cais do Sodré/Porto Santo*.

Para financiar projetos de demonstração de novas tecnologias e processos, a empresa continuou a candidatar-se aos incentivos financeiros disponibilizados pelo Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia.

O Município de Lisboa assinou em 2016 um contrato com o Banco Europeu de Investimento (BEI), no âmbito do Plano *Juncker* - Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), que permitirá financiar múltiplos projetos de investimento ao nível da regeneração urbana, infraestruturas, habitação social e intervenções ao nível da sustentabilidade ambiental, perspetivando-se também a inclusão de alguns projetos promovidos pela EMEL.

A consolidação de procedimentos e as medidas de controlo interno foram também matérias que mereceram prioridade da Direção Administrativa e Financeira no ano de 2016. Ocorreram alterações significativas na área da Coleta, das quais ressalta o desenvolvido, no segundo semestre do ano, de um novo módulo informático que permite a recolha e tratamento de dados de forma mais rápida e eficiente.

O ano de 2016 foi particularmente frutuoso no desenvolvimento de exercícios de cenarização do impacto económico e financeiro da estratégia (expansionista) da empresa no curto e médio prazos. Foram construídos cenários contrastados de evolução futura da empresa, ponderando de forma criteriosa e estruturada os pressupostos de base, as variáveis determinantes e as hipóteses alternativas de



comportamento de cada variável em cada cenário (os de trajetória mais ou menos provável e os mais ou menos otimistas). Estes exercícios prospetivos facilitam a perceção dos caminhos possíveis a seguir e a tomada de decisão.

Na sequência da aquisição de competências ao nível dos Sistemas de Informação Geográfica, a Direção de Planeamento Estratégico introduziu pela primeira vez nos seus relatórios análises georreferenciadas de indicadores, e tem também produzido análises dessa natureza para várias outras Direções que com regularidade utilizam este tipo de abordagem, muito sugestiva, particularmente para apresentações, tanto internas como destinadas a audiências externas.

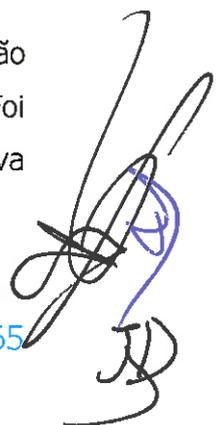
A área de controlo de gestão deu ao longo de 2016 mais alguns passos no sentido de concretizar a sua ambiciosa missão de conceber e pôr em prática um sistema efetivo e exaustivo de controlo de gestão. Sistematizou e priorizou num documento metodológico dedicado as várias etapas necessárias para se efetivar o controlo de gestão – *Roteiro para a Criação de um Sistema de Controlo de Gestão e Performance* –, que tem sido o guia desta empreitada. Trata-se, porém, de um processo bastante complexo e demorado que exige, logo à partida, um mapeamento metuculoso e exaustivo de procedimentos e circuitos de informação relativos a processos de contratação, execução e registo de despesa e apuramento de rendimentos, em cada área funcional da organização.

Foram ainda desenvolvidas várias diligências no sentido de progressivamente serem introduzidas novas funcionalidades na ferramenta BPM, de forma a tirar partido desta para uma monitorização mais efetiva do PAO. O orçamento de 2017 foi já disponibilizada a todas as áreas da empresa através desta ferramenta.

Controlo de Sistemas

Foi durante o ano de 2016 concluído o procedimento para adjudicação dos serviços de comunicação incorporando uma série de atualizações que permitiram melhorar o desempenho das ferramentas colocadas à disposição dos utilizadores.

A melhoria do serviço de Internet permitiu que a qualidade do serviço ao cidadão não se degradasse num contexto de disponibilização de novas soluções. Foi possível melhorar a velocidade de rede existente, com adoção de redes de nova



geração. O reforço da conectividade viabilizou a adoção de soluções como videovigilância, controlo remoto de equipamentos e alarmística.

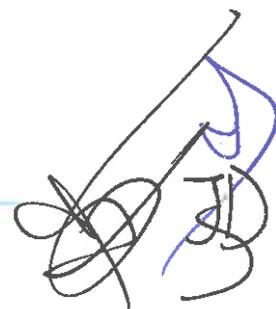
Renovaram-se todos os equipamentos móveis, permitindo adaptar a empresa a uma nova realidade aplicacional baseada em *app* de mobilidade. Esta tecnologia viabilizou a conectividade entre os processos associados às áreas de fiscalização e assistência técnica e às aplicações disponibilizadas ao cliente (ePark).

Decorreu também em 2016 o procedimento de contratação para a renovação do alojamento de infraestrutura de servidores e *storage*, possibilitando um aumento de capacidade de recursos para responder a novas soluções aplicacionais. A empresa conta já com um conjunto de 50 servidores, 10 domínios registados e 600 contas de *e-mail*. Salienta-se a enorme vantagem de ter acesso a infraestrutura de alojamento com requisitos TIER III, o que permite à EMEL manter um nível de excelência na disponibilização de soluções onde o *Up-Time* deve ser total.

Serviços Jurídicos

Com uma intervenção também ela transversal, os Serviços Jurídicos debruçaram-se em 2016 sobre quase um milhar de processos e procedimentos internos envolvendo as várias áreas da empresa. As áreas operacionais solicitam com frequência estes serviços para apoio, designadamente, aos agentes apeados quando ofendidos com agressões e injúrias no decorrer da sua função de fiscalização, e para participação de furtos e danos de material. Os procedimentos de contratação pública requerem igualmente auxílio jurídico especializado, o qual tem vindo a assumir uma relevância crescente face ao número de empreitadas que a empresa tem em curso. Ainda ao nível interno, evidencia-se o envolvimento na formação de novos colaboradores, que inclui um módulo ministrado pelo departamento jurídico.

Na interação com o cliente os serviços jurídicos são chamados a intervir em situações que envolvem responsabilidade por danos, próprios e provocados por terceiros, no âmbito da atuação da empresa.



Provedoria

A designação de um novo Provedor no final de 2015 levou à constituição de uma equipa própria integrada por um assessor jurídico, visando dotar a Provedoria de uma maior autonomia em relação aos serviços da EMEL. Assim, foi possível proceder a uma análise mais célere das exposições realizadas pelos utentes da EMEL e, concomitantemente, apresentar ao Conselho de Administração recomendações com o intuito de corrigir determinados procedimentos que permitam uma redução do atrito existente na relação entre a EMEL e os utentes.

Em 2016 assistiu-se à concretização dos objetivos estabelecidos de afirmação da Provedoria na relação privilegiada com o cidadão no que toca à defesa e promoção dos direitos e interesses legítimos dos utentes da EMEL. Esta concretização traduziu-se numa melhoria e eficácia da comunicação, numa celeridade processual e na produção de um conjunto de recomendações e informações.

A Provedoria definiu como prioridade a análise célere e aprofundada das questões apresentadas pelos utentes hierarquizando-as, consoante a matéria em apreço. Sempre que hajam reclamações relacionadas com a mobilidade reduzida, ou com problemas que se revistam de particular urgência, como é o caso dos veículos depositados no parque de rebocados, é-lhes atribuída prioridade em relação a outros assuntos em apreciação.

Do trabalho desenvolvido destacam-se as Recomendações que consistem em propostas apresentadas junto do Conselho de Administração, que decorrem da análise de reclamações apresentadas pelos utentes e correspondem à deteção de processos por parte da EMEL que a Provedoria considera carecerem de alteração. Estas propostas visam, assim, a alteração ou implementação de novos procedimentos, com o intuito de reduzir focos de entropia existentes na interação entre a EMEL e os cidadãos. As recomendações, mesmo tendo como ponto de origem um caso apresentado, revestem-se sempre de um carácter geral e abstrato e pretendem realizar uma alteração sistémica. Em 2016 verificou-se o acolhimento por parte do Conselho de Administração de todas as recomendações elaboradas pela Provedoria.

Do ponto de vista dos contactos de natureza interinstitucional, a Provedoria mantém relações privilegiadas com a Provedoria de Justiça e com as Provedorias



de empresas congéneres. No ano de 2016 houve uma intensa colaboração entre a Provedoria da EMEL e a Provedoria de Justiça com o intuito de minimizar casos de conflitualidade apresentados a este órgão, tendo esta colaboração resultado na apresentação de diversas soluções para as necessidades dos utentes.

A Provedoria manteve ainda contactos com diversas direções da CML, visando solucionar problemas suscitados pelos utentes num clima de total disponibilidade e colaboração. Consequentemente pôde-se registar uma resolução das situações problemáticas apresentadas, o que conduziu a uma melhoria da perceção da política de mobilidade prosseguida pelo Município de Lisboa e pela EMEL.

1.11 Responsabilidade Ambiental e Social

1.11.1 Sustentabilidade Ambiental

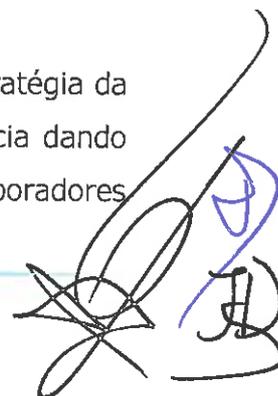
A EMEL continua apostada em desenvolver ações que reduzam o consumo de energia e privilegiem fontes de energia menos poluentes:

- Converteu o sistema de iluminação do parque de estacionamento do Chão-do-Loureiro num sistema LED;
- Prossegue a sua política de aquisição de viaturas elétricas sempre que tal opção seja viável do ponto de vista operacional;
- Reforça continuamente a capacidade de carregamento da sua frota elétrica. No final de 2016 a empresa contava com 22 postos particulares de carregamento elétrico semirrâpidos distribuídos pelas várias localizações em que tem serviços instalados.

1.11.2 Responsabilidade Social

Com a reestruturação orgânica instituída no final de 2015, a Responsabilidade Social Corporativa emergiu em 2016 com maior relevo.

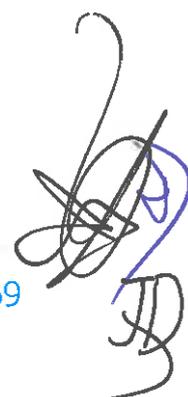
Nos últimos anos, a Responsabilidade Social passou a fazer parte da estratégia da grande maioria das empresas. A EMEL tem acompanhado essa tendência dando concretização a projetos orientados para o bem-estar e conforto dos colaboradores



e seus familiares e a outros dirigidos ao exterior, à Comunidade, com o objetivo de prestar o seu contributo à sociedade em geral.

Apoio a Diversas Entidades no Contexto da Solidariedade Social

Comunidade Vida e Paz	Apoio logístico ao evento de lançamento do manual de acolhimento ao voluntário.
Associação Coração Sem Fronteiras	Apoio a famílias carenciadas.
Casa das Cores	Apoio a crianças carenciadas.
Junta de Freguesia do Lumiar	Apoio a famílias carenciadas.
Banco Alimentar	Iniciativa Papel por dinheiro – cada tonelada de papel/cartão é convertida em euros que revertem para a ajuda de famílias carenciadas.
Instituto Português de Sangue e Transplantação	Recolha de sague nas instalações da EMEL ao longo de um dia.



Apoio a Atividades de Natureza Cultural

Na 4.^a edição do projeto TRAMPOLIM a Alameda das Linhas de Torres foi fechada ao trânsito e dezenas de iniciativas culturais, de acesso gratuito, marcaram presença nos edifícios mais emblemáticos da avenida, incluindo a sede da EMEL - teatro de varanda, exposição de cartazes *Tó Trips*, sala dos ofícios (fotografia e costura), são alguns exemplos. A EMEL associou-se também à iniciativa de mobilidade através da apresentação do projeto de bicicletas públicas partilhadas.

Apoio a Atividades Indutoras do Bem Estar dos Colaboradores

Tiveram lugar ao longo de 2016 várias ações de promoção do bem-estar dos colaboradores e colaboradoras da EMEL e de incentivo à adoção de hábitos e comportamentos saudáveis:

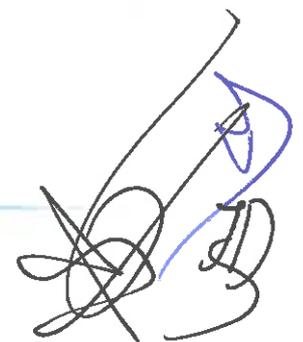
- Aulas pontuais de zumba e alongamentos;
- Sessões regulares de *Chair massage*;
- Iniciativa de Degustação de pão saudável;
- Estabelecimento de protocolos com ginásios;
- Adesão à iniciativa *Bike to Work* inserida na semana europeia de Mobilidade.



Figura 1-27 Colaboradores (as) da EMEL na Iniciativa Bike to Work

Com esta iniciativa pretende-se sensibilizar as empresas e os seus colaboradores para a necessidade de reduzir os impactos ambientais da mobilidade urbana, promovendo os meios suaves de mobilidade. A EMEL foi agraciada com um Certificado de Participação na iniciativa

e um diploma de "Associado de Mérito" concedido pela Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta.



Adesão à Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – Fórum IGEN (e renovação no final do ano para 2017)

A EMEL assinou o compromisso para a igualdade de género em cerimónia pública realizada no início de 2016. Este Fórum incentiva o desenvolvimento de estratégias e medidas internas - no local de trabalho - e externas - no seio familiar - que facilitem e promovam a igualdade de género, a equidade no trabalho, a não diferenciação salarial, o bem-estar no seio empresarial, a parentalidade e a conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar.



Figura 1-28 Assinatura do Acordo com o Fórum IGEN

Ao assumir compromissos claros com a promoção da igualdade no mundo laboral e com o fim de todos os processos discriminatórios, as organizações pretendem alcançar melhorias no plano da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras.

Estas iniciativas terão continuidade em 2017 devidamente integradas num projeto estruturante das intervenções de responsabilidade social corporativa da EMEL, designado Projeto Solidariedade Corporativa, cujo intuito é apoiar os colaboradores e as colaboradoras na resolução dos seus problemas de natureza pessoal, emocional, profissional, e relacional, alavancando o seu equilíbrio físico, psíquico e emocional. Serão abrangidas as 3 etapas fundamentais: prevenir, diagnosticar, apoiar.

Capítulo 2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

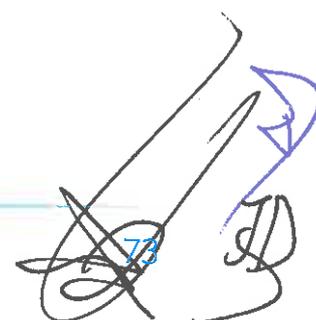
2.1 Investimentos

Em 2015 mais de 60% do investimento realizado pela EMEL dirigiu-se à construção de parques de estacionamento. Um ano depois este continua a ser o principal destino dos recursos de capital, tanto mais que está em plena marcha a estratégia de devolução de espaço público à mobilidade suave, mas com menor importância relativa, em favor de intervenções que promovem um novo paradigma de mobilidade urbana mais humana e sustentável.

Tabela 2-1 Repartição do Investimento Realizado 2016 (€)

	2016	%
Equipamento Básico – Parques	82 066	1%
Equipamento Básico – SBPP em curso	1 799 578	15%
Outros Equipamentos Básicos	78 182	1%
Equipamento Administrativo	109 948	1%
Edifícios e Outras Construções – Parques de Estacionamento	536 177	4%
Edifícios e Outras Construções – Parques de Estacionamento em Curso	5 008 252	41%
Outras Obras – Via Pública	87 578	1%
Outras Obras – Via Pública em Curso	3 734 854	30%
Outras Obras – Mobilidade em Curso	335 529	3%
Programas de Computador	243 448	2%
Equipamento de Transporte – Viaturas	253 234	2%
TOTAL	12 269 147	100%

A empresa conseguiu, finalmente, dar início à implementação do SBPP, um projeto exigente e ambicioso que colocará Lisboa ao lado das mais importantes cidades europeias, que desde 2007, com a abertura do Vélib' em Paris, têm aderido em massa a esta alternativa de mobilidade partilhada. Com propósito análogo ressaltam as verbas aplicadas na requalificação funcional da Via Pública em larga medida privilegiando o seu uso pedonal.



2.2 Rendimentos

Os rendimentos da EMEL continuaram a crescer no ano de 2016. Em 2015 observou-se um acelerar dos rendimentos em comparação com o que aconteceu com a oferta de lugares, o que de alguma forma demonstra o êxito da incorporação da Zona Verde. É o único ano da série em que o valor dos rendimentos cresceu de forma claramente mais rápida que o número de lugares disponíveis sendo que estes até registaram um aumento líquido superior a 2 000.



Gráfico 2-1 Evolução dos Indicadores Operacionais - Lugares e Rendimentos 2012-2016

O ritmo de evolução dos rendimentos verificado em 2016 passou a acompanhar o aumento da capacidade medida pelo número de lugares em exploração. A tendência que se perspetiva para o futuro é de afastamento das duas curvas, refletindo a menor rentabilidade esperada das zonas da expansão planeada que irá estender progressivamente a atividade da empresa a territórios mais afastados do centro da cidade, caracterizadas por maior pendor residencial e menor procura de rotação, sendo provável a implementação mais alargada de bolsas de residentes e a adoção da tarifa mais baixa para o espaço aberto à rotação.

Como ficou claro em 1.2.2 Evolução da Atividade de Fiscalização, a gestão operacional direta da Zona Verde exigiu um reforço significativo da atuação do efetivo de fiscalização, com o objetivo de introduzir comportamentos de cumprimento das normas e ordenamento do estacionamento numa zona central da cidade mas onde o controlo não era tão efetivo.





Gráfico 2-2 Evolução dos Rendimentos 2014-2016

Com o ordenamento do estacionamento reintroduzido na Zona Verde a intensidade de *enforcement* abrandou e as rubricas de rendimentos relacionadas com esta atividade são as únicas a registar uma evolução negativa em 2016, tanto ao nível das contraordenações como das equipas de bloqueamento e reboques.

A rúbrica de Residentes contempla os rendimentos obtidos com o sistema de dísticos para as ZEDL e ZAAC instituído no normativo e teve um crescimento associado superior ao que se projetaria para a expansão da área de exploração verificada. Os principais fatores subjacentes à evolução da emissão de dísticos foram já expostos em 1.6 Dísticos.

O estacionamento permanece como principal origem dos rendimentos da EMEL, observando-se uma trajetória de crescimento tanto na via pública como em parques de estacionamento – a escala do gráfico não permite observá-lo mas também nos parques se verifica um crescimento marginal.

Em termos globais, os parques de estacionamento tiveram uma evolução, relativamente a 2015, em linha com o esperado. A oscilação líquida de lugares, considerando valores de final de ano, foi exígua – abriram novos espaços mas outros foram encerrados – e as receitas também se comportaram seguindo este padrão.

Repartição das Receitas dos Parques

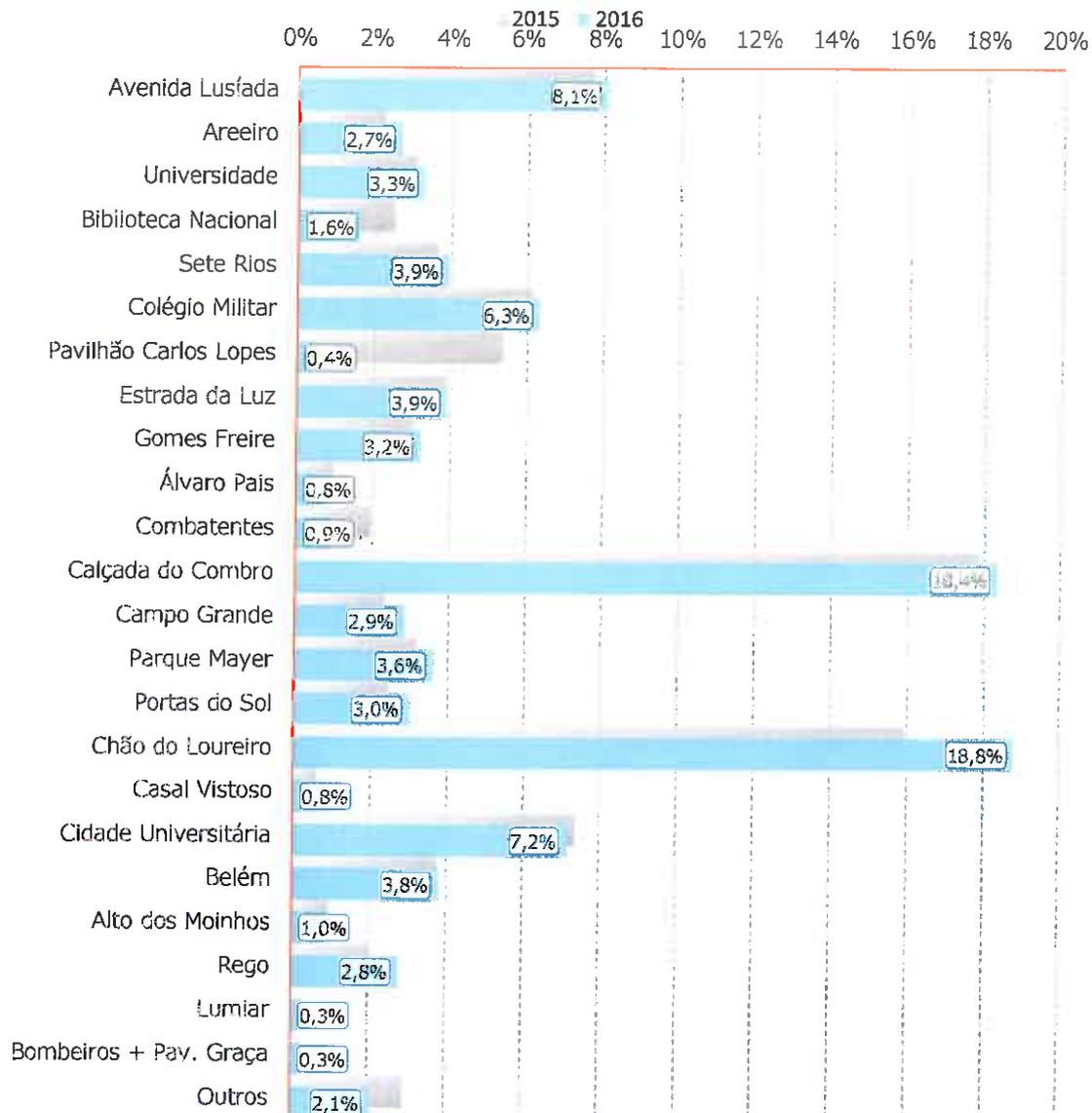


Gráfico 2-3 Distribuição Percentual das Receitas dos Parques 2015-2016

Existem resultados positivos a realçar nos parques Campo Grande, Calçada do Combro e Rego, relacionados com o acréscimo de assinaturas mensais. O resultado do parque Chão do Loureiro é substancialmente melhor devido à realização de eventos no parque e a um crescimento inesperado na rotação.

Quanto ao parque Portas do Sol, abriu igualmente à rotação, reestabelecendo a sua capacidade, e o parque Parque Mayer beneficiou da conclusão das obras do teatro Capitólio regularizando assim as transações de rotação.

Em sentido contrário, verificou-se o encerramento dos parques do Pavilhão Carlos Lopes e da Biblioteca Nacional, cuja exploração terminou, respetivamente, nos meses março e agosto de 2016. Situação também adversa em termos de produção de receita ocorreu no parque Combatentes, com o encerramento de um parque de estacionamento a 50 metros, o que provocou uma zona de fuga considerável, reduzindo o número de assinantes mensais.

A exploração do estacionamento na via pública preserva a posição dominante na geração de receita. A expansão implementada justifica algum do crescimento observado, porém é o crescente respeito pelas normas de estacionamento, decorrente da efetividade da fiscalização mas também da maior cultura de pagamento que se vai percebendo nos anos recentes que maior impacto produz nestes rendimentos.

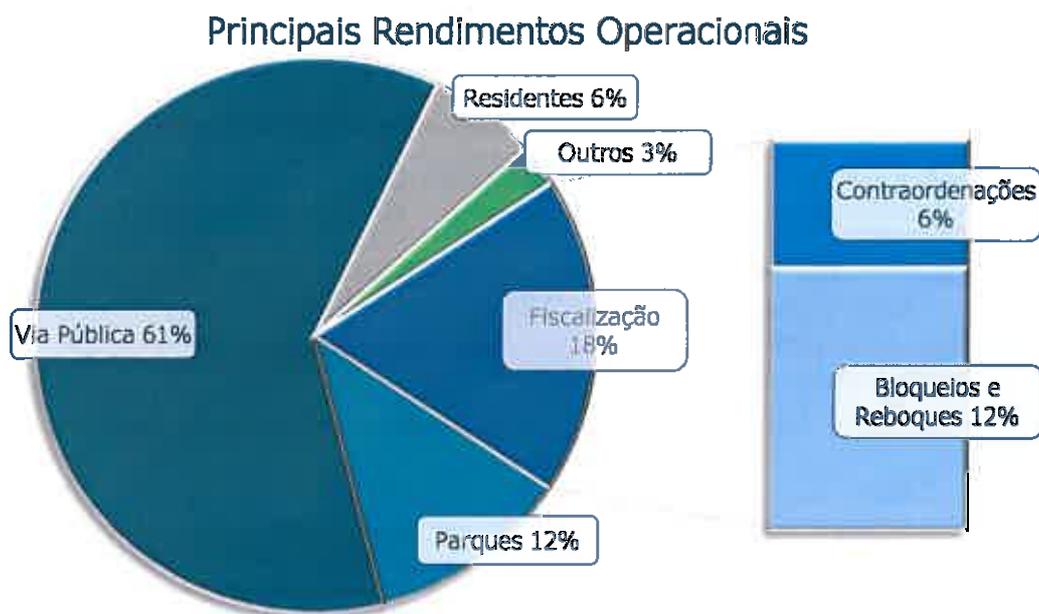


Gráfico 2-4 Peso dos Principais Rendimentos Operacionais 2016

Não se registaram oscilações muito pronunciadas no peso relativo de cada categoria de rendimentos. O maior movimento veio das atividades de fiscalização que desceram quase dois pontos base, valor que se deslocou para as outras naturezas de rendimento, especialmente para a via pública.

Handwritten signature and scribbles in blue ink.

ePark nos Rendimentos de Via Pública

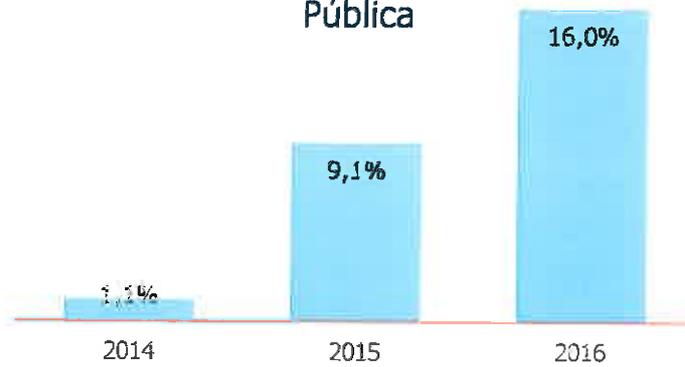


Gráfico 2-5 Evolução da Proporção do Valor de Pagamentos Via ePark nos Rendimentos de Via Pública 2014-2016

O contributo do ePark para a cobrança de receita continua a sua escalada, representando 16% do total de rendimentos gerados na via pública no ano de 2016, quase o dobro da fasquia atingida em 2015, o que revela o inequívoco sucesso desta aplicação.

2.3 Análise Integrada

Recuperando a evolução das diversas rubricas de rendimentos percebe-se de imediato que a única diminuição ocorreu nas atividades de fiscalização.

Tabela 2-2 Evolução dos Rendimentos por Rúbrica 2014-2016 (milhares €)

	2014	2015	2016	Δ 2015-2016 %
Estacionamento	19 802	21 142	21 804	3,1
Via Pública	16 424	17 651	18 291	3,6
Parques	3 378	3 491	3 512	0,6
Bloqueios e Remoções	2 994	3 856	3 716	-3,6
Contraordenações	1 706	2 142	1 808	-15,6
Residentes	1 506	1 739	1 876	7,9
Outros Rendimentos Operacionais	1 863	962	1 637	70,2
Rendimentos Operacionais - Total	27 872	29 841	30 841	3,4
Outros Rendimentos	35	4	61	1 425,0
Total de Rendimentos	27 907	29 845	30 903	3,5

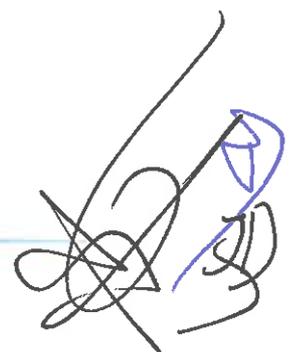


Tabela 2-3 Evolução da Estrutura de Gastos 2014-2016 (%)

	2014	2015	2016
Fornecimentos e Serviços Externos	61,2	57,2	48,4
Fee CML	21,8	23,8	23,4
Fee da Spark	16,6	7,5	0,0
Outros FSE	22,9	26,0	25,0
Pessoal	31,0	35,1	36,8
Juros	0,5	0,3	0,3
Depreciações e Amortizações	4,9	6,2	6,6
Outros Gastos	2,4	1,2	7,9
Total	100	100	100

O impacto da absorção da Zona Verde na estrutura de gastos da EMEL atingiu a sua plenitude em 2016, o primeiro ano sem qualquer pagamento relacionado com esse contrato. A subida verificada no peso dos gastos com Pessoal também está, em grande parte, relacionada com esta incorporação, pois apesar de as contratações realizadas com o objetivo de garantir a adequada gestão operacional de mais 16 000 lugares terem ocorrido em 2015, só em 2016 é que se regista um ano completo da atividade destes trabalhadores.

O crescimento exuberante da rubrica de Outros Gastos relaciona-se, essencialmente, com uma menos valia apurada na permuta de edifícios originada pela mudança das instalações que albergam a sede da empresa, e ainda com constituição de provisões.

Tabela 2-4 Demonstração de Resultados Sintética 2014-2016 (milhares €)

	2014	2015	2016
Rendimentos Operacionais	27 872	29 841	30 841
Gastos Operacionais	25 152	24 896	26 300
EBITDA	2 720	4 946	4 541
Depreciações e Amortizações	1 295	1 659	1 849
Resultado Financeiro	-66	-80	-11
Imposto/Rendimento do Exercício	405	847	287
Resultado Líquido	953	2 360	2 395

A EMEL termina 2016 com uma *performance* económica, medida pelo resultado líquido gerado, ligeiramente superior à atingida em 2015, confirmando o quão acertada foi a decisão de assumir a gestão direta da Zona Verde. O desempenho

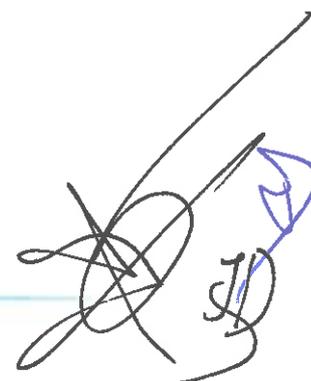
alcançado só não foi mais expressivo por via da perda de uma quantidade significativa de lugares de elevada rotação no eixo central em benefício da requalificação desta zona da cidade.

Tabela 2-5 Evolução dos Indicadores Financeiros 2014-2016

	2014	2015	2016
Rentabilidade Económica = Res. Económico/Ativo Líquido	3,95%	6,96%	4,24%
Solvabilidade = Capital Próprio /Passivo	101,91%	41,06%	39,78%
Autonomia Financeira = Capital Próprio/Ativo Líquido	50,47%	29,06%	28,46%
Res. antes de dep., g. fin. e impostos (EBITDA)	2 719 613	4 946 001	4 541 437
Margem do EBITDA = EBITDA/Rendimentos Operacionais	9,76%	16,57%	14,73%

A EMEL apresenta uma deterioração do rácio de rentabilidade económica pelo lado do Ativo: a empresa está numa fase de intenso investimento, grande parte dele em curso.

A posição financeira, apesar de menor que em 2014 oferece perspectivas de robustez. Após o movimento que levou os Resultados Transitados para negativo em 2015 a queda dos rácios de capital foi travada e apenas subsiste devido ao elevado saldo de fornecedores.



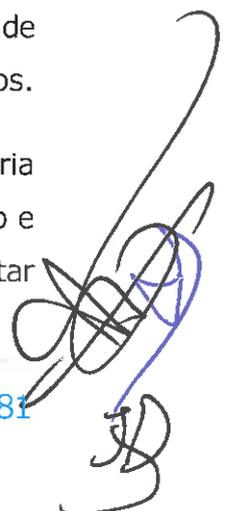
Capítulo 3. FACTOS RELEVANTES

2016 ficará na história da EMEL como o ano em que a área de intervenção da empresa, para efeitos de ordenamento do estacionamento na via pública, foi alargada a todo o território do município. Ao longo de toda a sua existência, a EMEL assumiu a fiscalização do estacionamento em zonas delimitadas da cidade de Lisboa que eram definidas casuisticamente pela CML. Através da Deliberação 236/AML/2016, da Assembleia Municipal de Lisboa, aprovada em 19 de julho de 2016, a concessão de exploração de estacionamento da EMEL passou a abranger toda a cidade, para que a empresa possa responder cabalmente às necessidades e anseios dos residentes e visitantes.

Concomitantemente, a CML aprovou uma alteração ao Plano de Atividades e Orçamento da EMEL para o ano de 2016 prevendo um significativo aumento do ritmo de expansão da atividade de estacionamento, que quase triplicou o número de novos lugares regulamentados a disponibilizar nesse ano e, em consequência, o reforço dos meios humanos e de capital que viabilizassem a permanência dos níveis de produtividade e do padrão de qualidade habituais na empresa.

Mas 2016 trouxe mais desafios à empresa de mobilidade e estacionamento de Lisboa. A política de mobilidade e acessibilidade prosseguida pelo município inclui a implementação de uma rede estruturada de parques de estacionamento vocacionados para os residentes, tendencialmente gratuitos ou com uma política de preços muito acessíveis, como forma de reforçar a oferta de estacionamento para os residentes em Lisboa e desincentivar a utilização quotidiana do automóvel, o que exigiu à EMEL, durante 2016, um extraordinário trabalho de prospeção de espaços na cidades passíveis de serem convertidos ou aproveitados para efeitos de estacionamento devidamente organizado e regulamentado. Em simultâneo, o objetivo de reduzir o transporte individual no interior da cidade, assumido pela CML, tem induzido o desenvolvimento de uma coroa de parques de estacionamento dissuasores junto aos principais interfaces de transportes públicos.

O comprometimento da EMEL com a estratégia do município de Lisboa em matéria de mobilidade urbana sustentável vai, porém, muito para além do ordenamento e gestão do estacionamento e 2016 foi bem prova disso, com a empresa a executar



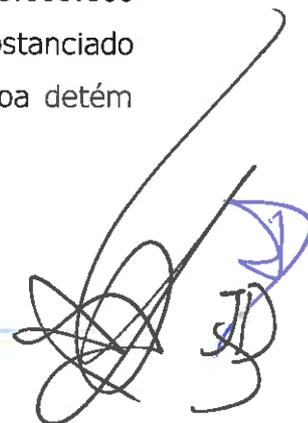
obras de requalificação de espaço público urbano na Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina dotando-o de condições mais aprazíveis para fruição pedonal e ciclável e maior facilidade de circulação de transportes públicos.

As negociações com as estruturas sindicais representativas dos interesses dos trabalhadores para o estabelecimento do primeiro Acordo de Empresa, que se arrastavam há vários anos, chegaram finalmente, em 2016, a bom porto perspetivando-se a assinatura do acordo para o primeiro trimestre de 2017. Esta conquista, há muito desejada, atende às aspirações dos trabalhadores e da organização salvaguardando condições de trabalho compatíveis com a retenção dos bons profissionais, que, motivados, agreguem valor e se dediquem ao alcance dos objetivos da empresa.

A implementação definitiva da Academia EMEL é outro marco que ficará para sempre associado ao ano de 2016. Esta escola especializada em matérias de mobilidade e estacionamento foi oficialmente criada no último trimestre do ano e a sua atividade formativa iniciou-se ainda antes do final de 2016. A estrutura curricular dos vários cursos já está estabelecida e pronta a ser ministrada.

2016 assinala também o primeiro ano de vigência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. A equipa de missão responsável pelo acompanhamento da execução das medidas previstas neste plano realizou, ao longo do segundo semestre, várias reuniões com as chefias das diferentes áreas funcionais da empresa, preparando-se para nos primeiros meses de 2017 apresentar um relatório resumindo a atividade desenvolvida e sistematizando orientações e recomendações para exercícios futuros.

Como facto relevante ocorrido entre o final do exercício e a data do presente relatório sublinha-se que em 09/03/2017 foi obtido o visto do Tribunal de Contas no âmbito do processo de aumento do capital social pelo acionista Câmara Municipal de Lisboa, no valor de 18 M€, equivalendo à realização de 18.000.000 de ações a subscrever no capital da empresa. Este aumento está consubstanciado pela conversão de créditos que o acionista Câmara Municipal de Lisboa detém sobre a empresa.



Os membros dos Órgãos Sociais, não são, nem foram, titulares de ações ou obrigações da sociedade ou de outras com as quais esta mantenha relação de domínio, por si ou através de quaisquer outras pessoas ou sociedades, não sendo portanto relevante a apresentação das listas de títulos e acionistas referidas nos art.º 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais.

No cumprimento dos requisitos legais, confirma-se a inexistência de dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social.

Capítulo 4. PERSPETIVAS FUTURAS

A mobilidade é um fator de progresso e desenvolvimento económico e um requisito fundamental para o bem-estar individual e coletivo, daí desempenhar um papel cada vez mais relevante, e em certa medida agregador, no processo de construção e (re) configuração das cidades contemporâneas. Aos governos das cidades tem cabido a responsabilidade de assegurar que os seus habitantes e visitantes possam exercer o seu direito de ir e vir, livremente, de forma rápida e eficiente.

Acompanhando a alteração do paradigma de abordagem da mobilidade em meio urbano, em direção a um conceito de mobilidade urbana sustentada de acordo com o qual as políticas de transporte, trânsito, e uso e ocupação do espaço público devem ser delineadas e desenvolvidas de forma conjunta e harmoniosa, a estratégia de mobilidade urbana concebida para a cidade de Lisboa, que se materializará nos próximos anos, exige à EMEL um esforço sem precedentes de intervenção a vários níveis:

- Aumento exponencial do número de lugares de estacionamento ordenado na via pública. Em 2015 a empresa explorava cerca de 52 mil lugares, prevendo-se que em 2021 esse número ascenda a 150 mil lugares;
- Densificação da rede de parques de estacionamento de cariz residencial, indo ao encontro das necessidades manifestadas pelos lisboetas;
- Estruturação de uma rede coerente de parques dissuasores que promova a utilização dos transportes públicos nas deslocações para o centro da cidade;
- Desenvolvimento de ações de requalificação urbana vocacionadas para a melhoria das condições de mobilidade e de acessibilidade na cidade;
- Construir, operar e disponibilizar meios de mobilidade suave, nomeadamente ascensores, escadas rolantes e bicicletas partilhadas;
- Articulação de estratégias e medidas concretas com outros operadores de mobilidade, como a CARRIS reintegrada no universo municipal;
- Participação ativa no modelo integrado de gestão dos transportes públicos a nível intermunicipal.

Estes desafios projetam a atividade da empresa para níveis sem paralelo na sua história e exigem um plano de investimentos para o próximo quinquénio que ronda



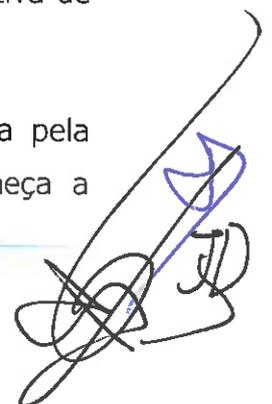
os 80 milhões de euros, e ainda um reforço do efetivo de recursos humanos, dada a necessidade de criar as infraestruturas e condições de operação adequadas. É de realçar a importância do investimento em inovação e modernização tecnológicas – novas formas de pagamento, de fiscalização, e de comunicação, designadamente – com vista a garantir a qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão e níveis de eficiência e produtividade compatíveis com os padrões da empresa.

Simultaneamente a EMEL irá enfrentar novas condições de exploração, menos rentáveis face às circunstâncias do passado e atuais:

- A expansão da atividade para zonas mais periféricas e de menor pressão da procura por estacionamento de rotação, portanto menos rentáveis do ponto de vista financeiro. A EMEL tem 3 coroadas tarifárias, do centro para a periferia - tarifa vermelha, amarela e verde - sendo a tarifa cobrada decrescente conforme nos afastamos do centro da cidade.
- Uma política de preços mais acessível nos parques dissuasores e nos residenciais. No primeiro caso trata-se de estacionamento de longa duração, nos quais serão praticados preços mais reduzidos, assumindo a integração com produtos dos Transportes Públicos (e.g. park and ride). No segundo caso prevê-se a adoção de preços mais económicos, sendo o objetivo primordial suprir o défice de estacionamento para residentes em algumas zonas da cidade em detrimento da pura exploração comercial de estacionamento de rotação cuja rentabilidade é consideravelmente mais elevada;
- Desenvolvimento de projetos que apresentam uma perspetiva de rentabilidade potencialmente negativa (por exemplo, o SBPP).

Estas novas condições impactarão diretamente no volume de rendimentos que a empresa arrecadará nos próximos anos e nos gastos que assumirá com FSE e com pessoal, razão pela qual, a empresa, como forma de acautelar uma posição financeira que lhe permita enfrentar este período com uma solidez capaz de mobilizar as melhores condições de financiamento, procedeu ao aumento do seu capital social de 14 000 000 de euros para 32 000 000 euros. Com o aumento de capital social a estrutura financeira da EMEL sai robustecida numa perspetiva de médio e longo prazos.

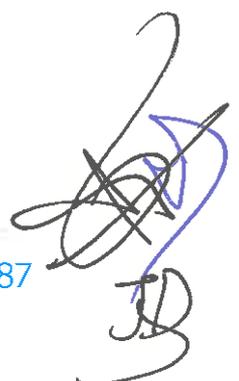
O futuro também se antecipa muito favorável à atividade desenvolvida pela Academia EMEL, recentemente institucionalizada, cujo sucesso se começa a



desenhar a partir das manifestações de interesse de empresas congéneres em adquirir os serviços de formação disponibilizados por esta escola.

Na vertente da Responsabilidade Social Corporativa, os tempos que aí vêm são de estruturação e consolidação definitiva desta aposta recente da empresa. As iniciativas pontuais darão lugar a um planeamento organizado e coeso de diversas iniciativas dirigidas i) quer aos colaboradores da empresa por via de apoio psicológico, da promoção da autoconfiança, do apoio familiar, de campanhas de prevenção e de educação para a saúde, entre outras ações, ii) quer à comunidade envolvente através, designadamente, do apoio a instituições de solidariedade social e iniciativas de cariz cultural e recreativo.

No que respeita à partilha internacional de experiências e boas práticas, e ao desenvolvimento de projetos de inovação e demonstradores de novas tecnologias, perspectiva-se para o próximo triénio a participação em várias parcerias europeias. O envolvimento na empresa nestas iniciativas internacionais constituem um capital de enorme valia que importa continuar a potenciar.

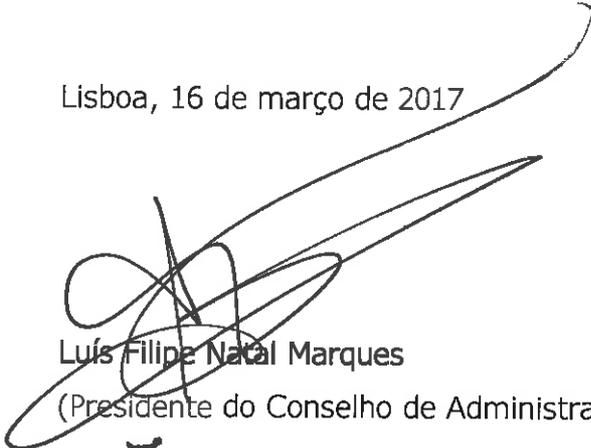


Capítulo 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado em 2016, no valor de 2 394 886,25 €, seja aplicado da seguinte forma:

- Constituição de Reservas Legais (10%): 239 488,63 €;
- Transferência para a conta de Resultados Transitados: 2 155 397,63 €.

Lisboa, 16 de março de 2017

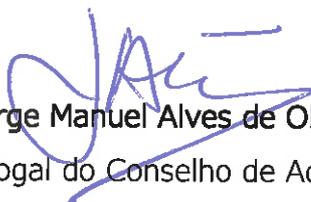


Luís Filipe Natal Marques

(Presidente do Conselho de Administração)

João Paulo Salazar Dias

(Vogal do Conselho de Administração)



Jorge Manuel Alves de Oliveira

(Vogal do Conselho de Administração)

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31/12/2016

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	34 409 616,34	25 796 372,09
Propriedades de investimento	6	1 607 153,50	1 658 163,68
Ativos intangíveis	7	1 225 773,11	1 278 306,20
Outros investimentos financeiros		17 246,67	6 534,94
Ativos por impostos diferidos	8	549 060,49	31 500,00
		37 808 850,11	28 770 876,91
Ativo corrente			
Clientes	9	199 155,27	194 967,16
Estado e outros entes públicos	10	1 668 572,70	827 716,29
Outros créditos a receber	11	1 638 101,95	19 364,29
Diferimentos	12	4 597 298,21	5 465 196,04
Caixa e depósitos bancários	13	17 627 169,81	11 977 467,07
		25 730 297,94	18 484 710,85
Total do activo		63 539 148,05	47 255 587,76
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	14 000 000,00	14 000 000,00
Reservas legais	14	989 883,79	753 852,64
Resultados transitados	14	(578 855,09)	(3 382 682,47)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio		1 275 914,78	-
Resultado líquido do período		2 394 886,25	2 360 311,49
Total do capital próprio		18 081 829,73	13 731 481,66
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	316 684,32	150 000,00
Financiamentos obtidos	16	4 038 974,60	3 107 150,57
Passivos por impostos diferidos	8	339 167,22	-
		4 694 826,14	3 257 150,57
Passivo corrente			
Fornecedores	17	34 603 418,76	24 792 592,34
Estado e outros entes públicos	10	768 549,34	881 591,17
Financiamentos obtidos	16	316 393,18	306 974,93
Outras dívidas a pagar	11	3 872 423,38	3 259 791,41
Diferimentos	12	1 201 707,52	1 026 005,68
		40 762 492,18	30 266 955,53
Total do passivo		45 457 318,32	33 524 106,10
Total do capital próprio e do passivo		63 539 148,05	47 255 587,76

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31/12/2016

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	18	29 447 484,06	29 411 052,50
Fornecimentos e serviços externos	19	(13 667 212,28)	(15 240 336,13)
Gastos com o pessoal	20	(10 394 134,35)	(9 341 995,82)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-	(50 594,84)
Provisões (aumentos/reduções)		(173 026,68)	-
Outros rendimentos	21	1 393 906,04	430 552,74
Outros gastos	21	(2 065 579,93)	(262 677,56)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(EBITDA)	4 541 436,86	4 946 000,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22	(1 849 006,51)	(1 658 693,33)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(EBIT)	2 692 430,35	3 287 307,56
Juros e rendimentos similares obtidos	18	61 374,55	3 725,89
Juros e gastos similares suportados		(71 953,05)	(84 151,39)
Resultado antes de impostos	(EBT)	2 681 851,85	3 206 882,06
Imposto sobre o rendimento do período	24	(286 965,60)	(846 570,57)
Resultado líquido do período		2 394 886,25	2 360 311,49

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											Total do capital próprio			
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instru de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		Interesses que não controlam		
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 ALTERAÇÕES NO PERÍODO		14.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.565.797,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	952.984,78	18.207.306,71	18.207.306,71
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização de excedentes de revalorização																
Excedentes de revalorização																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
2 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							-5.978.450,24							-552.994,78	-6.838.136,54	
3 RESULTADO INTEGRAL							-5.978.450,24							-552.994,78	-6.838.136,54	
4=2+3 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015		14.000.000,00	0,00	0,00	0,00	753.652,54	-5.324.897,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.360.311,49	13.731.481,66	13.731.481,66

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											Total do capital próprio			
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instru de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		Interesses que não controlam		
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 ALTERAÇÕES NO PERÍODO		14.000.000,00	0,00	0,00	0,00	753.652,54	-5.324.897,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.360.311,49	13.731.481,66	13.731.481,66
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização de excedentes de revalorização																
Excedentes de revalorização																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
2 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							679.647,04							340.379,82	340.379,82	
3 RESULTADO INTEGRAL							2.124.280,34							1.815.082,00	1.815.082,00	
4=2+3 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016		14.000.000,00	0,00	0,00	0,00	959.653,79	-5.247.055,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.394.838,25	18.051.828,73	18.051.828,73

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31/12/2016

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		36 997 052,81	36 889 988,13
Pagamentos a fornecedores		(8 595 124,66)	(12 158 067,57)
Pagamentos ao pessoal		(9 791 106,17)	(8 593 862,95)
Caixa gerada pelas operações		18 610 821,98	16 138 057,61
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		204 352,77	225 061,93
Outros recebimentos/pagamentos		(3 814 154,71)	(2 652 471,71)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		15 001 020,04	13 710 647,83
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(9 909 985,11)	(8 250 915,97)
Ativos intangíveis		(352 703,60)	(352 533,64)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		620,00	(0,00)
Juros e rendimentos similares		46 030,88	2 794,42
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(10 216 057,83)	(8 800 655,19)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 250 000,00	(0,00)
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(308 757,72)	(298 076,71)
Juros e gastos similares		(76 521,75)	(92 348,68)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		864 720,53	(390 425,39)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5 649 782,74	4 710 567,25
Efeito das diferenças de câmbio		(0,00)	(0,00)
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 977 467,07	7 257 899,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	17 627 169,81	11 977 467,07

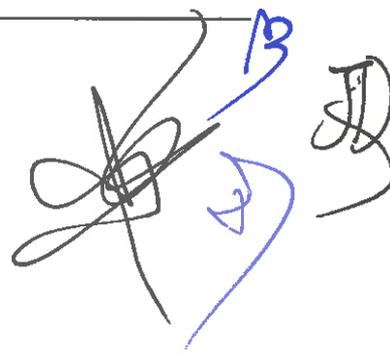
O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

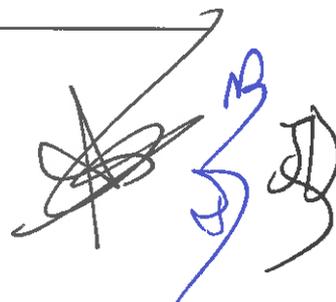
EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

Handwritten signature and initials in black and blue ink. The signature is a complex scribble in black ink. To its right, there are initials 'B' and 'J' in blue ink, with a blue arrow pointing from the signature towards them.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2016



NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

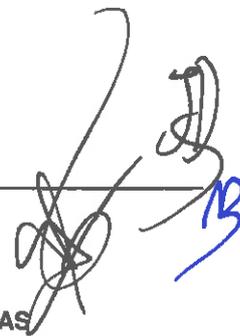
A EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. Foi criada pela deliberação nº 73/AM/94, por proposta da deliberação nº 242/CM/94, de 14/07/94, e iniciou a sua atividade em 01/10/1994, tem a sua sede na Alameda das Linhas de Torres, 198/200, em Lisboa.

A Empresa tem como atividade principal a gestão do serviço público de estacionamento da cidade de Lisboa integrado no sistema global de mobilidade e acessibilidades definidos pela Câmara Municipal de Lisboa e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, pela lei comercial, pelos Estatutos e, subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado.

É entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo indicação em contrário.

O Balanço em 31 de Dezembro de 2016, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações de Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.



NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo DL n.º 158/2009, de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

As presentes demonstrações financeiras foram, ainda, preparadas em conformidade com o DL n.º 98/2015, de 2 de junho e com a Portaria 220/2015, de 24 de julho, que alteraram os DL n.º 158/2009, de 13 de julho e DL n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprovam o SNC.

A entidade adoptou as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) pela primeira vez em 2010, aplicando para o efeito a "NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro", pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

2.2 - Em 2015, a Empresa procedeu à regularização de saldos com a CML no valor de 6.836.136,54 euros, por contrapartida de RT, cf. deliberação da CML n.º 132/2016 de 23/03/2016. Deste modo foi derogado o disposto na NCRF 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, no que respeita ao registo de alterações de estimativas. Com exceção do acima referido não foram derogadas quaisquer outras disposições do SNC.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.





NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.2 - POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

	Anos de Vida Útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 16
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros activos fixos tangíveis	3 - 8

JD
B

3.2.2 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para auferir rendimento e/ou valorizações do capital.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O justo valor foi determinado por avaliação efetuada no início do ano 2012 por entidade especializada independente (ver mais informação na nota 6).

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Investimentos em Curso - Ativos Fixos Tangíveis". No final do período de promoção e construção o ativo é transferido para a rubrica "Propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.2.3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.2.4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável.

JD



Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, a derrama estadual à taxa de 3% na matéria coletável superior a 1.500.000€, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.2.5 - CLIENTES E OUTROS VALORES A RECEBER

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.2.6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários, caso ocorram, são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.2.7 - IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação da perda assume um carácter permanente e definitivo e se sim, regista a respetiva perda por imparidade nos resultados ou diretamente no capital próprio, no caso do ativo estar registado pela quantia revalorizada. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.



Quando tenham sido registadas perdas por imparidade e, posteriormente, se verifique que o valor recuperável aumentou de forma permanente reduzindo a imparidade, é reconhecida a reversão da imparidade.

3.2.8 - PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

3.2.9 - PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.10 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo.

Para os financiamentos existentes, atualmente, entende-se que dado que a taxa de juro paga é a de mercado e que é imaterial a diferença temporal do valor do dinheiro, não existe diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa efetiva e conseqüentemente não existem diferenças significativas entre a utilização do método do custo ou do custo amortizado.



Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.2.11 - FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

3.2.12 - RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.13 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto do período. Os gastos a curto prazo incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos do período em que ocorreram.

3.2.14 - TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, correspondendo à moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.



Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizados. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.2.15 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.16 - JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

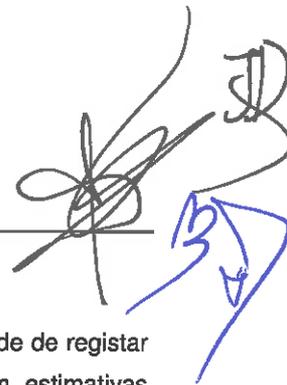
As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício, sendo estes dois parâmetros definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando, sempre que possível, as melhores práticas adotadas.

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, vidas úteis e valores residuais.





Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pela Empresa dos fluxos de caixa que se espera receber.

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o saldo de Caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, foi o seguinte:

<u>Caixa e seus equivalentes:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerário	34 342,67	878 849,00
Depósitos à ordem	11 943 124,40	2 048 320,81
Aplicações tesouraria (Dep.a prazo)		14 700 000,00
	<u>11 977 467,07</u>	<u>17 627 169,81</u>

No final de 31/12/2016, todos os saldos de Caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respectivas Depreciações Acumuladas, foi o seguinte:

31/12/2015						
Ativo:	Saldo em 01/01/2015	Aquisições	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2015
Terrenos e recursos naturais	517 502,82	-	-	-	-	517 502,82
Edifícios e outras construções	15 550 066,46	17 698,00	-	25 650,00	-	15 593 414,46
Equipamento básico	9 894 878,29	2 664 364,25	-	140 674,41	-	12 699 916,95
Equipamento de transporte	745 293,51	115 374,00	-	-	-	860 667,51
Equipamento administrativo	1 509 308,46	105 507,69	-	-	-	1 614 816,15
Outros activos fixos tangíveis	340 894,94	1 669,85	-	-	-	342 564,79
Activos em curso	2 509 486,39	4 949 461,78	-	(376 667,66)	-	7 082 280,51
	31 067 430,87	7 854 075,57	-	(210 343,25)	-	38 711 163,19
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções	3 258 540,03	338 691,78	-	-	-	3 597 231,81
Equipamento básico	6 148 193,79	786 421,94	-	-	-	6 934 615,73
Equipamento de transporte	523 984,51	125 851,19	-	-	-	649 835,70
Equipamento administrativo	1 379 162,22	73 884,04	-	-	-	1 453 046,26
Outros activos fixos tangíveis	254 966,64	25 094,96	-	-	-	280 061,60
	11 564 847,19	1 349 943,91	-	-	-	12 914 791,10
Valor líquido	19 502 583,68	6 504 131,66	-	(210 343,25)	-	25 796 372,09
31/12/2016						
Ativo:	Saldo em 01/01/2016	Aquisições	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2016
Terrenos e recursos naturais (i)	517 502,82	301 931,33	517 502,82	6 143 913,40	-	6 445 844,73
Edifícios e outras construções (ii)	15 593 414,46	972 553,12	4 093 871,98	624 055,14	-	13 096 150,73
Equipamento básico	12 699 916,95	156 852,33	-	-	-	12 856 769,28
Equipamento de transporte	860 667,51	253 234,17	99 880,40	-	-	1 014 021,28
Equipamento administrativo	1 614 816,15	109 873,84	-	-	-	1 724 689,99
Outros activos fixos tangíveis	342 564,79	3 395,39	-	-	-	345 960,18
Activos em curso (iii)	7 082 280,51	6 986 189,46	-	(2 251 888,67)	-	11 816 581,30
	38 711 163,19	8 784 029,64	4 711 255,21	4 516 079,87	-	47 300 017,49
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções (iii)	3 597 231,81	339 458,00	1 473 156,33	71 193,33	-	2 534 726,81
Equipamento básico	6 934 615,73	889 561,78	-	-	-	7 824 177,51
Equipamento de transporte	649 835,70	148 156,99	99 880,40	-	-	698 112,29
Equipamento administrativo	1 453 046,26	79 742,95	-	-	-	1 532 789,21
Outros activos fixos tangíveis	280 061,60	20 533,73	-	-	-	300 595,33
	12 914 791,10	1 477 453,45	1 573 036,73	71 193,33	-	12 890 401,15
Valor líquido	25 796 372,09	7 306 576,19	3 138 218,48	4 444 886,54	-	34 409 616,34

(i) Foram transferidos da rubrica Ativos em Curso os bens Qta. dos Azulejos e Damasceno Monteiro, no valor de 6.143.913,40 euros.

(ii) Estão incluídos os montantes dos gastos transferidos da rubrica Diferimentos - Gastos a Reconhecer, no valor de 624.055,14 euros, relativos aos gastos com as obras do parque de estacionamento do Parque Mayer e da Rua Eduardo Malta (Zona 035).

(iii) Foram registados em Ativos em Curso, por transferência da rubrica Diferimentos - Gastos a Reconhecer, as obras de requalificação da Rua Arsenal/Rua Alfândega, Cais Sodré, percurso Graça, percurso Sé e percurso Mouraria, no valor de 3.892.024,73 euros.

(iii) Estão incluídos os montantes de gastos transferidos da rubrica Diferimentos - Gastos a Reconhecer, no valor de 71.193,33 euros, relativos às depreciações acumuladas com as obras do Parque Mayer e Rua Eduardo Malta (Zona 035).

NOTA 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada das Propriedades de Investimento, bem como nas respectivas Depreciações Acumuladas, foi o seguinte:

31/12/2015						
Custo:	Saldo em 01/01/2015	Aquisições	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2015
Parque Estac. - Portas do Sol	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Teixeira Pascoais	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Ana C. Osório	893 401,08	-	-	-	-	893 401,08
Parque Estac. - Chão do Loureiro	1 076 974,54	-	-	-	-	1 076 974,54
Activos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>1 970 375,62</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 970 375,62</u>
Depreciações acumuladas:						
Depreciações parques	261 201,76	51 010,18	-	-	-	312 211,94
	<u>261 201,76</u>	<u>51 010,18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>312 211,94</u>
Valor líquido	<u>1 709 173,86</u>	<u>(51 010,18)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 658 163,68</u>

31/12/2016						
Custo:	Saldo em 01/01/2016	Aquisições	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2016
Parque Estac. - Portas do Sol	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Teixeira Pascoais	-	-	-	-	-	-
Parque Estac. - Ana C. Osório	893 401,08	-	-	-	-	893 401,08
Parque Estac. - Chão do Loureiro	1 076 974,54	-	-	-	-	1 076 974,54
Activos em curso	-	-	-	-	-	-
	<u>1 970 375,62</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 970 375,62</u>
Depreciações acumuladas:						
Depreciações parques	312 211,94	51 010,18	-	-	-	363 222,12
	<u>312 211,94</u>	<u>51 010,18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>363 222,12</u>
Valor líquido	<u>1 658 163,68</u>	<u>(51 010,18)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 607 153,50</u>

A última avaliação efetuada dos ativos classificados como propriedades de investimento, reporta a 31/12/2012. Conforme seguidamente se apresenta:

	Custo aquisição	Depreciações acumuladas	Valor escriturado	Justo valor 31/12/2012
Parque Estac. - Portas do Sol	-	-	-	-
Parque Estac. - Teixeira Pascoais	-	-	-	-
Parque Estac. - Ana C. Osório	893 401,08	231 179,38	662 221,70	924 000,00
Parque Estac. - Chão do Loureiro	1 076 974,54	132 042,74	944 931,80	943 400,00
	<u>1 970 375,62</u>	<u>363 222,12</u>	<u>1 607 153,50</u>	<u>1 867 400,00</u>

Posteriormente a 31/12/2012, a EMEL não procedeu a nova avaliação destes ativos, por não existirem indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

Encontra-se reconhecido em propriedades de investimento, a pernilagem de 188,68 do parque Chão do Loureiro.

NOTA 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Intangíveis, bem como nas respectivas Depreciações Acumuladas, foi o seguinte:

31/12/2015						
Custo:	Saldo em 01/01/2015	Aquisições	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2015
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	1 729 772,19	202 213,00	70 520,00	74 949,00	-	1 836 414,19
Drt. Superfície - Portas do Sol	734 800,00	-	-	-	-	734 800,00
Drt. Superfície - Chão do Loureiro	264 600,00	-	-	-	-	264 600,00
Drt. Superfície - R. Diário Notícias (i)	-	-	-	-	-	-
Drt. Superfície - Arroios (i)	-	-	-	-	-	-
Drt. Superfície - Campo das Cebolas (i)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	323 867,44	-	-	-	-	323 867,44
Activos em curso	143 578,86	105 685,60	-	(158 568,66)	-	90 695,80
	3 196 618,49	307 898,60	70 520,00	(83 619,66)	-	3 350 377,43
Depreciações acumuladas:						
Programas de computador	1 308 289,93	256 338,93	27 687,22	-	-	1 536 941,64
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	514 420,03	20 709,56	-	-	-	535 129,59
	1 822 709,96	277 048,49	27 687,22	-	-	2 072 071,23
Valor líquido	1 373 908,53	30 850,11	42 832,78	(83 619,66)	-	1 278 306,20

31/12/2016						
Custo:	Saldo em 01/01/2016	Aquisições	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Revalorização	Saldo em 31/12/2016
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	1 936 414,19	332 643,31	-	-	-	2 269 057,50
Drt. Superfície - Portas do Sol	734 800,00	-	-	-	-	734 800,00
Drt. Superfície - Chão do Loureiro	264 600,00	-	-	-	-	264 600,00
Drt. Superfície - R. Diário Notícias (i)	-	-	-	-	-	-
Drt. Superfície - Arroios (i)	-	-	-	-	-	-
Drt. Superfície - Campo das Cebolas (i)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	323 867,44	-	-	-	-	323 867,44
Activos em curso	90 695,80	67 672,66	-	(158 568,66)	-	-
	3 350 377,43	400 516,17	-	(158 568,66)	-	3 592 324,94
Depreciações acumuladas:						
Programas de computador	1 536 941,64	273 771,04	-	-	-	1 810 712,68
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	535 129,59	20 709,56	-	-	-	555 839,15
	2 072 071,23	294 480,60	-	-	-	2 366 551,83
Valor líquido	1 278 306,20	106 035,57	-	(158 568,66)	-	1 225 773,11

(i) Os direitos de superfície foram obtidos a título gratuito, comprometendo-se a EMEL a edificar parques de estacionamento com as seguintes capacidades mínimas de lugares:

- Drt. Superfície - R. Diário Notícias (lug. 193);
- Drt. Superfície - Arroios (lug. 224)
- Drt. Superfície - Campo das Cebolas (lug. 230)

NOTA 8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido nos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos, foi o seguinte:

31/12/2015						
	Saldo em 01/01/2015	Constituição		Reversão		Saldo em 31/12/2015
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos:						
Ajustamentos inventários	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos clientes cob. duvidosa	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-	-
Provisão p/outras riscos e encargos	31 500,00	-	-	-	-	31 500,00
	<u>31 500,00</u>	-	-	-	-	<u>31 500,00</u>
Passivos por impostos diferidos:						
Ganhos tributados períodos futuros	-	-	-	-	-	-
Revalorizações ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

31/12/2016						
	Saldo em 01/01/2016	Constituição		Reversão		Saldo em 31/12/2016
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos:						
Ajustamentos inventários	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos clientes cob. duvidosa	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	679 547,04	(160 654,65)	-	518 892,39
Provisão p/outras riscos e encargos	31 500,00	-	-	(1 331,90)	-	30 168,10
	<u>31 500,00</u>	-	<u>679 547,04</u>	<u>(161 986,55)</u>	-	<u>549 060,49</u>
Passivos por impostos diferidos:						
Ganhos tributados períodos futuros	-	-	-	-	-	-
Revalorizações ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	339 167,22	-	-	-	339 167,22
	-	<u>339 167,22</u>	-	-	-	<u>339 167,22</u>

Na sequência da proposta nº 132/2016, de 23 de março, da Câmara Municipal de Lisboa, a EMEL incorporou em resultados transitados, perdas associadas a créditos não assumidos pelo Município, no montante de 6.836.136,54 euros.

Existindo, aquando do encerramento das contas de 2015, dúvidas quanto à aceitação daqueles custos para efeitos fiscais, a estimativa de imposto foi, numa base de prudência, calculada não considerando aqueles para efeito de determinação da matéria colável. Posteriormente ao encerramento das contas e até a entrega da declaração mod.22, foram solicitados pareceres a fiscalistas, sobre esta situação, tendo sido entendimento de que os referidos custos deveriam concorrer para a formação do lucro tributável, razão pela qual, aquando da entrega da mod.22 referente a 2015, estes custos foram considerados, originando um prejuízo fiscal a reportar de 3.235.938,27 euros. Dado que, os prejuízos fiscais de 2015, são reportáveis por 12 anos, procedeu-se no exercício de 2016, ao reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos, no valor de 679.547,04 euros por contrapartida de Resultados Transitados (em 31/12/2016 foi já registada uma reversão de 160.654,65 euros).

NOTA 9. CLIENTES

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na rubrica de Clientes, foi o seguinte:

Clientes:	Saldo em 01/01/2015	31/12/2015		Saldo em 01/01/2016	31/12/2016	
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente
Cientes conta corrente	857 910,95	-	782 580,68	782 580,68	-	765 907,03
Cientes entidades relacionadas	6 796,60	-	6 796,60	6 796,60	-	27 658,36
Cientes factoring	-	-	-	-	-	-
Cientes cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	(543 815,28)	-	(594 410,12)	(594 410,12)	-	(594 410,12)
	<u>320 892,27</u>	-	<u>194 967,16</u>	<u>194 967,16</u>	-	<u>199 155,27</u>

A antiguidade dos saldos de Clientes a 31/12/2016, foi o seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>90 dias	Total
Cientes conta corrente	37 098,99	26 915,45	12 649,36	689 243,23	765 907,03
Cientes entidades relacionadas	-	-	-	27 658,36	27 658,36
	<u>37 098,99</u>	<u>26 915,45</u>	<u>12 649,36</u>	<u>716 901,59</u>	<u>793 565,39</u>

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na rubrica de Perdas por Imparidade acumuladas de Clientes, foi o seguinte:

Perdas por imparidade:	31/12/2015	31/12/2016
Saldo inicial	543 815,28	594 410,12
Aumento	50 594,84	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	<u>594 410,12</u>	<u>594 410,12</u>

Durante o período findo em 31/12/2016, não foi constituída qualquer imparidade dos montantes a receber dos clientes.

Durante o período findo em 31/12/2015, foi constituída a imparidade dos montantes a receber do clientes Rodia e Zambeze. Contudo, estão a ser feitas todas as diligências possíveis para receber os montantes em falta, devidamente reconhecidos pelos clientes devedores.

NOTA 10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, foi o seguinte:

<u>Estado e O. Entes Públicos (Ativo):</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Imp. sobre rendimento pessoas coletivas (IRC)	-	49 448,91
Imp. sobre valor acrescentado (IVA)	827 716,29	1 619 123,79
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>827 716,29</u>	<u>1 668 572,70</u>
<u>Estado e O. Entes Públicos (Passivo):</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Imp. sobre rendimento pessoas coletivas (IRC)	592 388,82	124 979,05
Imp. sobre valor acrescentado (IVA)	-	340 383,55
Imp. sobre rendimento pessoas singulares (IRS)	86 325,46	84 276,75
Segurança social	202 094,17	217 773,73
Outros impostos e taxas	782,72	1 136,26
	<u>881 591,17</u>	<u>768 549,34</u>
	<u>Valor líquido</u>	<u>(53 874,88)</u>
		<u>900 023,36</u>

Durante o período findo em 31/12/2016, a Emel tem a sua situação tributária e contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social, respetivamente.

NOTA 11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DIVÍDAS A PAGAR

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na rubrica de Outras Contas a Receber, foi o seguinte:

	Saldo em 01/01/2015	31/12/2015		Saldo em 01/01/2016	31/12/2016	
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente
Outros créditos a receber:						
Pessoal	-	-	-	-	-	1 802,23
Devedores p/acréscimos de rendimentos	22 804,70	-	19 364,29	19 364,29	-	19 364,29
Outros devedores e credores	-	-	-	-	-	1 616 835,43
	<u>22 804,70</u>	<u>-</u>	<u>19 364,29</u>	<u>19 364,29</u>	<u>-</u>	<u>1 638 101,95</u>
Perdas por imparidade						
	<u>22 804,70</u>	<u>-</u>	<u>19 364,29</u>	<u>19 364,29</u>	<u>-</u>	<u>1 638 101,95</u>

No período findo em 31/12/2016 foi contabilizado, em Outros Devedores e Credores, o apoio atribuído a fundo perdido, pelo FEDER no valor de 1.615.082,00 euros, no âmbito da candidatura ao Programa Operacional Lisboa2020. No início de 2017, foram recebidos aproximadamente 61% do apoio concedido, correspondente a 984.837,17 euros.

Foi assinado em 30 de dezembro de 2016, um Acordo de Colaboração com o Turismo de Portugal, no âmbito do "Plano de Promoção e Obras para o Município de Lisboa para 2017". O Acordo será financiado pelas receitas provenientes das contrapartidas das zonas de jogo, prevendo a atribuição de um financiamento não reembolsável até 3.942.703,30 euros. No início de 2017, o Turismo de Portugal transferiu para a Empresa 937.389,25 euros.

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, não ocorreram movimentos na rubrica Perdas por Imparidade acumuladas de Outros Devedores.

OUTRAS DIVÍDAS A PAGAR

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na rubrica de Outras Contas a Pagar, foi o seguinte:

	Saldo em 01/01/2015	31/12/2015		Saldo em 01/01/2016	31/12/2016	
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente
Outras dividas a pagar:						
Fornecedores de imobilizado	1 108 641,81	-	260 680,52	260 680,52	-	984 108,29
Credores p/acréscimos de gastos	7 748 871,04	-	1 821 586,11	1 821 586,11	-	1 563 771,30
Outros devedores e credores	508 470,22	-	1 177 524,78	1 179 378,21	-	1 322 524,71
Pessoal	-	-	-	-	-	2 019,08
	<u>9 365 983,07</u>	<u>-</u>	<u>3 259 791,41</u>	<u>3 261 644,84</u>	<u>-</u>	<u>3 872 423,38</u>

A rubrica Credores por Acréscimos de Gastos no período findo em 31/12/2016, inclui essencialmente o valor das remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias, no valor de 1.227.368,73 euros (1.176.337,27 euros em 31/12/2015).

A rubrica Outros Devedores e Credores no período findo em 31/12/2016, inclui essencialmente o valor das contraordenações a transferir para o Estado, no valor de 1.087.036,05 euros.

NOTA 12. DIFERIMENTOS

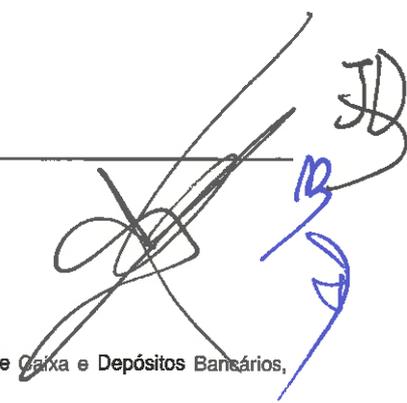
Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na rubrica de Diferimentos, foi o seguinte:

<u>Diferimentos (Ativo):</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Seguros	6 978,46	12 995,37
Rendas	16 317,95	24 761,95
Honorários	6 860,00	-
Outros gastos a reconhecer	5 435 039,63	4 559 540,89
	<u>5 465 196,04</u>	<u>4 597 298,21</u>

<u>Diferimentos (Passivo):</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Rendimentos a reconhecer	1 026 005,68	1 201 707,52
	<u>1 026 005,68</u>	<u>1 201 707,52</u>

A rubrica Outros Gastos a Reconhecer no período findo em 31/12/2016, inclui essencialmente o valor líquido das obras de requalificação e adaptação dos espaços da via pública cedidos pela CML à Empresa para ordenamento de estacionamento tarifado à superfície, parques de estacionamento e meios de apoio à mobilidade, que não sejam sua propriedade, no valor de 4.559.470,36 euros.

A rubrica Outros Rendimentos a Reconhecer no período findo em 31/12/2016, inclui essencialmente o valor pago pelos utentes do parque de estacionamento da Teixeira de Pascoais, que ainda se encontra por reconhecer como Rendimento, no valor de 615.064,76 euros e os carregamentos efetuados pelos utentes de dispositivos móveis (ePark), no valor de 544.265,57 euros.



NOTA 13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, os movimentos ocorridos nas rubricas de Caixa e Depósitos Bancários, foram os seguintes:

<u>Caixa e depósitos bancários:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	34 342,67	878 849,00
Depósitos à ordem	11 943 124,40	2 048 320,81
Depósitos a prazo		14 700 000,00
	<u>11 977 467,07</u>	<u>17 627 169,81</u>

NOTA 14. CAPITAL REALIZADO, RESERVA LEGAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

CAPITAL REALIZADO

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o capital da Empresa estava totalmente subscrito e realizado, de acordo com o seguinte:

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado em:

<u>Capital:</u>	<u>% Capital</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Câmara Municipal de Lisboa	100,00	14 000 000,00	14 000 000,00

RESERVA LEGAL

Os Estatutos da EMEL estabelecem no nº 2 do art. 31, que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da Reserva Legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Na reunião da Câmara Municipal de Lisboa, realizada em 30 de Abril de 2015 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 (Proposta nº 27/2015) e foi decidido que o Resultado Líquido, de 952.984,78 euros, referente a esse exercício tivesse a aplicação abaixo referida.

Na reunião da Câmara Municipal de Lisboa, realizada em 20 de abril de 2016 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 (Proposta nº 195/CM/2016) e foi decidido que o Resultado Líquido, de 2.360.311,49 euros, referente a esse exercício fosse aplicado de acordo com o resumo abaixo.

	<u>% RLE</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>
Reservas legais	10,00	95 298,48	236 031,15
Resultados transitados	90,00	857 686,30	2 124 280,34
		<u>952 984,78</u>	<u>2 360 311,49</u>

NOTA 15. PROVISÕES

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, os movimentos ocorridos nas rubricas de Provisões, foram os seguintes:

<u>Provisões:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	150 000,00	150 000,00
Aumento		173 026,68
Redução		
Utilizações		(6 342,36)
	<u>150 000,00</u>	<u>316 684,32</u>

A empresa decidiu reforçar as Outras Provisões em 173.026,68 euros para fazer face ao previsto nas disposições diversas do OE 2016 (Lei nº7-A/2016 de 30 de março) relativamente à eventual obrigatoriedade das empresa municipais serem obrigadas a contribuir para o ACSS, IP pela prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores.

A empresa em sede de Tribunal Administrativo de Lisboa chegou a acordo e reconheceu a existência de dívida para com a Rumos, SA, no valor de 15.000,00 euros, tendo utilizado 6.342,36 euros da provisão.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'JD' and 'B'.

NOTA 16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, os movimentos ocorridos nas rubricas de Financiamentos Obtidos, foram os seguintes:

Financiamentos obtidos:	Saldo em 01/01/2015	31/12/2015		Saldo em 01/01/2016	31/12/2016	
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários M/L prazo	3 712 202,21	3 107 150,57	306 974,93	3 414 125,50	2 788 974,60	316 393,18
Outros empréstimos	-	-	-	-	1 250 000,00	-
Valor em dívida	3 712 202,21	3 107 150,57	306 974,93	3 414 125,50	4 038 974,60	316 393,18
			3 414 125,50			4 355 367,78

Os empréstimos bancários de M /L prazo, são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

Prazos de reembolso:	31/12/2015	31/12/2016
Menos de 1 ano	306 974,93	316 393,18
1 a 2 anos	314 242,24	393 481,72
2 a 3 anos	321 577,56	471 396,86
3 a 4 anos	329 084,11	480 136,14
4 a 5 anos	336 711,64	489 152,15
Mais de 5 anos	1 805 535,02	2 204 807,73
	3 414 125,50	4 355 367,78

Handwritten mark or signature in blue ink.

NOTA 17. FORNECEDORES

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na rubrica de Fornecedores, foi o seguinte:

Fornecedores:	Saldo em 01/01/2015	31/12/2015		Saldo em 01/01/2016	31/12/2016	
		Não corrente	Corrente		Não corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	1 759 775,56	-	1 930 415,42	1 930 415,42	-	3 499 805,33
Fornecedores entidades relacionadas	1 412 362,87	-	22 862 176,92	22 862 176,92	-	31 103 613,43
Outros fornecedores	-	-	-	-	-	-
	3 172 138,43	-	24 792 592,34	24 792 592,34	-	34 603 418,76

A antiguidade dos saldos de Fornecedores a 31/12/2016, foi o seguinte:

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	328 165,21	161 861,93	49 173,89	2 960 604,30	3 499 805,33
Fornecedores entidades relacionadas	7 940 972,83	-	-	23 162 640,60	31 103 613,43
	8 269 138,04	161 861,93	49 173,89	26 123 244,90	34 603 418,76

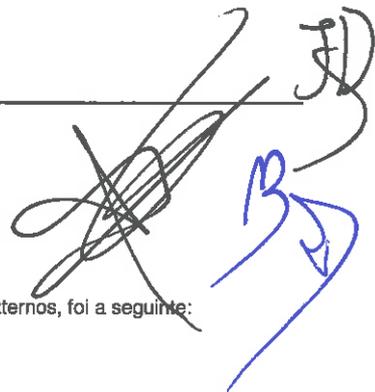
O valor relativo à rubrica de Fornecedores Entidades Relacionadas deve-se quase exclusivamente aos valores faturados pela CML relativos aos Fee's de Gestão.

NOTA 18. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, os movimentos ocorridos nas rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, foram os seguintes:

	31/12/2015			31/12/2016		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Vendas mercadorias	-	-	-	-	-	-
Prestações de serviços	29 411 052,50	-	29 411 052,50	29 447 484,06	-	29 447 484,06
Outros rendimentos e ganhos	430 552,74	-	430 552,74	1 393 906,04	-	1 393 906,04
	<u>29 841 605,24</u>	<u>-</u>	<u>29 841 605,24</u>	<u>30 841 390,10</u>	<u>-</u>	<u>30 841 390,10</u>
Juros obtidos	3 725,89	-	3 725,89	61 374,55	-	61 374,55
Total	29 845 331,13	-	29 845 331,13	30 902 764,65	-	30 902 764,65



NOTA 19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, a repartição dos Fornecimentos e Serviços Externos, foi a seguinte:

<u>Fornecimentos e serviços externos:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhos Especializados SPARK	1 993 823,76	
Fee Gestão CML	6 332 000,32	6 615 497,39
Rendas e Alugueres	628 349,23	603 262,82
Publicidade e Propaganda	106 724,07	362 448,83
Comunicações	772 493,61	761 361,21
Conservação e Reparação Parques	632 172,95	664 519,52
Vigilância e Segurança	601 456,55	562 001,52
Trabalhos Especializados Reboques	293 047,50	164 758,51
Conservação e Reparação Parquímetros	663 558,63	905 030,20
Conservação e Reparação Via Pública	354 137,58	406 442,47
Conservação e Reparação Bairros Históricos	165 448,72	337 507,50
Limpeza, Higiene e Conforto	167 355,35	170 506,56
Restantes Custos	2 529 767,86	2 113 875,75
	<u>15 240 336,13</u>	<u>13 667 212,28</u>

A variação na rubrica de Trabalhos Especializados - Spark, deve-se ao fim do contrato de prestação de serviços de verificação de estacionamento no eixo central da cidade, entre o ACE Spark e a Emel, em 21/06/2015.

NOTA 20. GASTOS COM PESSOAL E REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

GASTOS COM PESSOAL

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, a repartição dos Gastos com Pessoal, foi a seguinte:

<u>Gastos com Pessoal:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Remunerações dos órgãos sociais	97 799,17	106 010,86
Remunerações do pessoal	7 109 360,09	7 941 066,44
Indemnizações	57 361,97	2 197,10
Encargos sobre remunerações	1 586 288,12	1 765 441,73
Seguros	348 243,19	348 303,74
Gastos de acção social		290,12
Outros gastos com pessoal	141 943,28	230 824,36
	<u>9 341 995,82</u>	<u>10 394 134,35</u>

	<u>2015</u>	<u>2016</u>
Número médio de trabalhadores	430	487

REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, a repartição das Remunerações dos Órgãos Sociais, foi a seguinte:

<u>Orgãos Sociais:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Conselho de Administração (i)	97 799,17	106 010,86
Fiscal Único (ii)	11 367,24	11 367,24
	<u>109 166,41</u>	<u>117 378,10</u>

(i) Valor relevado em Gastos com Pessoal, o Conselho de Administração é composto por 3 elementos, sendo apenas 2 remunerados.

(ii) Valor relevado em Fornecimentos e Serviços Externos.

NOTA 21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, a repartição dos Outros Rendimentos e Ganhos, foi a seguinte:

<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Rendimentos suplementares	73 361,21	256 642,02
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	308 249,63	338 803,75
Outros rendimentos e ganhos (i)	48 941,90	798 460,27
	<u>430 552,74</u>	<u>1 393 906,04</u>

(i) No exercício de 2016 está incluído na rubrica o montante apurado do Excesso de Estimativa para Impostos de 2015, no valor de 796.741,59 euros.

OUTROS GASTOS E PERDAS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, a repartição dos Outros Gastos e Perdas, foi a seguinte:

<u>Outros gastos e perdas:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Impostos	35 750,76	37 518,11
Gastos e perdas em inv. não financeiros (ii)	49 847,43	1 926 104,84
Outros gastos e perdas	177 079,37	101 956,98
	<u>262 677,56</u>	<u>2 065 579,93</u>

(ii) O valor registado, no período findo em 31/12/2016, diz respeito a menos-valia contabilística registada com a permuta, efetuada pelo valor patrimonial tributário (VPT), da antiga sede da Empresa na Av. de Berna com a sede atual na Alameda das Linhas de Torres (Qta. dos Lilases).

NOTA 22. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, os movimentos ocorridos nas rubricas de Gastos com Depreciações e Amortizações, foram os seguintes:

	31/12/2015			31/12/2016		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de Investimento	51 010,18	-	51 010,18	51 010,18	-	51 010,18
Ativos fixos tangíveis (i)	1 330 634,66	-	1 330 634,66	1 503 515,73	-	1 503 515,73
Ativos intangíveis	277 048,49	-	277 048,49	294 480,60	-	294 480,60
	1 658 693,33	-	1 658 693,33	1 849 006,51	-	1 849 006,51

(i) No exercício de 2016 está incluído na rubrica o montante de gastos transferidos da rubrica FSE's - Conservação e Reparação, no valor de 71.193,33 euros, relativos às depreciações do exercício com as obras do Parque Mayer e Rua Eduardo Malta (Zona 035).

NOTA 23. PARTES RELACIONADAS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, as transações e saldos entre a Emel e empresa relacionadas, são apresentados no quadro seguinte:

<u>Transações:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviços adquiridos	11 894 512,17	6 456 075,47

<u>Saldos:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a receber	6 796,60	27 658,36
Contas a pagar	22 862 176,92 (i)	31 103 613,43
Acréscimo de gastos	192 225,01	159 421,92

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

(i) Em 2015 a Empresa procedeu a regularização dos saldos com a entidade relacionada, no valor de 6.836.136,54 euros, de acordo com a deliberação nº 132/2016 de 23/03/2016 emanada da CML, e posteriormente ratificada pelo Conselho de Administração em 24/03/2016.

Em 27 de outubro de 2016 foi aprovada em reunião de Câmara Extraordinária a proposta nº 607/2016 relativa ao aumento de 18.000.000,00 euros do Capital Social e consequente alteração estatutária. Posteriormente na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa realizada em 22 de novembro de 2016, foi aprovada a proposta de alteração estatutária relativa ao aumento do Capital Social, prefazendo neste caso, o valor total de 32.000.000,00 euros. Mais se informa, que o visto prévio necessário do Tribunal de Contas foi concedido em 9 de março de 2017 inviabilizando em tempo útil a realização da escritura de aumento do Capital Social, no presente exercício. A escritura de aumento de Capital Social e a necessária alteração estatutária irão ocorrer durante o exercício 2017.

NOTA 24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A decomposição do montante de Imposto sobre o Rendimento do Exercício reconhecido nas demonstrações financeiras nos períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, foi o seguinte:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto corrente	846 570,57	124 979,06
Imposto diferido	-	161 986,55
Imposto sobre rendimento do exercício	846 570,57	286 965,60

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a taxa efetiva de imposto, foi a seguinte:

<u>Imposto sobre Rendimento:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado Antes de Impostos	3 206 882,06	2 681 851,85
Taxa de imposto	21%	21%
Imposto expetável	673 445,23	563 188,89
 Efeito fiscal gerado por:		
Valores a acrescentar	35 648,87	495 571,45
Valores a deduzir	(6 219,43)	(627 532,23)
Tributação autónoma	38 079,90	39 316,33
Derrama estadual	55 410,67	-
Derrama municipal	50 205,33	16 421,16
Imposto sobre rendimento do exercício	846 570,57	286 965,60
Taxa efetiva de imposto	26%	11%

Sobre Impostos Diferidos, ver nota 8 do presente Anexo.

NOTA 25. GARANTIAS PRESTADAS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, as Garantias Prestadas pela Empresa, foram as seguintes:

<u>Garantias:</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>
Petroleos de Portugal, SA (Galp) (i)	1 995,19	-
Ministério da Administração Interna (MAI)	16 750,00	16 750,00
Konica Minolta (ii)	25 302,00	5 225,00
	<u>44 047,19</u>	<u>21 975,00</u>

(i) Foi pedido o cancelamento desta garantia, uma vez que a Emel já não tem relacionamento comercial com esta entidade (Galp Frota).

(ii) Trata-se de uma cedência de créditos por parte de um fornecedor (Konica Minolta) a uma instituição de crédito. Já foi pedido o seu cancelamento, em virtude de nas condições contratuais não estar prevista esta situação.

NOTA 26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Na presente data, o Conselho de Administração da Empresa não tem conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2016, que justifiquem ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Março de 2017, sendo posteriormente remetidas ao Município de Lisboa para aprovação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Nuno Cotrim Barão

A ADMINISTRAÇÃO

Luis Natal Marques

(Presidente do Conselho de Administração)

João Salazar Dias

(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Alves Oliveira

(Vogal do Conselho de Administração)

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º
4100-130 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

www.gthornton.pt

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 63.539.148 euros e um total de capital próprio de 18.081.830 euros, incluindo um resultado líquido de 2.394.886 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 e 2 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Os procedimentos de controlo interno em vigor, no que se refere à área de disponibilidades, não permitem ainda um adequado controlo quanto aos valores entrados nas contas de bancos, nem a sua reconciliação com os correspondentes montantes contabilizados, à semelhança do que acontecia no exercício anterior. Deste modo, não foi possível confirmar a correção da totalidade dos valores constantes dos registos contabilísticos, relativamente a esta área.



2. O ativo da Empresa inclui um conjunto de investimentos relacionados com projetos em fase de construção, cujo enquadramento contabilístico e fiscal está ainda a ser equacionado, pelo que se desconhece o impacto que a referida situação poderá ter nas contas apresentadas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme mencionado na nota 23 do Anexo, em 27 de outubro de 2016 foi aprovada, em reunião extraordinária da Câmara Municipal de Lisboa, a proposta n.º 607/2016 relativa ao aumento de capital social no valor de 18 milhões de euros e consequente alteração estatutária, posteriormente aprovada na reunião da Assembleia Municipal, realizada em 22 de novembro de 2016. O respetivo visto prévio do Tribunal de Contas, necessário à concretização desta operação, foi concedido em 09 de março de 2017, inviabilizando em tempo útil a realização da escritura de aumento do capital social, razão pela qual este aumento não se encontra registado nas contas relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2016.
2. A situação descrita no parágrafo 8 da Certificação Legal das Contas, referente ao ano findo em 31 de dezembro de 2015, relacionada com a incorporação em resultados transitados de perdas associadas a créditos não assumidos pelo Município de Lisboa, no montante de 6.836.137 euros, cujo registo deveria ter afetado os resultados do exercício, encontra-se ultrapassada.
3. Devido ao facto de terem sido obtidos elementos adicionais, o conteúdo da Certificação legal das contas foi alterado, pelo que a presente substitui as anteriormente emitidas em 28 e 30 de março de 2017. De referir, contudo, que o relatório e contas que suporta a nossa opinião não registou qualquer alteração.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na

prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

4 de abril de 2017



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Carlos Lisboa Nunes



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º
4100-130 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

www.gthornton.pt

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ao Acionista da

EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, (i) auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2016, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respetivo Anexo; e (ii) emitimos nos termos do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Parecer sobre a informação financeira semestral (relativa ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2016) em 30 de setembro de 2016 e o Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2017, em 29 de setembro de 2016.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui duas reservas e três ênfases.

Devido ao facto de terem sido obtidos elementos adicionais, o conteúdo da Certificação legal das contas foi alterado, pelo que o presente Relatório substitui os anteriormente emitidos em 28 e 30 de março de 2017. De referir, contudo, que o relatório e contas que suporta o nosso parecer não registou qualquer alteração.

Face ao exposto, somos de parecer que exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 1 e 2 da secção “Bases para a opinião com reservas” da Certificação Legal das Contas e apesar do descrito naquele documento nos parágrafos 1, 2 e 3 da secção “Ênfases”, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Acionistas.

4 de abril de 2017



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Carlos Lisboa Nunes